



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES MIH**

ANNE DANIELLE MOTA FERRAZ

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:
O CASO DA UNILAB**

**REDENÇÃO-CE
2025**

ANNE DANIELLE MOTA FERRAZ

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:
O CASO DA UNILAB**

Dissertação de Anne Danielle Mota Ferraz, apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre Interdisciplinar em Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui

REDENÇÃO-CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ferraz, Anne Danielle Mota.

F381a

Assistência estudantil no ensino superior: O caso da Unilab /
Anne Danielle Mota Ferraz. - Redenção, 2025.
146f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades,
Programa De Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2025.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui.

1. Assistência estudantil - Ensino superior. 2. Permanência.
3. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 371.220

ANNE DANIELLE MOTA FERRAZ

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:
O CASO DA UNILAB**

Dissertação de Anne Danielle Mota Ferraz, apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre Interdisciplinar em Humanidades.

Aprovada em: 24/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA BERRAOUI**
Data: 12/04/2025 18:09:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO OSSAGO DE CARVALHO**
Data: 14/04/2025 19:04:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Ôssago de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente
 **GEOVANNA DE LOURDES ALVES RAMOS**
Data: 14/04/2025 16:45:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Geovanna de Lourdes Alves Ramos
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Dedico esta dissertação ao meu filho, Mateus Mota Ferraz. A cada desafio superado, tive em mente o desejo de mostrar a você que com esforço, coragem e amor, tudo é possível. Como diz a palavra do Senhor: "*Tudo posso naquele que me fortalece*" (Filipenses 4:13). Te amo e sou imensamente grata a Deus por ter você em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à **DEUS**, por seu meu tudo! Obrigada, Senhor, pela tua fidelidade na minha vida.

Ao meu filho **Mateus**, que apesar de pequeno, entendia quando a mamãe precisava se ausentar para escrever a dissertação.

Ao meu marido **Carlos Neto**, por ser fonte de incentivo, apoio e cuidado para comigo.

Aos meus pais **Maria José e Maurilio**, por sempre orarem por mim e se orgulharem das minhas conquistas.

À minha irmã **Annalu**, por ser minha melhor amiga e se alegrar com as minhas vitórias.

Ao meu cunhado **Victor** e sobrinhos **Pedro e Sarah**, pelo carinho e torcida.

À minha avó **Severina** (in memoriam) por ter sido um dos amores mais puros que tive a oportunidade de conviver.

Ao meu tio **Valdemir**, por todo suporte na minha jornada profissional e de vida.

Aos meus sogros **Carlos e Glória**, por todas as palavras de incentivo.

Aos meus **colegas do trabalho**, pelo apoio durante este período.

À minha orientadora, a professora **Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui**, por toda disponibilidade e incentivo a fazer esse mestrado, e por sempre apontar o melhor caminho a ser seguido.

Ao/as professores(as) do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) pelas contribuições teóricas no decorrer da formação acadêmica no mestrado.

"Orçamento não é apenas um número, é um
reflexo das nossas prioridades e decisões."

Anônimo

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a implementação do Paes como política de apoio à permanência dos estudantes no âmbito da Unilab, buscando compreender como esses recursos garantem a permanência e o sucesso acadêmico dos discentes. Os objetivos específicos foram elencados da seguinte forma: a) Identificar os limites orçamentários e a forma de alocação de recursos para definição de valores, modalidades e quantidades de beneficiários dos auxílios direcionados à permanência estudantil nos cursos de graduação na Unilab; b) Compreender a relação dos auxílios financeiros com o processo de permanência dos discentes na Unilab e o suporte ofertado pela instituição para garantia e efetivação do direito ao acesso à educação superior como previsto no decreto 7.234/10; e c) analisar a eficiência do Paes no âmbito da Unilab, visando à manutenção, à ampliação e à melhoria dos resultados alcançados com vistas à garantia da permanência estudantil com sucesso acadêmico referenciado. Adotamos como metodologia de pesquisa o estudo de caso com um enfoque qualitativo e quantitativo. No percurso metodológico foram realizadas a análise documental e de conteúdo dos questionários aplicados, com 10 (dez) questões abertas, aos estudantes/as nacionais e internacionais, assim como para servidores(as) que atuam mais diretamente com a política estudantil da Unilab. A coleta de dados se realizou junto aos estudantes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil (Paes) entre os anos de 2020 e 2023, profissionais da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae) envolvidos na elaboração dos editais, servidores da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (Prointer) ligados à vinda dos estudantes internacionais e servidores da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Proplan) responsáveis pela gestão dos recursos assistenciais. Como principais referências utilizamos Yin (2005), Carvalho (2002), Bardin (1977), Draib (2003), Hall (2006) e Souza (2019) entre outros. Nos achados de pesquisa identificamos que uma das principais dificuldades da assistência estudantil na Unilab é a restrição orçamentária. Os recursos disponíveis muitas vezes não são suficientes para atender à demanda crescente por auxílios financeiros. Isso resulta em um número limitado de beneficiários e na insuficiência dos valores dos auxílios, o que, por vezes, inviabiliza a cobertura das necessidades básicas dos alunos, como alimentação, moradia e transporte. As dificuldades enfrentadas pela política de assistência estudantil na Unilab refletem desafios sistêmicos que impactam a vida acadêmica dos estudantes. A superação desses obstáculos requer uma abordagem integrada que considere as necessidades reais do público-alvo, a adequação dos recursos financeiros e a implementação de políticas que garantam o acesso equitativo à educação superior. Para que a Unilab cumpra sua missão de promover a inclusão e a permanência de seus estudantes, é essencial que além de buscar por mais recursos, é fundamental que a universidade também gerencie de forma eficiente os recursos já disponíveis. Isso inclui uma distribuição equitativa dos auxílios, transparência nos processos e a avaliação contínua dos programas, para garantir que o apoio chegue de forma eficaz a quem mais precisa.

Palavras-chave: Assistência Estudantil - Permanência - Políticas Públicas

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the implementation of Paes as a policy to support student permanence at Unilab, seeking to understand how these resources guarantee the permanence and academic success of students. The specific objectives were listed as follows: a) Identify the budget limits and the way in which resources are allocated to define the amounts, modalities and quantities of beneficiaries of aid aimed at student permanence in undergraduate courses at Unilab; b) Understand the relationship between financial aid and the process of student permanence at Unilab and the support offered by the institution to guarantee and make effective the right to access to higher education as provided for in decree 7. 234/10; and c) to analyze the efficiency of Paes within Unilab, with a view to maintaining, expanding and improving the results achieved in order to guarantee student permanence with referenced academic success. The research methodology adopted was a case study with a qualitative and quantitative approach. In the methodological process, we carried out a document and content analysis of the questionnaires applied, with ten (10) open questions, to national and international students, as well as to civil servants who work more directly with Unilab's student policy. Data was collected from students who benefited from the Student Assistance Program (Paes) between 2020 and 2023, professionals from the Office of the Dean of Affirmative and Student Policies (Propae) involved in drawing up the public notices, staff from the Office of the Dean of Institutional and International Relations (Prointer) involved in bringing in international students and staff from the Office of the Dean of Planning, Budget and Finance (Proplan) responsible for managing assistance resources. The main references used were Yin (2005), Carvalho (2002), Bardin (1977), Draib (2003), Hall (2006) and Souza (2019), among others. In the research findings, we identified that one of the main difficulties of student assistance at Unilab is the budget constraint. The resources available are often not enough to meet the growing demand for financial aid. This results in a limited number of beneficiaries and insufficient aid amounts, which sometimes makes it impossible to cover students' basic needs, such as food, housing and transportation. The difficulties faced by the student assistance policy at Unilab reflect systemic challenges that impact on students' academic lives. Overcoming these obstacles requires an integrated approach that considers the real needs of the target public, the adequacy of financial resources and the implementation of policies that guarantee equitable access to higher education. In order for Unilab to fulfill its mission of promoting the inclusion and permanence of its students, it is essential that, in addition to seeking more resources, the university also manages the resources already available efficiently. This includes an equitable distribution of aid, transparency in processes and the continuous evaluation of programs to ensure that support reaches those who need it most effectively.

Keywords: Student Assistance - Permanence - Public Policies

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo a cor/raça – Brasil-2012.....	41
Ilustração 2	Percentual de Estudantes de Graduação Ingressantes, segundo a cor/raça – Brasil -2022.....	43
Ilustração 3	Campus Liberdade.....	56
Ilustração 4	Campus das Auroras.....	57
Ilustração 5	Unidade Acadêmica dos Palmares.....	57
Ilustração 6	Cidade de Redenção/Ce.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do orçamento por grupo de despesa entre 2020 e 2023.....	87
Gráfico 2	Receitas arrecadadas por natureza nos anos de 2020 a 2023.....	87
Gráfico 3	Execução orçamentária entre 2020 e 2023.....	88
Gráfico 4	Orçamento da LOA – Ação 20GK.....	88
Gráfico 5	Estudantes na Graduação.....	92
Gráfico 6	Estudantes Nacionais.....	92
Gráfico 7	Estudantes Internacionais.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estudantes.....	58
Quadro 2	Gestão de Pessoas.....	58
Quadro 3	Acordos de cooperação vigentes.....	65
Quadro 4	Instrumentos de cooperação internacionais.....	65
Quadro 5	Orçamento dos Auxílios Estudantis das Universidades do Nordeste e da UNILA (2020-2023) – Ação 4002 (milhões)	89
Quadro 6	Perfil do Participantes - Estudantes.....	94
Quadro 7	Sobre equidade no Edital do PAES.....	94
Quadro 8	Sobre a participação ou não nas ações de acolhimento.....	97
Quadro 9	Sobre o recebimento do auxílio e vida acadêmica.....	100
Quadro 10	Ausência dos auxílios na sua vida acadêmica.....	103
Quadro 11	Pontos positivos x Pontos negativos.....	106
Quadro 12	Melhorias nos auxílios.....	109
Quadro 13	Perfil do Participante.....	115
Quadro 14	Sugestão para melhoria dos auxílios.....	116
Quadro 15	Sugestões para melhoria dos auxílios.....	119
Quadro 16	Importância do RU.....	120

Quadro 17	Importância do atendimento Psicológico e de Saúde.....	123
Quadro 18	Equidade.....	127
Quadro 19	A avaliação orçamentária na Unilab.....	128
Quadro 20	Necessidades para ampliar a cobertura e o custeio para permanência dos estudantes.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
COVID	Coronavírus
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DACNI	Divisão de Acordos e Convênios Nacionais e Internacionais
DIASE	Divisão de Assistência à Saúde Estudantil
IBE	Instituto de Bolsa de Estudos
IFES	Instituto Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IESP	Instituto de Estudos Superiores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
OGU	Orçamento Geral da União
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PAES	Programa de Assistência Estudantil
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
PROPAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROINTER	Pró-Reitoria de Assuntos Internacionais
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	Trajetória profissional e a relação com a pesquisa.....	18
1.2	Problematização sobre o tema investigado.....	21
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	28
2.1	Políticas Públicas: Conceito e concepções na atualidade.....	28
2.2	O Papel das Ações Afirmativas na Garantia de Direito à Educação Superior.....	37
2.3	Política de Assistência Estudantil no Brasil.....	45
3	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNILAB (PAES).....	54
3.1	História e Memória: A Unilab.....	54
3.2	O Hibridismo Cultural no contexto da Cooperação Sul-Sul.....	60
3.3	Parcerias Estratégicas no Contexto Sul-Sul.....	64
3.4	Fundamentos legais do PAES.....	68
3.5	Modalidade dos Auxílios Estudantis.....	70
3.6	Restaurante Universitário.....	73
3.7	Atendimento à Saúde.....	76
3.7.1	Atendimento Psicológico.....	76
4	PERCURSO METODOLÓGICO DE PESQUISA.....	78
4.1	Natureza da pesquisa.....	78
4.2	Lócus da Pesquisa.....	82
4.3	Procedimentos de Coletas de Dados.....	83
5	ANÁLISE E DISCUSSÕES ACERCA DA EXECUÇÃO, ORÇAMENTO, FINANCIAMENTO E ABRANGÊNCIA EFETIVA DO PAES NA UNILAB.....	85
5.1	Orçamento da UNILAB para o financiamento do PAES.....	85
5.2	Financiamento na Unilab do PAES.....	90
5.3	Quem são os beneficiários?.....	91
5.4	Análise dados coletados nos questionários de pesquisa aplicados aos/as estudantes nacionais e internacionais sobre política de permanência na UNILAB.....	93
5.5	Análise dos setores envolvidos no processo das políticas de permanência estudantil na UNILAB.....	115
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS.....	139
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES.....	145

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DA PROPÆ.....	146
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO A SERVIDORA DA PROPLAN.....	147
APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DA PROINTER.....	148

1 INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória profissional e a relação com a pesquisa

Há indivíduos que escrevem e inventam (Foucault, 2006), se encontram em linhas traçadas em uma escrita sensível atravessada de diferentes reminiscências. Ao decidir escrever um texto, o autor assume a responsabilidade de construir uma obra possível, apropriando-se da função autoral. Partindo dessa perspectiva, busco, ao longo desta dissertação, traduzir em palavras minha trajetória como servidora e discente universitária, entrelaçando fragmentos da minha memória individual com a memória coletiva. Esse processo se dá na composição do meu sentir, pensar e expressar, consolidando-se em um texto mais formal apresentado no formato de dissertação de mestrado.

Antes de apresentar o percurso que orientou a construção desta pesquisa, é importante destacar que falar sobre a Universidade, para mim, significa revisitar toda a minha formação acadêmica e profissional. Esse movimento exige não apenas um olhar para minha trajetória institucional, mas também um diálogo contínuo com aspectos políticos, religiosos e pessoais que, de diferentes formas, atravessam e dão sentido à minha experiência como servidora técnica administrativa em educação.

Diante desses desafios posso afirmar que minha trajetória acadêmica e profissional foi marcada pelo interesse em compreender e contribuir para a gestão financeira no setor público, especialmente na área da educação. Sou graduada em Ciências Contábeis pela UFPB e, atualmente, atuo como Contadora na Unilab, exercendo a função de Gerente da Divisão de Execução Financeira. Durante meus seis anos na instituição, tive a oportunidade de lidar diretamente com a gestão de recursos destinados às políticas educacionais, o que despertou meu olhar para a importância da assistência estudantil no ensino superior.

A experiência no setor financeiro da Unilab me permitiu acompanhar de perto os desafios enfrentados pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a relevância das políticas institucionais para garantir sua permanência na universidade. Esse contato direto com a realidade dos discentes me motivou a aprofundar meus estudos sobre o impacto da assistência estudantil na democratização do ensino superior e na redução da evasão acadêmica.

Foi nesse contexto que surgiu o desejo de seguir na vida acadêmica e ingressar no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH)¹ da Unilab. Recebi incentivo institucional

¹ A entrada no mestrado, em maio de 2023, foi um marco importante na minha trajetória. Desde então, muitas coisas mudaram. Passei a adotar uma postura mais reflexiva diante dos fatos e desenvolvi um pensamento mais

que foi fundamental para dar esse passo e ampliar minha compreensão sobre a temática. Com isso, percebi que a pesquisa sobre assistência estudantil não apenas dialogava com minha experiência profissional, mas também representava uma oportunidade de contribuir com reflexões e propostas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos estudantes.

Acredito que a assistência estudantil é um pilar estratégico para a inclusão e a equidade no ensino superior, e minha trajetória reflete o compromisso em compreender e fortalecer essas iniciativas. Ao unir minha formação em Ciências Contábeis com uma abordagem interdisciplinar, busco analisar os desafios da assistência estudantil sob a perspectiva da gestão de recursos, da equidade educacional e do impacto social, contribuindo para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e acessíveis.

Hoje, posso afirmar com convicção que toda a minha trajetória acadêmica no MIH foi determinante para a construção da minha identidade profissional e intelectual. Cada etapa da minha formação não apenas ampliou meus conhecimentos técnicos, mas também fortaleceu minha capacidade analítica e minha postura crítica diante dos desafios do campo acadêmico e da gestão pública. A vivência universitária me proporcionou uma visão mais aprofundada sobre as dinâmicas institucionais, a importância das políticas educacionais e o impacto das decisões financeiras na permanência estudantil.

No entanto, reconheço que nenhuma dessas conquistas teria sido possível sem o apoio incondicional da minha família, que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a seguir em frente, mesmo diante dos desafios. Além disso, minha fé em Deus foi um alicerce essencial, guiando-me nos momentos de incerteza e fortalecendo minha determinação para enfrentar cada nova etapa com resiliência e esperança.

A investigação acadêmica desempenhou um papel fundamental na ampliação do conhecimento e na busca por soluções para os desafios enfrentados pela sociedade. No contexto da assistência estudantil, a pesquisa se tornou ainda mais relevante, pois me permitiu compreender as dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes, analisar o impacto das políticas institucionais e propor melhorias que contribuam para a equidade no ensino superior. A produção científica não apenas gerou conhecimento, mas também forneceu subsídios para a compreensão de sobre políticas públicas mais eficazes, capazes de garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

crítico. O tema da minha dissertação, por exemplo, tem uma conexão direta com minha vida profissional. Além disso, as apresentações de seminários, as leituras e o desenvolvimento de pesquisas ampliaram minha visão, trazendo novos conhecimentos sobre áreas que eu ainda desconhecia.

Ao investigar essa temática, busquei não apenas aprofundar minha compreensão sobre a assistência estudantil, mas também contribuir para um debate acadêmico e institucional que pode impactar positivamente a realidade universitária. A pesquisa permitiu a análise mais crítica acerca dos desafios enfrentados pelos(as) estudantes, identificando os fatores que influenciam suas trajetórias acadêmicas e apontando caminhos para fortalecer as políticas de permanência. Além disso, proporciona um olhar interdisciplinar, combinando aspectos da gestão pública, da educação e das ciências sociais para oferecer uma compreensão mais ampla e embasada sobre o tema.

Do ponto de vista da minha formação acadêmica e profissional, a investigação foi essencial para o desenvolvimento de habilidades analíticas, reflexivas e metodológicas. O processo de pesquisa exigiu não apenas o domínio teórico sobre a temática, mas também a capacidade de coletar e interpretar dados, construir argumentações consistentes e propor soluções viáveis. Essas competências são fundamentais tanto para a produção acadêmica quanto para a atuação profissional, especialmente no contexto da gestão pública, onde a tomada de decisões precisa estar fundamentada em análises criteriosas e evidências concretas.

Além disso, a pesquisa fortaleceu minha postura crítica e minha capacidade de articular o conhecimento teórico com a prática profissional. A experiência de investigar a assistência estudantil me permite enxergar com mais clareza os desafios enfrentados no cotidiano da gestão financeira da universidade, possibilitando uma atuação mais estratégica e alinhada com as necessidades dos(as) estudantes. Ao unir a pesquisa acadêmica à prática profissional, reforço meu compromisso com uma gestão mais eficiente e socialmente responsável, contribuindo para o aprimoramento das políticas institucionais.

Toda pesquisa acadêmica exige um rigor metodológico e uma disciplina diferenciada, pois implica reconhecer tanto nossas limitações teóricas quanto as condições objetivas que permeiam o processo investigativo. No nosso caso, essas dificuldades sempre foram ainda mais evidentes, dada a escassez de acesso a uma literatura acadêmica atualizada e universal e outros percalços da pesquisa de campo. Essas restrições se manifestam não apenas no ambiente universitário, mas também no próprio contexto da cidade de Redenção, impondo desafios adicionais à produção do conhecimento.

Dessa forma, o resultado desta pesquisa pode não apenas um meio para aprofundar o conhecimento sobre a assistência estudantil, mas também um instrumento capaz de influenciar mudanças concretas na realidade dos (as) estudantes e no funcionamento do PAES na Unilab. Além de ter contribuído para minha formação como pesquisadora, o estudo dessa temática

fortalece minha atuação profissional e meu compromisso com a construção de um ensino superior mais inclusivo, acessível e de qualidade para todos².

1.2 Problematização sobre o tema investigado

A educação superior, em seu conjunto de transformações, vem passando por processos de democratização, internacionalização e interiorização, resultado de uma política de expansão, funcionando assim como um caminho de acesso ao ensino para as camadas populares da sociedade. Nesse contexto, destaca-se a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), instituição federal de ensino superior criada em 2010, localizada no Estado do Ceará, nos municípios de Redenção e Acarape e na Bahia, em São Francisco do Conde. Segundo sua Lei de criação, a Unilab tem como objetivo: “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos e Timor-Leste, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (Unilab, 2013, p.7).

A alta procura por educação superior tem aumentado o número de discentes matriculados, ocasionando uma diversificação do público. O acolhimento de importantes segmentos da população tipicamente excluída, leva a um projeto que procura diminuir, apesar de uma forma muito reduzida, as desigualdades sociais. Há um grande ganho para os estudantes incluídos, que se favorecem da educação para seu crescimento pessoal e incorporação no mundo do trabalho, como também para a sociedade, que passa a inserir mais pessoas com maior capacidade construtiva nas esferas sociais e políticas (Dias Sobrinho, 2013).

A Unilab é uma universidade voltada também à comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com isso podemos dizer que a educação é uma saída para melhores condições de vida para estes discentes, como traz Carlos Cardoso (2011, p.132) em seu livro: “Os primeiros anos que se seguiram à independência foram marcados por um considerável investimento por parte das novas lideranças na educação de uma forma geral, e no ensino superior em particular.”

² A partir daqui irei usar a terceira pessoa do plural.

Há que se reconhecer que políticas voltadas à garantia de permanência dos estudantes no ensino superior vêm sendo demandadas e implementadas em todo Brasil. No ensino superior a política de assistência estudantil tem o propósito de fornecer recursos necessários para superar os obstáculos e impedimentos ao bom exercício acadêmico, transitando assim pelas mais diversas áreas e compreendendo práticas que proporcionem condições de saúde, acompanhamentos das necessidades educativas especiais, até o cuidado mínimo aos estudantes: moradia, transporte, alimentação.

Neste cenário, a presente pesquisa consistiu em analisar a eficiência do investimento orçamentário na assistência estudantil no âmbito da Unilab, para garantia da permanência com êxito acadêmico dos/as discentes, especialmente daqueles oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), buscando compreender também em que medida os países da cooperação contribuem de forma direta ou indireta no que tange aos aspectos financeiros para manutenção do Programa de Assistência Estudantil (Paes) implementado pela Unilab.

A partir da análise global acerca do investimento orçamentário, tanto em relação aos valores vinculados ao PNAES quanto aos de aplicação interna, oriundos do orçamento federal, pretendeu-se elaborar um diagnóstico da aplicação orçamentária e de seus desdobramentos, apontando, assim, estratégias de como a assistência estudantil poderia ser aprimorada com um maior investimento alocado para garantia da permanência qualificada dos estudantes.

Nesse sentido, buscou-se compreender quais são as estratégias utilizadas pelos/as gestores/as da Unilab na destinação dos valores financeiros de aporte ao Paes para os auxílios de permanência estudantil, que apresentam um valor anual de 14 milhões de reais e desde o ano de 2014 não possuem alteração de valores, conforme consulta aos pagamentos realizados via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi, 2014).

Para muitos estudantes, a relação auxílio/universidade é inseparável, visto ser esta a única fonte de renda para a manutenção da permanência nos estudos. Essa relação ainda é mais estreita tratando-se dos estudantes internacionais, que por muitas vezes necessitam de maior capacitação profissional para inserção no mercado formal de trabalho, adicionado a isso as poucas oportunidades de emprego na Região do Maciço de Baturité. Além disso, vale destacar as dificuldades adicionais encontradas por estudantes provenientes de outros países: idioma desconhecido, distância da família e preconceito racial. Segundo o autor Aníbal Quijano (2005, p.05): “E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África é chamada de negra.”

Apesar de todas as dificuldades referenciadas no parágrafo anterior, conforme pesquisa de Margareth Ane (2018, p.03), que retrata a educação como sendo uma saída para melhores

condições de vida para os estrangeiros: “A migração moçambicana é motivada pela necessidade da internacionalização da educação. A universidade brasileira é atrativa para estudantes africanos que vêm para adquirir novos conhecimentos. Hoje é possível, através de convênios do Brasil com Moçambique, concessões de pesquisa internacional e cooperação internacional para essas mobilidades acadêmicas”.

Ampliar ou mesmo manter um Estado que produza bem-estar social diante da carência de recursos, requer grande aptidão dos gestores públicos. Isso exige melhor performance com vistas à pressão por economia das despesas, eficiência e efetividade na entrega dos serviços à sociedade (Abrucio, 2005). No âmbito da Unilab, a prioridade de pagamento dos auxílios, bolsas e ajudas de custo a estudantes é disciplinado pela Portaria nº 474 de 29 dezembro de 2021.

Dito isto, quais outras formas de custeio poderiam ser alocadas para beneficiar o maior número de estudantes possível no que se refere a assistência estudantil? Quais formas de políticas de permanência necessárias para garantir que os estudantes permaneçam em seus cursos, evitando assim a evasão acadêmica? Como possibilitar, gerenciar e ampliar que os recursos próprios da universidade possam ser incrementados e utilizados para possibilitar a ampliação da política de assistência estudantil com vistas à garantia da política de permanência qualificada na instituição?

Muitas questões são postas acerca da assistência estudantil no contexto da Unilab. A discussão sobre o financiamento e a implementação de políticas de assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior é um tema complexo que demanda uma abordagem integrada de recursos financeiros e estratégicos. Conforme discutido por Kuenzer (2007), em suas análises sobre a democratização do ensino e a inclusão, a questão da permanência dos estudantes vai além do simples acesso à educação, envolvendo uma série de condições sociais, econômicas e pedagógicas.

Uma das formas de ampliar o custeio da assistência estudantil é buscar novas fontes de financiamento, como parcerias público-privadas e fundos específicos, que possam complementar os recursos governamentais limitados. Essas parcerias, porém, precisam ser geridas com rigor para que não comprometam a autonomia da universidade e garantam a aplicação dos recursos em áreas prioritárias. O desafio está em como esses recursos adicionais podem ser alocados de maneira equitativa, atendendo às diversas necessidades dos estudantes, como alimentação, transporte, moradia e apoio pedagógico.

Além do financiamento, é fundamental considerar as políticas de permanência, que são essenciais para reduzir a evasão acadêmica. Kuenzer (2007) enfatiza que a evasão está muitas

vezes relacionada não apenas a questões econômicas, mas também às dificuldades de adaptação, saúde mental e falta de integração com a comunidade acadêmica. Portanto, políticas que considerem essas múltiplas dimensões – como apoio psicológico, atividades culturais e esportivas, tutoria acadêmica e flexibilização curricular – são necessárias para assegurar a permanência. Tais iniciativas precisam ser adaptadas às diferentes realidades dos estudantes, levando em conta tanto os desafios socioeconômicos quanto a necessidade de conciliar trabalho e estudo.

Outro ponto crítico é a capacidade das universidades de gerenciar e ampliar seus recursos próprios para fortalecer as políticas de assistência estudantil. A criação de programas de extensão remunerada e de projetos voltados para a comunidade pode gerar recursos que, se bem geridos, direcionam os estudantes para a permanência. Nesse sentido, Kuenzer (2007) aponta a importância de uma gestão participativa e transparente, envolvendo a comunidade acadêmica para garantir que esses recursos sejam aplicados de forma estratégica e contribuam para a qualificação da experiência estudantil.

Assim, é necessário um esforço conjunto para assegurar que as políticas de permanência sejam sustentáveis, inclusivas e orientadas para a realidade dos(as) estudantes. A partir das ideias de Kuenzer (2007), fica evidente que a permanência no ensino superior não se limita a garantir recursos financeiros, mas envolve a construção de um ambiente que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas especificidades e promovendo sua inclusão ativa na vida acadêmica.

A problematização desta pesquisa surge da necessidade de compreender como a Assistência Estudantil vem sendo implementada na Unilab, especialmente no que se refere à execução do Programa de Assistência Estudantil (PAES). Diante da relevância das políticas de permanência para a garantia do direito à educação e da equidade no ensino superior, torna-se fundamental investigar de que forma essas iniciativas estão sendo aplicadas na instituição, quais desafios se impõem à sua execução e quais impactos geram na trajetória acadêmica dos estudantes.

Ao propor essa reflexão, a pesquisa buscou analisar não apenas os aspectos administrativos e financeiros do programa, mas também os desdobramentos sociais e acadêmicos da assistência estudantil, considerando a sua efetividade na redução da evasão e na promoção da inclusão universitária. Além disso, a investigação pretende identificar possíveis limitações na operacionalização do PAES, bem como apontar caminhos para o aprimoramento das políticas de permanência na Unilab.

Dessa maneira, a pergunta norteadora da pesquisa não se restringe à análise técnica do programa, mas se insere em um debate mais amplo sobre a democratização do ensino superior e o papel das universidades na garantia de condições para que os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possam concluir sua formação acadêmica com qualidade e dignidade. A partir dessa problematização apresentada sobre o tema, a presente pesquisa, bem como seus resultados, pretendeu-se refletir a respeito da seguinte pergunta de pesquisa: **“Como vem sendo implementada a Assistência estudantil na Unilab, a partir da execução do Programa de Assistência Estudantil (PAES)” na ótica dos(as) envolvidos(as)?**

Para responder a essa pergunta de pesquisa, definimos como objetivo geral: analisar a implementação do Paes como política de apoio à permanência dos estudantes no âmbito da Unilab. Os objetivos específicos foram elencados da seguinte forma: A) Identificar os limites orçamentários e a forma de alocação de recursos para definição de valores, modalidades e quantidades de beneficiários dos auxílios direcionados à permanência estudantil nos cursos de graduação na Unilab. B) Compreender a relação dos auxílios financeiros com o processo de permanência dos discentes na Unilab e o suporte ofertado pela instituição para garantia e efetivação do direito ao acesso à educação superior como previsto no decreto 7.234/10³ ; e C) analisar a eficiência do Paes no âmbito da Unilab, visando à manutenção, à ampliação e à melhoria dos resultados alcançados com vistas à garantia da permanência estudantil com sucesso acadêmico referenciado.

Para responder ao problema de pesquisa, adotamos como metodologia de pesquisa o estudo de caso com um enfoque qualitativo. No percurso metodológico foram realizadas a análise documental e de conteúdo, ao que posteriormente foi realizado um questionário composto com questões abertas aos estudantes/as nacionais e internacionais, assim como para servidores(as) que atuam mais diretamente com a política estudantil da Unilab.

A análise de conteúdo, alinhada à natureza qualitativa da pesquisa, foi realizada desde uma macroanálise no conjunto das políticas públicas até uma microanálise do objeto de estudo. A escolha dessa abordagem qualitativa justifica-se pelo seu potencial para explorar significados, percepções e experiências humanas, proporcionando uma compreensão profunda e detalhada do tema investigado.

³Destaca-se que quando estávamos finalizando a pesquisa de campo, foi aprovada a nova Lei A Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de julho.

A pesquisa fundamenta-se no diálogo com diversos autores que contribuem para uma compreensão aprofundada e interdisciplinar do tema, incluindo Abrucio (2005), Quijano (2005), Locksley (2010), Rawls (2008), Sjoblom (1984), Laswell (2011), Nascimento (2014), Secchi (2013), Souza (2006), Johnson (2014), Moehlecke (2002), Piovesan (2008), Dias Sobrinho (2013), Macedo (2017), Ellana (2018), Cardoso (2011), Ferreira (2020), Gomes e Vieira (2013), Hall (2006), Munoz (2016), Gruzzi (2023), Bardin (1977), Yin (1994), Godoy (1995), Minayo (2004, 2013), Thompson (1999), Ferrari (2016), May (2004), Imperatori, (2017), Farah (2024), Kraychete e Vitale (2013), entre outros. O referencial teórico construído a partir dessas obras possibilita uma análise crítica, ampla e detalhada da temática investigada, garantindo embasamento sólido para a discussão e interpretação dos resultados.

Assim, esta dissertação encontra-se organizada em capítulos e seções. O primeiro capítulo Políticas Públicas e Assistência Estudantil aborda as políticas públicas voltadas para a assistência estudantil, analisando seu conceito, suas concepções contemporâneas e o papel fundamental das ações afirmativas na garantia do direito à educação superior. O objetivo é compreender como essas políticas são estruturadas, implementadas e quais são seus impactos na democratização do acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, discutindo a definição de políticas públicas e sua evolução ao longo do tempo, considerando diferentes abordagens teóricas e práticas aplicadas no contexto educacional. São analisadas as iniciativas implementadas no Brasil e em outros países, bem como os desafios e resultados dessas políticas. Este capítulo, portanto, oferece um embasamento teórico e crítico sobre as políticas públicas e a assistência estudantil, evidenciando sua relevância para a inclusão e permanência dos estudantes no sistema educacional brasileiro.

No segundo capítulo Programa de Assistência Estudantil na UNILAB (PAES) analisaremos a cooperação acadêmica Sul-Sul, o papel do acolhimento de estudantes e a oferta de condições que possibilitem seu pleno desenvolvimento acadêmico e social. Iniciamos com um resgate histórico e memorial da Unilab, destacando sua criação e os princípios que norteiam sua atuação. Em seguida, exploramos o hibridismo cultural e a dinâmica da cooperação internacional Sul-Sul, que conferem à universidade uma identidade singular. O capítulo também detalha o atendimento oferecido aos estudantes internacionais, enfatizando a importância de ações de suporte e acolhimento. A fundamentação legal do PAES é abordada, evidenciando as normativas que sustentam as políticas de assistência estudantil da Unilab. As modalidades de auxílios estudantis são descritas em seguida, apresentando os diferentes tipos de suporte financeiro e material oferecidos aos(as) estudantes.

No terceiro capítulo o percurso metodológico de pesquisa tem como objetivo apresentar os fundamentos que orientaram a escolha das estratégias investigativas. A construção do estudo seguiu uma abordagem rigorosa, garantindo a coerência entre os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos aplicados. Inicialmente, discutimos a natureza da pesquisa, explicitando seu enquadramento teórico e metodológico, bem como os critérios que justificam a abordagem escolhida. Em seguida, apresentamos o lócus da pesquisa, contextualizando a Unilab como objeto de estudo e enfatizando sua relevância dentro do recorte investigativo adotado. Por fim, detalhamos os procedimentos de coleta de dados, especificando as técnicas empregadas para a obtenção das informações necessárias à análise. Este capítulo, portanto, busca assegurar a transparência do processo metodológico, permitindo que os resultados sejam compreendidos à luz dos instrumentos e estratégias utilizados na pesquisa.

No quarto capítulo análise e discussões acerca da execução, orçamento, financiamento e abrangência efetiva do PAES na UNILAB discutimos os principais aspectos relacionados à execução, orçamento, financiamento e abrangência efetiva do Programa de Assistência Estudantil (PAES) na Unilab. A análise busca compreender como os recursos destinados ao programa são distribuídos, quais são os desafios enfrentados em sua implementação e de que forma ele impacta a permanência dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Inicialmente, abordamos o orçamento da Unilab destinado ao financiamento do PAES, detalhando a origem e a alocação dos recursos. Em seguida, discutimos o financiamento do programa, analisando a sustentabilidade das políticas de assistência estudantil e os desafios financeiros enfrentados pela instituição. Na sequência, investigamos quem são os beneficiários do PAES, buscando traçar um perfil dos(as) estudantes atendidos e compreender como o programa contribui para sua permanência acadêmica. Para aprofundar essa análise, apresentamos os resultados dos dados coletados através dos questionários aplicados com estudantes nacionais/internacionais e os/as servidores/as, trazendo suas percepções sobre as políticas de permanência da Unilab e os impactos dessas iniciativas em sua trajetória acadêmica.

Por fim, as considerações finais a respeito da temática, apontando os achados de pesquisa e algumas reflexões que podem contribuir para melhorar e fortalecer a assistência estudantil no âmbito da Unilab.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

2.1 Políticas Públicas: Conceito e concepções na atualidade

O conceito de políticas públicas começou a consolidar-se no século XX, com o crescimento do papel do Estado no planejamento e na execução de ações para melhorar o bem-estar social. O período após a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que buscavam garantir direitos sociais e promover a recuperação econômica. Marshall (1950) evidenciou que o crescimento dos serviços sociais não é, essencialmente, um meio de igualar as rendas. Em alguns casos, pode alcançar esse objetivo; em outros, não. No entanto, essa questão não é a mais relevante, pois pertence a uma área distinta da política social. O que realmente importa é o enriquecimento geral das condições concretas da vida civilizada, a redução dos riscos e da insegurança, e a promoção de uma maior igualdade entre os mais e os menos favorecidos em todos os aspectos.

O papel do Estado como planejador e executor de políticas públicas se consolidou, e a criação de redes de proteção social e organismos internacionais foi essencial para moldar o cenário global. Souza (2006) argumenta que a política pública, como área de conhecimento e disciplina acadêmica, surge nos Estados Unidos, rompendo com as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas. Na Europa, esses estudos estavam mais voltados para a análise do Estado e de suas instituições do que para a produção dos governos. Assim, a área de política pública na Europa emerge como um desdobramento de teorias explicativas sobre o papel do Estado e de suas instituições, com destaque para o governo, principal produtor de políticas públicas. Já nos EUA, a área aparece no meio acadêmico sem estabelecer uma relação direta com as teorias sobre o papel do Estado, focando diretamente na análise das ações dos governos (Souza, 2006).

A teoria das políticas públicas começou a se consolidar de forma mais estruturada nas décadas de 1950 e 1960, com a contribuição de pensadores como Harold Lasswell (2011), que trouxe uma abordagem sistemática e científica para o estudo das ações governamentais.

Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa de um alcance de uma situação melhor. De modo geral políticas públicas existem para resolver “problemas públicos”. Nesse sentido, podemos entender problemas públicos, como a diferença entre uma situação atual e uma situação ideal possível (Sjöblom, 1984). No entanto, o fato de existirem possíveis soluções para um problema não é certeza da sua aplicabilidade. Laswell (2011) ressalta que as decisões e estudos sobre políticas públicas refletem as ideias de quem ganha “o quê”, por qual motivo e qual diferença fará.

De modo geral, políticas públicas são medidas adotadas pelos governos para garantir os direitos da população, com a finalidade de solucionar os problemas da sociedade, para que os cidadãos gozem dos direitos protegidos por lei. Celina Souza defende que:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p.7).

Não podemos deixar de mencionar o ciclo de políticas públicas, segundo Secchi (2013, p.43): “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”. E essas fases estão divididas em: a) construção da agenda, b) formulação da política, c) tomada de decisão, d) implementação, e) avaliação. Para alguns autores a fase mais importante é a da avaliação, quando são analisados o andamento e resultados das políticas públicas. Ou seja, nesta fase busca-se analisar se os resultados atingidos estão de acordo com tudo que foi planejado.

É importante analisar as políticas públicas pelo olhar da igualdade e da equidade. Para entender melhor a realidade das universidades e como se constituem as políticas de assistência estudantil, vamos destacar a obra escrita por John Rawls:

Primeiro cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para as outras pessoas. Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos (Rawls, 2008, p. 73).

A política pública possui natureza interdisciplinar, na qual o eixo principal se baseia nos esclarecimentos sobre sua natureza e seus processos, implicando nas teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia, demonstrado nas diferentes esferas da sociedade. Com isso surge a necessidade de rever as políticas de acordo com as especificidades que elas pretendem alcançar, assim como a identificação das inter-relações entre Estado, Política, Economia e Sociedade (Johnson, 2014).

Vale ressaltar que a origem das políticas públicas no Brasil está profundamente conectada aos processos históricos de formação do Estado e à sua evolução política e econômica ao longo dos séculos. Para compreender o surgimento das políticas públicas no contexto brasileiro, é necessário considerar as transformações sociais e as demandas da sociedade ao longo do tempo, desde o período colonial até os dias atuais.

No período colonial, as ações do poder público no Brasil estavam profundamente atreladas aos interesses da metrópole portuguesa, caracterizando uma administração centralizada e voltada principalmente para a exploração dos recursos naturais. A principal preocupação das autoridades coloniais era garantir o fluxo de riquezas para a Coroa Portuguesa, com destaque para a exploração de produtos como o açúcar, o ouro, e, posteriormente, o café. Nesse contexto, as políticas públicas, embora presentes, estavam essencialmente voltadas para o controle da produção e da circulação desses bens, sempre com a finalidade de maximizar os lucros da metrópole (Carvalho, 2001).

As primeiras iniciativas de organização pública no Brasil colônia estavam intimamente ligadas ao fortalecimento do poder colonial. A ausência de políticas voltadas para o bem-estar da população local é uma característica marcante desse período. As ações de governo eram direcionadas não ao atendimento das necessidades dos habitantes da colônia, mas sim à manutenção da ordem e ao cumprimento dos interesses econômicos da Coroa, priorizando o desenvolvimento de atividades que pudessem gerar lucro para Portugal (Carvalho, 1981).

O sistema de capitanias hereditárias, a implementação do sistema de trabalho escravo e o controle sobre as atividades comerciais e a circulação de mercadorias refletem uma administração voltada para a extração de riquezas. A presença de políticas públicas de caráter assistencial ou voltadas para o desenvolvimento social e humano era praticamente inexistente, uma vez que a estrutura política colonial era fundamentada na exploração econômica e na subordinação da população local às necessidades da metrópole.

Além disso, o Estado colonial português implementou medidas que impediam a diversificação da economia local, limitando a autonomia das províncias e restringindo o desenvolvimento de atividades que não estivessem diretamente ligadas ao interesse de Portugal. A centralização do poder, a repressão a qualquer forma de contestação interna e o incentivo ao monopólio do comércio de determinados produtos foram características que dominaram a política pública desse período.

Portanto, as políticas públicas no Brasil colonial eram essencialmente voltadas para a exploração e subordinação econômica, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento social ou com a melhoria da qualidade de vida da população local. Essa lógica de administração teve profundas consequências, pois, ao longo do tempo, a colônia foi moldada por uma estrutura de poder desigual e excludente, cujos reflexos ainda podem ser observados nas políticas públicas e nas desigualdades sociais que marcaram a história do Brasil.

Após a independência em 1822 e, especialmente, com a Proclamação da República em 1889, o Brasil iniciou um lento e gradual processo de formação de um Estado nacional, um

movimento que se estendeu ao longo do século XIX e início do século XX. No entanto, nesse período inicial, o foco das políticas públicas no Brasil ainda era muito restrito e voltado principalmente para as elites econômicas que, devido à sua concentração de poder, exerciam grande influência sobre o governo. A construção do Estado brasileiro ainda se dava de maneira limitada, com uma forte continuidade da centralização política e das relações de poder que já existiam no período imperial (Carvalho, 2001).

Durante o Império, as políticas públicas estavam, em grande parte, voltadas para a manutenção da ordem e da estrutura social vigente, com uma forte ênfase na preservação dos interesses das elites agrárias e, em especial, na manutenção da escravidão até sua abolição em 1888. A independência do Brasil, longe de provocar uma mudança substancial no direcionamento das políticas públicas, apenas consolidou a continuidade de um modelo de Estado que ainda se concentrava nas necessidades das classes dominantes, em detrimento da maioria da população, que permanecia marginalizada, especialmente as camadas mais pobres e a população negra.

Com a Proclamação da República, em 1889, e o advento da República Velha (ou República Oligárquica), o Brasil viu um reforço das práticas de governança que atendiam aos interesses das oligarquias estaduais, especialmente nas regiões produtoras de café, que se tornaram os principais pilares do poder político. As políticas públicas desse período eram, em grande parte, orientadas para o fortalecimento da economia cafeeira, a manutenção da ordem política e social, e a consolidação de um sistema de política clientelista que perpetuava o controle das elites regionais.

Foi somente com o desenvolvimento do Estado brasileiro nas primeiras décadas do século XX, e especialmente durante os governos de Getúlio Vargas, que se começou a vislumbrar uma mudança significativa na maneira como as políticas públicas eram estruturadas. Vargas, ao assumir o poder, em 1930, e ao instituir o Estado Novo em 1937, introduziu uma série de reformas e iniciativas que marcaram o início de uma nova era para o Brasil. Durante seu governo, o papel do Estado na sociedade passou a ser reconfigurado, e as políticas públicas começaram a se expandir para incluir não apenas os interesses das elites, mas também, em um grau ainda limitado, o bem-estar da população mais ampla.

Vargas implementou as primeiras políticas de proteção social no país, como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que regulamentava as relações de trabalho e estabelecia direitos trabalhistas fundamentais, como férias, aposentadoria e jornada de trabalho de oito horas. Além disso, o governo de Vargas também foi responsável pela criação

de instituições e programas de saúde pública e educação, que começaram a expandir o acesso a esses serviços para setores mais amplos da população, ainda que de maneira desigual.

No entanto, é importante notar que, embora essas mudanças representassem um avanço em relação às políticas públicas anteriores, elas estavam longe de ser universais ou de atender às necessidades de toda a população brasileira. A implementação de políticas públicas no Brasil ainda enfrentava grandes desafios, como a falta de infraestrutura, a resistência das elites, e a desigualdade social persistente, que dificultavam a inclusão efetiva das classes populares nos benefícios dessas políticas. Apesar disso, o período Vargas representou um marco importante na história do Brasil, pois começou a moldar um novo papel para o Estado na promoção do desenvolvimento econômico e na tentativa de atender às demandas sociais, ainda que de forma inicial e incompleta.

Portanto, o processo de formação do Estado nacional brasileiro foi gradual e marcado por avanços e retrocessos nas políticas públicas, refletindo as tensões entre as elites dominantes e as necessidades das camadas populares. As primeiras iniciativas de proteção social e de organização das relações de trabalho, embora importantes, eram apenas o início de um longo processo de modernização e de inclusão social, que só viria a se consolidar de maneira mais plena nas décadas seguintes, com a ampliação das políticas públicas em áreas como saúde, educação e seguridade social.

Durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil passou por uma série de mudanças que moldaram a estrutura do Estado e do desenvolvimento de políticas públicas, especialmente nas áreas de trabalho e previdência social. Segundo Celina Souza (2006), as reformas implementadas por Vargas podem ser consideradas um ponto de inflexão no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras, já que houve uma tentativa de criar um Estado interventor e regulador, principalmente na esfera do trabalho e da proteção social. Foi nessa época que surgiram instituições como o Ministério do Trabalho e que se deram os primeiros passos para a criação de sistemas previdenciários, beneficiando principalmente os trabalhadores urbanos.

O período posterior ao regime militar (1964-1985) marcou uma fase importante para o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, especialmente a partir da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição Cidadã, como ficou conhecida, trouxe uma nova perspectiva para as políticas públicas, ampliando significativamente os direitos sociais e estabelecendo os fundamentos para políticas nas áreas de saúde, educação, assistência social, entre outras. Nesse sentido, a Constituição de 1988 foi um marco para o reconhecimento do papel do Estado como garantidor de direitos e promotor do bem-estar social (Carvalho 2001).

O período posterior ao regime militar (1964-1985) foi decisivo para o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, marcando uma transição significativa de um Estado autoritário para um Estado democrático, com a redemocratização que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse momento foi fundamental não apenas para a restauração das liberdades políticas e civis, mas também para a redefinição do papel do Estado em relação à sociedade, estabelecendo uma nova configuração nas políticas públicas e ampliando a noção de direitos sociais de maneira substancial.

A Constituição de 1988, comumente chamada de "Constituição Cidadã", representou um marco na história política do Brasil, não apenas por restaurar a democracia, mas também por estabelecer uma série de princípios e diretrizes que transformaram a organização do Estado e suas responsabilidades perante a população. Antes da Constituição de 1988, as políticas públicas eram amplamente influenciadas pela lógica autoritária e pela centralização do poder, com um controle rígido sobre os direitos e a participação popular. Durante o regime militar, a prioridade das políticas públicas era voltada para a estabilidade econômica e a repressão política, o que resultou em um cenário de desigualdade social crescente, em que grande parte da população brasileira estava excluída das garantias básicas de cidadania.

A promulgação da Constituição de 1988, contudo, foi um ponto de inflexão. Ela não apenas restabeleceu os direitos civis e políticos, mas também reconfigurou o papel do Estado como promotor e garantidor de direitos sociais. A Constituição de 1988 inovou ao estabelecer, de forma explícita, que a educação, saúde, assistência social e previdência são direitos do cidadão e deveres do Estado. Esse reconhecimento constituiu uma mudança de paradigma, pois o Estado passou a ser visto não mais como um agente centralizador ou autoritário, mas como um ente responsável pela promoção do bem-estar social e pela implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população.

A inclusão de direitos sociais de maneira abrangente e detalhada foi uma das principais conquistas da Constituição de 1988. No campo da saúde, por exemplo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de garantir acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. A educação também foi colocada como um direito fundamental, com a obrigatoriedade do ensino fundamental e o incentivo à expansão do ensino superior, visando democratizar o acesso à educação e, consequentemente, reduzir as desigualdades sociais. Na área da assistência social, a Constituição de 1988 estabeleceu a assistência integral às famílias em situação de vulnerabilidade, além de criar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o papel do Estado na proteção social.

Outro aspecto importante da Constituição foi o fortalecimento da participação democrática. Ela criou mecanismos de participação popular nas decisões políticas, como a possibilidade de plebiscitos e referendos, e instituiu a Defensoria Pública, para assegurar o direito de defesa, especialmente das camadas mais vulneráveis da sociedade. Além disso, a Constituição de 1988 foi fundamental para a descentralização das políticas públicas, atribuindo aos municípios maior autonomia e capacidade de gestão, o que possibilitou uma maior adequação das políticas às necessidades locais.

Além de sua importância na ampliação dos direitos sociais, a Constituição de 1988 também trouxe uma série de mecanismos de fiscalização e controle social, como os tribunais de contas e os direitos de acesso à informação. Esses mecanismos possibilitaram uma maior transparência nas ações do governo e fortaleceram a capacidade da sociedade civil de cobrar o cumprimento das políticas públicas, promovendo a accountability (responsabilidade) e a governança democrática.

No entanto, apesar dos avanços significativos que a Constituição de 1988 trouxe, a implementação das políticas públicas previstas foi, e continua sendo, um grande desafio. O Brasil, com suas imensas desigualdades regionais e sociais, ainda enfrenta dificuldades para garantir a efetividade dos direitos estabelecidos na Constituição. As desigualdades no acesso à saúde, educação e assistência social continuam a ser problemas estruturais que exigem uma ação mais eficaz e contínua do Estado. A Constituição de 1988, ao reconhecer o papel do Estado como garantidor de direitos e promotor do bem-estar social, estabeleceu um ideal, mas a sua realização plena depende de políticas públicas consistentes, de uma gestão eficiente dos recursos e da superação de resistências políticas e econômicas.

Portanto, a Constituição de 1988 não foi apenas um marco jurídico, mas também uma mudança profunda na concepção do papel do Estado no Brasil, representando um avanço no reconhecimento de direitos sociais e no fortalecimento da democracia. No entanto, os desafios para a plena concretização dos direitos nela estabelecidos persistem, exigindo esforços contínuos para que as políticas públicas não apenas se ampliem, mas se efetivem de maneira que realmente promovam a inclusão e a justiça social em todo o território nacional.

As políticas públicas modernas são resultado de processos complexos de negociação e articulação entre diferentes atores, que incluem o governo, a sociedade civil e o setor privado. No Brasil, esses processos começaram a se estruturar de forma mais clara após a redemocratização, quando diversos movimentos sociais passaram a pressionar por mudanças e por políticas que contemplassem as necessidades da população. A criação do Sistema Único de

Saúde (SUS) e a ampliação do acesso à educação são exemplos de políticas públicas que resultaram desse movimento.

Do ponto de vista da relação público-privado, a predominância dos sistemas sociais públicos, tanto os universais (educação e, em menor grau, saúde) como os securitários, não impedia, muito pelo contrário, que o setor privado lucrativo abocanhasse boa parte da provisão social, seja diretamente, atendendo aos segmentos médios e altos, seja indiretamente, por meio da intrincada e interessada relação com a máquina e os recursos estatais, alguns bastante polpudos, como, por exemplo, os que circularam por quase vinte anos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo Fundo de Apoio Social (FAS), estimulando e alavancando os grandes complexos industriais da construção civil, um, e o segmento hospitalar, o outro, sob um padrão que Marta Arretche (1990) chamou de estatista-privatista (Draibe, 2003, p. 67).

A citação acima aborda a complexa interação entre os setores público e privado no contexto da provisão social, destacando que, apesar da predominância dos sistemas sociais públicos, especialmente em educação e saúde, o setor privado ainda desempenha um papel significativo na provisão desses serviços. Essa dualidade sugere uma tensão intrínseca, onde, mesmo em um ambiente em que o Estado é um grande provedor, o setor privado encontra maneiras de lucrar e se expandir, focando particularmente nos segmentos médios e altos que podem pagar por serviços de melhor qualidade. Essa segmentação ressalta a estratificação social, com os mais ricos tendo acesso a serviços superiores, enquanto os mais pobres dependem de um sistema público que pode ser menos eficiente ou abrangente, agravando desigualdades sociais e econômicas.

Além disso, a citação menciona a "intrincada e interessada relação" entre o setor privado e os recursos estatais, sugerindo uma simbiose em que o governo não apenas fornece recursos, mas também facilita o acesso do setor privado a esses recursos. Exemplos como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Fundo de Apoio Social (FAS) ilustram como os recursos públicos podem ser direcionados para apoiar indústrias privadas, especialmente na construção civil e no setor hospitalar. Essa relação é caracterizada pelo conceito de "estatista-privatista", formulado por Marta Arretche, que sugere um modelo em que o Estado atua como provedor de serviços, ao mesmo tempo em que promove a privatização, legitimando e incentivando a presença do setor privado na provisão de serviços sociais (Draibe, 2003).

Essas dinâmicas levantam questões sobre a equidade e a responsabilidade do Estado em garantir acesso a serviços adequados, independentemente da capacidade financeira dos cidadãos. Portanto, a análise da relação entre os setores público e privado é fundamental para compreender as implicações mais amplas para a justiça social e a eficácia das políticas públicas,

sugerindo a necessidade de repensar essas relações e as políticas associadas para assegurar que todos tenham acesso a serviços essenciais.

A partir dos anos 2000, políticas como o Programa Bolsa Família foram fundamentais para o combate à pobreza e à desigualdade, indicando um maior engajamento do Estado em assegurar direitos e promover a inclusão social. Durante esse período, o Brasil enfrentava altos índices de pobreza, desigualdade social e desigualdade regional, o que tornava urgente a implementação de medidas que garantissem a segurança alimentar e o acesso a direitos básicos para a população mais vulnerável. O programa também foi um marco no avanço das políticas sociais no Brasil, já que representava uma integração de diversas ações sociais sob uma única plataforma. De acordo com Draibe (2003), a construção dessas políticas públicas de transferência de renda demonstrou a capacidade do Estado brasileiro de atuar diretamente na redução das desigualdades, ao mesmo tempo em que se consolidavam novas formas de coordenação e avaliação dessas políticas.

Assim, a origem das políticas públicas no Brasil reflete um longo processo de evolução do Estado, passando de uma administração colonial restrita e elitista para um modelo mais inclusivo e participativo, principalmente após a Constituição de 1988. Embora existam desafios significativos, como a desigualdade de acesso e a dificuldade de implementação em todo o território nacional, as políticas públicas brasileiras são resultado de uma complexa interação entre o contexto histórico, as demandas sociais e a evolução do papel do Estado.

Souza (2006) trata da análise das principais abordagens teóricas e metodológicas no campo das políticas públicas, examina diferentes perspectivas sobre como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas, fornecendo uma revisão das contribuições de autores e teorias importantes. Aponta que os principais paradigmas que sustentam a análise de políticas públicas, como o racionalismo, o incrementalismo e o modelo de coalizão de defesa, além de destacar a importância dos atores sociais, instituições e contextos político-econômicos na construção e efetivação das políticas. Souza aborda também a evolução histórica do estudo das políticas públicas, evidenciando como as questões sociais e políticas influenciam o desenvolvimento desse campo no Brasil e em outros contextos.

Souza (2006), ainda, afirma que o campo das políticas públicas é multidisciplinar, abrangendo elementos da ciência política, sociologia, economia e administração, e argumenta que a complexidade dos problemas sociais requer análises que levem em conta a diversidade de fatores e atores envolvidos no processo decisório. Dessa forma, o artigo contribui para o entendimento das políticas públicas como um campo de conhecimento em expansão, com

múltiplas abordagens teóricas e metodológicas, e serve como uma base para pesquisadores e gestores que buscam compreender a dinâmica da ação estatal em relação às demandas sociais.

2.2 O Papel das Ações Afirmativas na Garantia de Direito à Educação Superior

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, trata dos direitos e garantias fundamentais, estabelecendo a igualdade como um dos princípios basilares do Estado brasileiro. A igualdade está prevista tanto na forma formal quanto na forma material. A igualdade formal significa que todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O artigo 5º, caput, afirma: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (Brasil, 1988, p.2).

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é fundamental para a proteção dos direitos e garantias individuais no Brasil. Ele estabelece, de maneira clara, o princípio da igualdade, que se manifesta de duas formas distintas: a igualdade formal e a igualdade material.

A igualdade formal, como mencionada no caput do artigo 5º, trata da ideia de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Isso significa que, do ponto de vista jurídico, não há discriminação entre as pessoas. Todos, independentemente de sua origem, classe social, raça, gênero, crença ou qualquer outra característica, devem ser tratados da mesma maneira pela legislação. A igualdade formal garante que a lei seja aplicada de forma equânime, sem favorecimento ou discriminação, promovendo um princípio essencial da justiça.

A expressão "todos são iguais perante a lei" refere-se, então, à aplicação igualitária da norma, ou seja, a lei não deve fazer distinções arbitrárias entre os indivíduos. Isso é um princípio central do Estado Democrático de Direito, pois assegura que ninguém está acima da lei e que a legislação deve ser acessível e igual para todos.

A igualdade material, por sua vez, vai além da igualdade formal, buscando proporcionar condições de tratamento igualitário na prática. Ou seja, enquanto a igualdade formal assegura que a lei seja igual para todos, a igualdade material busca reduzir desigualdades sociais e econômicas que, de fato, impedem que todos tenham as mesmas oportunidades e condições de vida. Nesse contexto, a igualdade material envolve medidas que promovam a equidade, levando em consideração as desigualdades reais, como as de classe social, raça, gênero, entre outras.

No caso da Constituição de 1988, a igualdade material pode ser entendida como um dos princípios subjacentes em diversas outras garantias que visam eliminar desigualdades históricas, como as políticas públicas afirmativas e a promoção de direitos de minorias. O

Estado é incumbido de adotar medidas para corrigir as desigualdades sociais e garantir que todos tenham acesso igual a oportunidades, como no caso de cotas raciais e ações afirmativas voltadas para a promoção da igualdade de gênero ou de pessoas com deficiência.

O artigo 5º do texto constitucional não apenas aborda a igualdade, mas também garante direitos essenciais à vida, liberdade, segurança e propriedade. Tais direitos estão intrinsecamente ligados ao princípio da igualdade, pois só podem ser efetivamente usufruídos por todos quando a igualdade for assegurada tanto na forma formal (aplicação igualitária da lei) quanto na forma material (promoção de condições equitativas para o exercício desses direitos).

A Constituição de 1988, ao tratar da igualdade, estabelece que a lei deve ser aplicada de forma igual para todos (igualdade formal), ao mesmo tempo que exige que o Estado adote medidas para corrigir desigualdades sociais e garantir a efetiva igualdade de condições entre os cidadãos (igualdade material). A conjugação desses dois tipos de igualdade garante um sistema jurídico que busca promover justiça não só no plano jurídico, mas também na realidade social, o que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito no Brasil.

As ações afirmativas no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, referem-se a políticas públicas que buscam promover a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades históricas entre grupos sociais marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência. Essas ações têm como objetivo compensar as discriminações estruturais e proporcionar acesso igualitário a direitos e recursos, especialmente nas áreas de educação, trabalho e saúde.

A Constituição de 1988, em seu artigo 3º, estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a "promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Esse princípio constitucional a base para as políticas de ações afirmativas no país.

Além disso, a Constituição de 1988 também fez referência, em seu artigo 7º, à garantia de direitos trabalhistas, que contribuem para a luta contra a discriminação e a exclusão social de grupos historicamente vulnerabilizados. O artigo 205, que trata da educação, também fortalece a ideia de que o acesso à educação deve ser promovido para todos, respeitando as desigualdades sociais e regionais, e impulsionando, assim, a implementação de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, por exemplo, como uma forma de reparação histórica.

As ações afirmativas no Brasil são, portanto, uma resposta às disparidades sociais e raciais e são vistas como instrumentos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, alinhada aos princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana. Assim, a expressão “ações afirmativas” teve início nos EUA, na década de 60, quando os norte-

americanos viviam um período de reivindicações democráticas. No entanto, ela não ficou restrita apenas aos EUA, no caso do Brasil, as ações afirmativas vieram carregadas de diversidades e refletindo debates históricos (Moehlecke, 2002).

As políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil marcam a história da luta antirracista, assim como continuam sendo extremamente necessárias para redução e eliminação das desigualdades sociais e econômicas geradas pela relação entre racismo e capitalismo implícitos na sociedade (Farah, 2024, p. 23).

Ações afirmativas são políticas ou práticas destinadas a promover a igualdade de oportunidades e a corrigir desigualdades históricas ou estruturais. Elas visam contribuir grupos que têm sido historicamente desfavorecidos a alcançar um nível mais igualitário em áreas como educação, emprego e representação política. Para Piovesan (2008), é fundamental combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem o processo de igualdade. Ou seja, para garantir a igualdade, não é suficiente apenas proibir a discriminação por meio de leis repressivas. É necessário adotar estratégias promocionais que incentivem a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos diversos espaços sociais.

Quando enfatizamos as ações afirmativas no âmbito estudantil ressaltamos iniciativas direcionadas a promover a inclusão e a igualdade de oportunidades dentro do ambiente acadêmico. O foco principal é garantir que estudantes de grupos historicamente desfavorecidos ou sub-representados tenham acesso igualitário à educação e possam competir em condições justas (Guimarães, 2003). Tipos de Ações Afirmativas Estudantis: *Cotas em Instituições de Ensino*: cotas raciais, cotas socioeconômicas e cotas para pessoas com deficiência; *Programas de Apoio e Orientação*: Tutoria; *Incentivos e Bolsas de Estudo*: bolsas de estudo e programas de apoio.

Uma das principais formas de ação afirmativa no Brasil é o sistema de cotas, estabelecido pela Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas)⁴. Essa legislação determina que as universidades e institutos federais reservem, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Além disso, dentro dessas vagas, há subcotas destinadas a estudantes de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. O sistema de cotas representa um reconhecimento da desigualdade estrutural e tenta equilibrar as oportunidades para grupos que enfrentam barreiras econômicas e sociais significativas.

Silvia Lima afirma que:

⁴ Está Lei foi reformulada pela Lei 14.723, de 2023. Fonte: Agência Senado (2023)

A inclusão do(a) estudante negro(a) no espaço acadêmico, através de políticas afirmativas, evidenciam a temática das relações sociais no Brasil, colocando as universidades em foco e cobrando destas as ações efetivas necessária para tornar eficaz a democratização no cotidiano acadêmico. Após mais de 15 anos de implantação da política institucional e quase 10 anos da lei, não é mais possível ignorar o impacto positivo de sua efetivação, quanto à ocupação desse espaço por novos agentes de um colorido manifestado nos corpos, turbantes e vestimentas (Lima, 2022, p. 121).

Em 2012, a implementação das cotas representou uma política afirmativa de grande importância para a democratização do acesso ao ensino superior, com foco no ingresso de estudantes negros, pardos, indígenas, além de pessoas de classes sociais mais baixas. Nesse contexto, as universidades públicas passaram a reservar uma parte das vagas para esses grupos, promovendo a reparação histórica das desigualdades educacionais e sociais. A medida buscava, além de corrigir desigualdades históricas, garantir que as instituições de ensino superior se tornassem mais representativas da diversidade social e racial do país (Guimarães, 2003).

Já em 2022, os dados mostram um aumento considerável no número de estudantes de grupos beneficiados pelas cotas no ensino superior. O percentual de ingressantes de negros, pardos e indígenas nas universidades públicas, por exemplo, cresceu significativamente. Esse aumento pode ser atribuído não só à ampliação das cotas, mas também à evolução de políticas públicas complementares, como a expansão de programas de assistência estudantil e a criação de ações voltadas à permanência e sucesso desses estudantes na universidade.

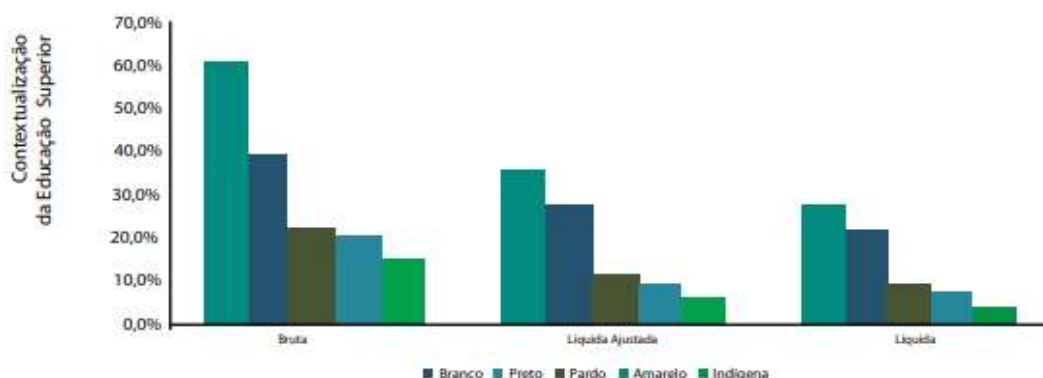
Além disso, observa-se uma maior inclusão de estudantes provenientes de escolas públicas e de classes sociais de baixa renda. A presença desses grupos nas universidades não apenas aumentou, mas também passou a ser mais visível nas diversas áreas do conhecimento, ampliando as oportunidades para esses jovens. Esse avanço é fundamental, pois, ao longo dos anos, as cotas contribuíram para uma maior diversidade nos cursos de graduação, promovendo um ambiente acadêmico mais plural.

No entanto, a análise dos dados também revela que, apesar dos avanços, ainda existem desafios para garantir a efetiva permanência e sucesso dos estudantes cotistas nas universidades. Questões relacionadas à infraestrutura, assistência estudantil e a adaptação dos alunos ao ambiente acadêmico permanecem como barreiras para muitos desses estudantes. Dessa forma, a política de cotas, embora tenha sido um passo significativo, precisa ser complementada por outras ações que garantam o sucesso acadêmico e a formação de um ambiente universitário mais inclusivo e acessível a todos.

Com base nos dados extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), **ilustração 1 abaixo**, ao compararmos o ano de 2012,

imediatamente após a implementação das cotas raciais e sociais nas universidades públicas brasileiras, com o ano de 2022, último período com dados disponíveis no site, podemos observar mudanças significativas nos indicadores de acesso e permanência de estudantes de grupos historicamente excluídos no ensino superior.

Ilustração 1- Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo a cor/raça – Brasil- 2012



Fonte: Brasil. IBGE, 2012. Gráfico elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do PNAD⁵.

Portanto, ao observar os dados de 2012 a 2022, podemos concluir que as ações afirmativas, especialmente as cotas, têm sido um mecanismo importante para a inclusão social e educacional no Brasil. No entanto, para que essa inclusão seja plena, é necessário que haja uma continuidade e aprofundamento das políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes, à melhoria das condições acadêmicas e ao enfrentamento das desigualdades ainda presentes nas instituições de ensino superior.

É evidente que a presença relativa na educação superior de brancos, especialmente quando se observa o contexto de grupos historicamente marginalizados, como os pretos, pardos e indígenas. Embora tenha ocorrido um aumento significativo na inclusão de estudantes negros e de outras etnias nas universidades brasileiras nas últimas décadas, os dados ainda indicam uma discrepância notável. A baixa participação desses grupos, conforme indicam pesquisas como as da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), reflete o prejuízo histórico enfrentado por esses segmentos da sociedade, um reflexo direto das desigualdades estruturais e da discriminação racial sistêmica que marcaram a trajetória do Brasil desde o período colonial.

Historicamente, os negros e indígenas no Brasil foram sistematicamente excluídos das oportunidades educacionais, com acesso restrito à educação formal e uma marginalização acentuada nas esferas de poder e produção de conhecimento. Isso gerou um ciclo de pobreza e exclusão social que ainda persiste, refletido na sub-representação desses grupos em diversos

⁵ Como no ano de 2010 é realizado o Censo Demográfico, não se dispõe, no referido ano, dos dados da PNAD.

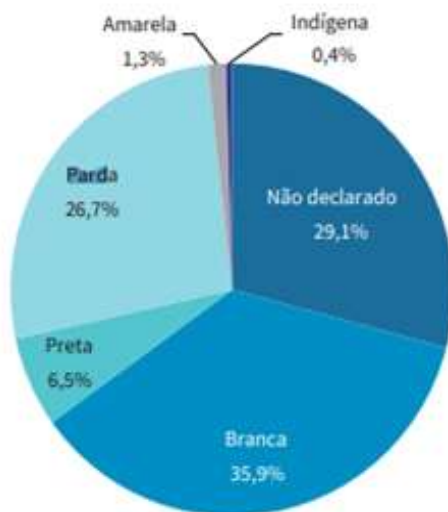
setores da sociedade, incluindo a educação superior. A questão da escassez de acesso à educação de qualidade nas etapas iniciais, além da dificuldade de acesso às universidades, é um reflexo dessa marginalização histórica.

O impacto dessa exclusão histórica vai além das questões de acesso, refletindo-se também em outros aspectos, como a permanência desses alunos na universidade e seu sucesso acadêmico. A falta de preparação escolar em níveis anteriores à educação superior, somada às barreiras socioeconômicas, dificulta a adaptação e a conclusão dos cursos superiores para muitos estudantes negros, pardos e indígenas. Além disso, o preconceito e a discriminação racial dentro do ambiente acadêmico ainda são desafios a serem superados, criando um ambiente hostil que pode afetar o desempenho e a autoestima desses estudantes.

As políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais e sociais, surgem como respostas importantes a esse panorama de desigualdade (Guimarães, 2003). No entanto, a presença de indivíduos amarelos na educação superior, que de forma geral tem uma participação mais equilibrada em relação aos brancos, não deve ser vista como uma solução completa para as desigualdades raciais no Brasil. O grupo amarelo, historicamente, não enfrenta as mesmas barreiras sistêmicas de acesso à educação e ao mercado de trabalho que os negros e indígenas, o que pode explicar sua relativa maior presença no ensino superior.

Portanto, a questão racial na educação superior no Brasil não pode ser reduzida a uma simples comparação entre categorias (Rezende e Anjos, 2024), **como podemos observar na ilustração 2, abaixo**. Ela exige uma análise aprofundada das diferenças de tratamento histórico e social enfrentado por negros, pardos e indígenas, que ainda refletem em sua participação e sucesso acadêmico. A baixa participação relativa desses grupos na educação superior é, portanto, uma consequência de um legado de desigualdade que, embora tenha começado a ser combatido com a implementação de políticas afirmativas, ainda exige um esforço contínuo para que a inclusão social e educacional se torne uma realidade efetiva para todos os brasileiros.

Ilustração 2 - Percentual de Estudantes de Graduação Ingressantes, segundo a cor/raça – Brasil -2022



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior, 2022⁶.

Quanto à participação das diferentes cores/raças, os dados são os seguintes: branca (1.560.096 ou 35,9%), parda (1.159.655 ou 26,7%), preta (280.241 ou 6,5%), amarela (58.562 ou 1,3%) e indígena (18.243 ou 0,4%). Podemos observar um aumento significativo no ano de 2022. Confirmando a importância das políticas públicas de inclusão e das cotas que têm sido implementadas.

Ao analisar os dados apresentados sobre a participação das diferentes cores/raças na educação superior em 2022, é possível identificar algumas tendências importantes, que refletem o impacto das políticas públicas de inclusão e das ações afirmativas implementadas ao longo dos anos.

Os números mostram que, em 2022, a distribuição por cor/raça no ensino superior foi a seguinte:

- **Branco:** 1.560.096 (35,9%)
- **Pardos:** 1.159.655 (26,7%)
- **Pretos:** 280.241 (6,5%)
- **Amarelos:** 58.562 (1,3%)
- **Indígenas:** 18.243 (0,4%).

Esses dados indicam uma participação majoritária de brancos, o que é consistente com o padrão histórico de acesso desigual à educação superior no Brasil, onde a população branca sempre teve maior representação nesse nível de ensino. No entanto, é importante observar a

⁶ Como no ano de 2020 é realizado o Censo Demográfico, não se dispõe, no referido ano, dos dados da PNAD

participação crescente de negros (pretos e pardos) e indígenas, que são os grupos historicamente marginalizados.

O aumento significativo observado, especialmente na participação de pardos e pretos, reflete claramente o efeito das políticas públicas de inclusão, como as cotas raciais nas universidades públicas, implementadas ao longo das últimas décadas. As cotas têm sido uma ferramenta crucial para garantir o acesso de estudantes de grupos sociais e raciais mais vulneráveis, possibilitando que mais jovens de famílias de baixa renda, negros e indígenas ingressem e permaneçam na universidade.

A presença de pardos, que representa 26,7% do total de matriculados, mostra que, apesar das desigualdades históricas, esse grupo tem conquistado maior espaço nas instituições de ensino superior. Por outro lado, a presença dos pretos, com 6,5%, ainda reflete uma disparidade em relação à proporção da população negra no Brasil, indicando que, embora as políticas de inclusão tenham sido eficazes, ainda há desafios pela frente, principalmente no que diz respeito a garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos(as) estudantes negros(as).

A participação dos indígenas, com 0,4%, embora representando uma minoria, também é um indicador de avanço, uma vez que tradicionalmente esse grupo tem sido ainda mais excluído do sistema educacional. Esse dado reforça a importância da continuidade das políticas de inclusão, com especial atenção às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas.

A presença dos amarelos, com 1,3%, reflete a representação proporcional desse grupo na população brasileira, e sua participação não se apresenta como um reflexo de ações afirmativas específicas para esse grupo, como no caso dos negros e indígenas, mas sim uma representação mais equilibrada quando comparada à sua participação na sociedade.

Portanto, os dados de 2022 confirmam o impacto positivo das políticas públicas de inclusão, como as cotas raciais, para aumentar a diversidade no ensino superior. No entanto, apesar do avanço, ainda é evidente que as desigualdades persistem, e a participação de negros e indígenas, especialmente, continua abaixo da sua proporção na população brasileira. Isso indica que, embora as ações afirmativas tenham sido eficazes para ampliar o acesso, ainda são necessárias estratégias complementares para garantir a permanência, o sucesso acadêmico e a qualidade da educação para esses grupos, a fim de promover uma verdadeira equidade no ensino superior.

As ações afirmativas têm transformado significativamente o perfil dos estudantes nas universidades brasileiras. Antes da implementação dessas políticas, o ensino superior era amplamente elitizado, com pouca diversidade racial e social. Hoje, há uma maior pluralidade nas salas de aula, refletindo de forma mais fiel a diversidade da população do país. Essas

políticas também têm um impacto positivo na democratização do acesso à educação de qualidade. Estudantes que, historicamente, não tinham acesso ao ensino superior, agora podem frequentar universidades públicas, muitas vezes entre as melhores do Brasil. Isto cria oportunidades de mobilidade social, já que a educação de qualidade pode abrir caminhos para melhores condições de vida e maior desenvolvimento profissional. Assim:

As ações afirmativas significam o favorecimento de minorias socialmente inferiorizadas por preconceitos culturalmente arraigados, os quais precisam ser superados para alcançar a igualdade assegurada constitucionalmente, com solidariedade, justiça e equidade (Ferrari, 2016, p.5).

As ações afirmativas estudantis trazem inúmeros benefícios, pois aumentam a diversidade no ambiente acadêmico, ajudam a nivelar o campo de jogo para estudantes que, devido a circunstâncias históricas ou socioeconômicas, podem ter menos oportunidades e contribuem para a redução das desigualdades educacionais e sociais a longo prazo, permitindo que mais indivíduos de diferentes origens acessem e se beneficiem da educação superior.

Apesar de uma série de resistências, as cotas raciais se consolidaram, a ponto de, em muitas ocasiões, o tema até mesmo ser distanciado das notícias cotidianas, devido à cristalização e, por que não dizer, a uma certa "aceitação" dessa modalidade afirmativa. Superada a barreira do acesso, que muitas vezes exige um esforço hercúleo para ser ultrapassada, surge o desafio da permanência universitária, um obstáculo que, em diversos casos, se revela ainda mais complexo, pois envolve a adaptação a um novo ambiente, que por vezes pode ser hostil (Farah, 2024).

No entanto, as ações afirmativas podem gerar debates. Alguns argumentam que elas são necessárias para corrigir injustiças passadas e promover a diversidade. Outros acreditam que elas podem levar a formas de discriminação inversa ou que o mérito individual deve ser o único critério de seleção. Contudo, as ações afirmativas estudantis são uma ferramenta importante para promover a equidade e a inclusão no ambiente acadêmico. A eficácia delas depende da implementação cuidadosa e do ajuste contínuo das políticas para garantir que atendam às necessidades dos estudantes e contribuam para um ambiente mais justo e acessível.

2.3 Política de Assistência Estudantil no Brasil

A política de assistência estudantil no Brasil tem se consolidado ao longo dos últimos anos como um instrumento fundamental para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade social (Imperatori, 2017). Criada como resposta às

desigualdades educacionais históricas, a assistência estudantil visa proporcionar condições para que jovens oriundos de camadas sociais desfavorecidas possam acessar e concluir o ensino superior com dignidade e qualidade. Esse conjunto de políticas envolve uma série de ações, como o fornecimento de bolsas, auxílios financeiros, moradia estudantil, alimentação, transporte e apoio psicossocial, sendo de responsabilidade tanto das universidades públicas quanto do governo federal. A implementação dessas políticas tem sido, em muitos casos, um fator decisivo para a redução da evasão escolar e o aumento da inclusão no ensino superior, especialmente para grupos racialmente marginalizados e economicamente desfavorecidos. Este item visa analisar as principais características da política de assistência estudantil no Brasil, suas evoluções ao longo do tempo, seus impactos na trajetória acadêmica dos estudantes e os desafios ainda presentes na sua execução.

O aumento significativo da procura por educação superior por parte da sociedade, em especial a juventude, tem aumentado o número de discentes matriculados, ampliando diferentes atores sociais que acessam este nível de ensino. O acolhimento de importantes segmentos da população excluída leva a um projeto que procura diminuir, apesar de uma forma muito reduzida, as desigualdades sociais. Há um grande ganho para os estudantes incluídos, que se favoreceram da educação para seu crescimento pessoal e inserção no mundo do trabalho, como também para a sociedade, que passa a inserir mais pessoas com maior capacidade construtiva nas diferentes esferas sociais e políticas (Dias Sobrinho, 2013).

Entretanto, não basta garantir o acesso. É fundamental possibilitar a permanência com qualidade socialmente referenciada. Assim, a Assistência Estudantil se constitui como uma política de garantia de direitos conquistada pelos estudantes da rede federal de ensino, assegurada pelo Estado, que busca reduzir as desigualdades sociais no âmbito escolar e garantir a permanência e o êxito do educando no seu percurso acadêmico.

Assim, podemos afirmar que a Política de Assistência Estudantil no Brasil representa uma resposta significativa no combate às desigualdades sociais e econômicas que permeiam o acesso à educação superior, reconhecendo que a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes estão interligados a suas condições sociais. Esta política tem se consolidado desde a década de 2000, impulsionada por um conjunto de leis e diretrizes que buscam garantir a assistência à estudantes em situação de vulnerabilidade.

Fundamentada em diversas correntes teóricas que discutem a relação entre educação e justiça social, a Política de Assistência Estudantil é embasada na teoria da justiça social, conforme abordada por John Rawls em "Uma Teoria da Justiça" (1971), que enfatiza a importância de garantir oportunidades equitativas a todos os indivíduos, independentemente de

suas origens sociais. Rawls argumenta que uma sociedade justa é aquela que oferece condições iguais para que todos possam competir e prosperar. Além disso, a abordagem de Pierre Bourdieu sobre o capital cultural é fundamental para compreender as desigualdades no acesso à educação. Em sua obra "A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino" (1974), Bourdieu discute como o capital cultural, que inclui conhecimentos, habilidades e disposições adquiridas, afeta as trajetórias educacionais. A Política de Assistência Estudantil busca, portanto, proporcionar suporte financeiro, psicológico e social para que estudantes de diferentes origens possam ter oportunidades equitativas no ambiente acadêmico.

A estrutura da Política de Assistência Estudantil no Brasil é composta por diferentes programas e ações que visam atender às necessidades dos estudantes. Entre as principais iniciativas estão o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que oferece auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, buscando garantir que esses alunos permaneçam na universidade (Imperatori, 2017). O Ministério da Educação (MEC) destaca que a assistência financeira é uma das principais estratégias para reduzir a evasão escolar (MEC, 2020). A assistência estudantil também se manifesta na oferta de moradia estudantil e programas de alimentação. O Programa de Alimentação Universitária (PAU), por exemplo, visa suprir as necessidades básicas dos estudantes, evitando a evasão escolar (Brasil, 2009). Além disso, a assistência estudantil no Brasil contempla serviços de saúde mental e apoio psicológico, conforme indicado no Relatório de Acompanhamento da Política de Assistência Estudantil (2021), que destaca que o bem-estar emocional é crucial para o desempenho acadêmico, reafirmando a importância de um suporte integral aos estudantes.

Apesar dos avanços, a Política de Assistência Estudantil enfrenta desafios significativos. O subfinanciamento e a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo dificultam a implementação efetiva das políticas. Segundo a pesquisa realizada por Silva e Lima (2019), a falta de recursos financeiros compromete a capacidade de oferecer assistência adequada e dificulta a permanência dos estudantes nas universidades. Além disso, é fundamental aumentar a visibilidade e a divulgação das políticas disponíveis para os estudantes, assim como o acompanhamento mais rigoroso das ações e programas implementados. A literatura indica a importância da participação dos estudantes na formulação e avaliação das políticas de assistência, uma vez que eles são os principais afetados por essas iniciativas. A inclusão de suas vozes e experiências pode enriquecer a formulação de políticas mais adequadas e sensíveis às suas realidades (Freire, 1996).

A Política de Assistência Estudantil no Brasil representa um avanço significativo na promoção da equidade e inclusão no ensino superior. Fundamentada em teorias que defendem

a justiça social e a redução das desigualdades, essa política busca garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso e permanência nas instituições de ensino superior. Contudo, é crucial que os desafios sejam reconhecidos e enfrentados para que essa política cumpra efetivamente seu papel transformador. A construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo depende não apenas de políticas bem formuladas, mas também de comprometimento contínuo com a equidade e a justiça social.

No Brasil, a assistência estudantil se transformou de acordo com os diversos contextos históricos pelo qual atravessou o país, ligada às transformações sociopolíticas vivenciadas e à história que a educação superior brasileira construiu em seu percurso, até se tornar uma política pública nos anos 2000 (Imperatori, 2017).

Como já afirmamos, desde a década de 2000, tem-se a criação do PNE, Sinaes e Reuni, consideradas importantes conquistas para a educação brasileira, cujos conteúdos também determinaram dispositivos direcionados ao apoio estudantil. No caso do PNE (2001), na seção destinada à educação superior, a determinação para a adoção de programas de assistência pelas instituições públicas, de bolsas de trabalho ou de outros programas de apoio ao estudante carente que demonstrasse bom desempenho acadêmico, apresentou-se como questão de financiamento e gestão da educação superior (Brasil, 2001). O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que já havia sido introduzido pelo PNE, determinou que:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: [...] III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; [...] IX – políticas de atendimento aos estudantes [...] (Brasil, 2004, p.1).

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é regida pelo Decreto nº 7.234/10⁷, tem como finalidade ampliar a permanência dos jovens em condições socioeconômicas insuficientes na educação superior pública federal. No âmbito da UNILAB essa política é instrumentalizada e executada através do Paes, que está vinculado à Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE). Este decreto é o principal normativo a respeito da política de assistência estudantil no Brasil. Sobre o processo de financiamento, no artigo oitavo encontramos o conceito discricionário das despesas do PNAES:

⁷ Este Decreto sofreu alteração pela LEI nº 5.395/2023.

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (Brasil, 2010, p. 02).

O Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe também em seu art.1º que “o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública” (Brasil, 2010, p.1).

Os objetivos do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), conforme o artigo 2º de 2010, têm como principal finalidade apoiar a permanência e o sucesso dos estudantes na educação superior pública federal (BRASIL, 2010, art. 2º.). Abaixo, podemos analisar cada um dos objetivos mencionados:

I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal: Este objetivo visa garantir que jovens de diferentes origens socioeconômicas tenham acesso à educação superior, com condições adequadas para sua permanência. Isso pode incluir apoio financeiro, infraestrutura adequada, além de condições de ensino que favoreçam a igualdade de oportunidades entre os estudantes.

II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior: Esse objetivo está relacionado a reduzir os impactos das desigualdades existentes no Brasil, sejam elas sociais (como a renda familiar, classe social) ou regionais (dificuldades de acesso à educação superior em algumas regiões do país). A ideia é criar condições que favoreçam os alunos que enfrentam desafios maiores para continuar seus estudos na universidade, levando em consideração a diversidade das realidades de cada aluno.

III. Reduzir as taxas de retenção e evasão: Este objetivo busca diminuir o número de estudantes que abandonam o curso ou têm dificuldades em concluir sua formação superior, seja por questões financeiras, familiares ou acadêmicas. A redução da evasão e retenção está diretamente ligada à implementação de políticas de assistência estudantil, que proporcionem suporte aos alunos em diversas áreas (alimentação, transporte, moradia, saúde, etc.).

IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação: Este objetivo reflete a ideia de que a educação superior deve ser um meio de inclusão social, proporcionando aos estudantes de diferentes origens sociais a possibilidade de ascensão social e melhoria na qualidade de vida. A inclusão social, nesse contexto, se dá por meio

do acesso e da permanência na educação superior pública, com a consequente formação de profissionais capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Os objetivos do PNAES estão interligados, pois visam garantir que o acesso à educação superior não seja apenas um direito formal, mas também uma realidade material, capaz de proporcionar oportunidades efetivas de permanência e sucesso acadêmico. A democratização do acesso, a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social são elementos essenciais para garantir a igualdade de oportunidades no ensino superior público federal no Brasil. Esses objetivos refletem uma visão integradora e inclusiva da educação superior, considerando as diferentes realidades dos estudantes e suas necessidades para alcançar a conclusão dos seus cursos e promover um impacto social mais amplo.

As ações de Assistência Estudantil previstas no PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), conforme o artigo 3º (Brasil, 2010, p.1), abrangem um conjunto de dez áreas fundamentais para a promoção da inclusão social e acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Estas ações têm como objetivo proporcionar condições adequadas para que os alunos possam frequentar e concluir seus cursos superiores com sucesso, sem que as dificuldades financeiras ou sociais se tornem barreiras intransponíveis (Imperatori, 2017).

1. **Moradia estudantil:** A garantia de um espaço digno para os estudantes de outras cidades é um dos pilares mais importantes da assistência estudantil. A moradia estudantil não apenas garante que o estudante possa se deslocar para a universidade, mas também promove um ambiente de convivência que contribui para sua integração social e acadêmica. A falta de moradia tem sido uma das principais causas de evasão escolar, especialmente para os estudantes que não residem nas grandes cidades onde se concentram as universidades.

2. **Alimentação:** A alimentação é uma das necessidades mais básicas, e sua oferta nas universidades, por meio de restaurantes universitários ou programas de auxílio alimentação, assegura que os estudantes possam se concentrar nos estudos sem que a insegurança alimentar comprometa sua saúde ou desempenho acadêmico. Isso é especialmente importante para estudantes de baixa renda, que muitas vezes não têm condições de garantir três refeições diárias.

3. **Transporte:** O transporte adequado e acessível é fundamental para garantir que o estudante consiga frequentar as aulas regularmente, especialmente em cidades onde as universidades estão localizadas em áreas periféricas ou em regiões de difícil acesso. O auxílio transporte pode ser um fator decisivo para a redução da evasão, proporcionando o acesso contínuo à educação.

4. **Atenção à saúde:** O bem-estar físico e mental dos estudantes é imprescindível para seu desempenho acadêmico. As universidades, por meio da assistência estudantil, devem oferecer serviços de saúde, incluindo acompanhamento médico, psicológico e odontológico, garantindo que o estudante tenha suporte para enfrentar os desafios que surgem durante sua trajetória acadêmica.

5. **Inclusão digital:** Em um mundo cada vez mais digitalizado, a inclusão digital se torna essencial para que os estudantes possam acessar as tecnologias necessárias para o aprendizado, pesquisa e comunicação acadêmica. Isso inclui o fornecimento de computadores, acesso à internet e capacitação para o uso das tecnologias.

6. **Cultura:** O apoio à cultura nas universidades estimula o desenvolvimento de diversas formas de expressão artística e cultural, além de promover o bem-estar e a convivência social. A promoção da cultura no ambiente universitário também contribui para a formação integral do estudante, estimulando sua criatividade e proporcionando momentos de lazer e reflexão.

7. **Esporte:** O esporte tem um papel fundamental na formação de um estudante saudável, tanto fisicamente quanto mentalmente. Além disso, a prática esportiva também é uma forma de inclusão social, sendo uma importante ferramenta de integração e cidadania, especialmente para estudantes de grupos sociais vulneráveis.

8. **Creche:** A oferta de creches para filhos de estudantes, em especial para mulheres, é uma medida que contribui para a igualdade de acesso à educação superior. Muitas vezes, a falta de apoio para a criação de filhos é um fator limitante para que as mães possam concluir seus cursos. As creches universitárias oferecem uma solução para essa questão, permitindo que as estudantes mães possam conciliar a vida acadêmica com a maternidade.

9. **Apoio pedagógico:** O apoio pedagógico é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua formação anterior, tenham condições de se desenvolver academicamente. Isso envolve o oferecimento de tutoria, reforço escolar, oficinas de capacitação e acompanhamento do progresso do estudante, ajudando-o a superar dificuldades acadêmicas e atingir seu potencial máximo.

10. **Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação:** A inclusão de estudantes com deficiências ou com necessidades educacionais específicas é uma das áreas mais importantes da assistência estudantil. A garantia de acessibilidade física, tecnológica e pedagógica nas universidades é fundamental para proporcionar a

esses estudantes um ambiente adequado para o desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas, culturais e sociais.

Em conjunto, essas áreas formam uma rede de apoio que visa a manutenção e o sucesso acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Ao abordar diversas dimensões da vida estudantil, o PNAES reconhece que o sucesso acadêmico vai além da simples frequência às aulas e que fatores como saúde, alimentação, moradia e apoio pedagógico são determinantes para a formação de um ambiente educacional inclusivo e equitativo. Essas ações afirmativas não apenas favorecem a inclusão social, mas também contribuem para a redução das desigualdades educacionais, garantindo a todos os estudantes as condições necessárias para alcançar seu potencial.

O PNAES tem sido uma das principais pautas dos movimentos estudantis, solidificando-se como uma política de inclusão e garantindo a permanência dos estudantes em uma universidade gratuita, sendo importante a fiscalização das instituições para que os auxílios sejam utilizados de maneira eficiente e por quem realmente precisa (Macedo, 2017).

A introdução desse programa é o resultado dos esforços das políticas sociais e de anos de lutas dos movimentos estudantis para que esse debate recebesse uma atenção especial, simbolizando um marco na assistência estudantil, desde as primeiras ações na década de 1930 (Ellana, 2018). Apesar de muitos defenderem que a assistência estudantil deveria ser pautada no princípio da universalidade, que abrangesse todos e não apenas os estudantes de baixa renda, no atual panorama não tem sido possível atender a demanda de forma generalizada, nem mesmo para os que são considerados em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

A Unilab é uma universidade voltada também a um público internacional e com isso podemos dizer que a educação é uma saída para melhores condições de vida para estes discentes, como traz Carlos Cardoso em seu livro: “Os primeiros anos que se seguiram à independência foram marcados por um considerável investimento por parte das novas lideranças na educação de uma forma geral, e no ensino superior em particular.” (Cardoso, 2011, p. 132).

A política de assistência estudantil tem um impacto profundo e multifacetado na vida dos(as) estudantes. Ajudando a transpor barreiras financeiras, promove a equidade e inclusão, apoiando o bem-estar acadêmico e promovendo a percepção de acolhimento. Ao fazer isso, o programa não só beneficia os indivíduos diretamente envolvidos, mas também contribui para o conjunto da sociedade brasileira que se beneficia com a formação universitária e com a qualificação de profissionais para atuarem em diferentes áreas do mercado de trabalho.

Há que se reconhecer que políticas voltadas à garantia de permanência dos estudantes no ensino superior vêm sendo demandadas e implementadas em todo Brasil. A política de assistência estudantil tem o propósito de fornecer recursos necessários para superar os obstáculos e impedimentos ao bom exercício acadêmico, transitando assim pelas mais diversas áreas e compreendendo práticas que proporcionem condições de saúde, acompanhamento educacional, moradia, transporte, alimentação entre outras despesas, todas estas condições só poderão ser realizadas através dos orçamentos destinados às IFES conforme discutiremos a seguir no segundo capítulo.

3 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNILAB (PAES)

3.1 História e Memória: A Unilab

Em 2008 foi criada uma comissão para implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). À comissão de implantação foi atribuída a missão de “realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando a atender os objetivos do Projeto”. Foram analisadas sugestões e instruções elaboradas por entidades ligadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo, priorizando temas relacionados ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária (Unilab, 2021).

A sanção da Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi um marco importante para a educação superior no Brasil, especialmente para a região Nordeste e, mais especificamente, para o estado do Ceará. A Lei instituiu a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como uma universidade pública federal, consolidando seu papel fundamental na promoção da educação superior de qualidade e na integração internacional, com foco nas relações entre o Brasil e os países lusófonos.

A criação da Unilab representou uma resposta estratégica a várias necessidades educacionais e sociais da região. Em um contexto de desigualdades educacionais e sociais, a Unilab surgiu como uma instituição pública voltada para a formação de profissionais qualificados, mas também como um vetor de promoção de integração cultural e acadêmica entre o Brasil e os países africanos lusófonos. O objetivo central da universidade não era apenas expandir o acesso ao ensino superior, mas também formar indivíduos capacitados para atuar no fortalecimento das relações culturais, políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos, refletindo uma política de internacionalização da educação superior.

A transformação da Unilab em universidade pública federal foi precedida por um intenso trabalho de estruturação e planejamento que durou cerca de dois anos, envolvendo diferentes instâncias de decisão e diversos setores da sociedade. Antes disso, a Unilab foi criada inicialmente como uma unidade acadêmica vinculada à Universidade Federal do Ceará (UFC), com a missão de promover a integração das populações afrodescendentes e das culturas lusófonas. A lei sancionada em 2010 estabeleceu a Unilab como uma instituição de ensino superior autônoma, com a missão de promover o desenvolvimento acadêmico e social por meio da educação, pesquisa e extensão, com especial atenção à promoção da inclusão social e à igualdade de oportunidades, com foco na diversidade racial e na equidade educacional.

Essa sanção também teve um impacto profundo na dinâmica da assistência estudantil na universidade. Como instituição pública federal, a Unilab passou a contar com uma maior possibilidade de acesso aos recursos federais destinados à assistência estudantil, o que possibilitou a implementação de diversas ações para apoiar os estudantes em sua trajetória acadêmica, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, racial e econômica. A política de ações afirmativas na universidade foi amplamente ampliada, com a implementação de cotas raciais e sociais, e com o compromisso da Unilab em promover um ambiente inclusivo e acessível para todos, o que contribuiu diretamente para a redução das desigualdades educacionais na região.

Além disso, a sancionamento da Lei nº 12.289 fortaleceu a missão internacional da Unilab, que passou a oferecer cursos voltados para a integração e cooperação internacional, com especial ênfase nas áreas de relações internacionais, educação intercultural e desenvolvimento sustentável. Isso se traduziu em um compromisso acadêmico e social com as populações de países lusófonos, em especial as africanas, estabelecendo a Unilab como um centro de referência na formação de profissionais capacitados para atuar em um contexto de globalização e cooperação internacional.

A partir de sua criação como universidade pública federal, a Unilab também se tornou um espaço de reflexão e inovação, possibilitando uma melhor compreensão das problemáticas sociais e educacionais de populações historicamente marginalizadas, como os negros, os indígenas e as populações de países africanos de língua portuguesa. Nesse contexto, a Unilab passou a contribuir para um modelo educacional que integra as dimensões de diversidade, pluralidade e inclusão social, em conformidade com os princípios de igualdade e justiça social estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelas políticas educacionais implementadas no Brasil.

Em suma, a Lei nº 12.289/2010 não só consolidou a Unilab como uma instituição de ensino superior, mas também representou um avanço significativo no processo de democratização do ensino superior no Brasil, com um olhar atento para a inclusão social, a diversidade racial e as relações internacionais, áreas em que a Unilab tem se destacado ao longo de sua trajetória. A universidade, com sua missão de integração e promoção da igualdade, reflete o compromisso do Brasil em enfrentar as desigualdades educacionais e sociais, contribuindo de maneira eficaz para o fortalecimento de uma educação pública de qualidade e acessível para todos.

Uma universidade que tinha como vocação a construção de vínculos estreitos com a realidade do Maciço do Baturité, no Ceará, como também a contribuição para a integração com

o continente africano, principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais.

Os indicadores socioeconômicos da Região Nordeste do Brasil – onde estão as unidades ora em funcionamento, assim como os dos países parceiros da CPLP, revelam territórios marcados por intensas desigualdades sociais. “As tarefas para promoção de um desenvolvimento econômico e socialmente sustentável, portanto, são várias e envolvem áreas prioritárias como: desenvolvimento rural, saúde coletiva, formação de professores, gestão pública, tecnologias e desenvolvimento sustentável” (Gomes e Vieira, 2013, p.88).

A Unilab abriu as portas no dia 25 de maio de 2011, o evento foi presidido pelo reitor pró - tempore Paulo Speller, informando que, naquele momento, estavam matriculados 180 estudantes, sendo 141 brasileiros e 39 estrangeiros, nos cursos de Administração Pública, Agronomia, Enfermagem, Engenharia de Energias e Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática. A universidade contava com um quadro inicial de 21 professores(as). Com uma proposta voltada à interiorização da educação superior no país, se instalou na cidade de Redenção, município de Baturité, no Ceará. Redenção está envolta em uma história de luta por direitos sociais que defendiam as pessoas escravizadas e esta foi uma das razões da implantação da Unilab ali. O município fica localizado a 60 Km de Fortaleza e contava, em 2022, com uma população de 27.214 habitantes, segundo o IBGE.⁸

Ilustração 3 – Campus da Liberdade



Fonte: Site da Unilab, 2024.

⁸ IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/panorama>

Ilustração 4 – Campus das Auroras



Fonte: Site da Unilab, 2024

Ilustração 5 – Unidade Acadêmica dos Palmares



Fonte: Site da Unilab, 2024

O Maciço de Baturité era carente de uma Universidade. A chegada da Unilab contribuiu também para o desenvolvimento regional da cidade. Segundo o livro Unilab, 5 anos: “A atuação da UNILAB desenvolve-se em áreas de conhecimento na perspectiva de contribuir com a realidade da região, em busca de promover avanços, permitindo que o acesso à educação seja além da formação em Graduação e Pós-Graduação. Professores e estudantes realizam projetos e pesquisas junto às comunidades do Maciço do Baturité, através de programas de extensão e ações comunitárias. Dessa forma, “o Maciço de Baturité torna-se um campo aberto para a

realização de trabalhos e estudos que promovam a busca de soluções para problemas concretos da realidade, buscando a melhoria das necessidades locais” (Unilab, 2013, p. 24).

Em seu livro Farah cita: “Segundo aspecto que destaco é a missão institucional da Unilab. Por ter sido criada a partir da luta histórica dos movimentos negros e pela particularidade de ser uma universidade racializada já no nome, além de estar em conexão com países lusófonos de África e instituir ações afirmativas em todos os níveis de atuação, a presença de elementos da perspectiva negra é muito forte nas formações e parcerias da entidade” (2024, p.173).

A Unilab avançou, nos últimos anos, na oferta de cursos de graduação, pós-graduação, em diferentes áreas de conhecimento, na perspectiva de contribuir com a realidade da região tanto do Maciço do Baturité, quanto da Região de São Francisco do Conde, onde a Unilab mantém um campus avançado fora de sede. A universidade forma, ainda, quadros profissionais para os países parceiros no âmbito da administração pública, da engenharia de energias e do magistério. A Unilab alimenta ainda os quadros dos municípios do Maciço com novos professores, além de projetos institucionais, tanto de pesquisa quanto de extensão e pesquisas junto às comunidades regionais onde se localizam os *campi* da Unilab.

Na época da sua criação foi pactuado que as ofertas de vagas nos cursos de graduação seriam realizadas a partir da distribuição equitativa entre os Países da Cooperação Sul/Sul e o Brasil. Atualmente a Unilab conta com a seguintes números estudantes, docentes e TAES:

Quadro 1- Estudantes

Modalidade	Alunos Matriculados	Brasileiros	Estrangeiros
Graduação Presencial	4.284	2.966	1.318
Graduação EAD	422	420	2
Pós-Graduação Lato Sensu	-	-	-
Pós-Graduação Stricto Sensu	382	368	14
Total	5.088	3.754	1.334

Fonte: Unilab em números, 2024

Quadro 2 – Gestão de Pessoas

Categoria	Quantidade
Docentes	406
TAE e outros	367
Estagiários	46
Aposentados	4
Total	819

Fonte: Unilab em números, 2024

Apesar do crescimento que a instalação da Unilab trouxe em 2011, percebemos que ainda falta muito incentivo por parte do poder público e da sociedade para que ocorra uma verdadeira expansão no Maciço do Baturité, mais especificamente na cidade de Redenção. Após 14 anos, não temos estruturas necessárias de mobilidade, habitação e saúde, para que os servidores e professores possam se instalar na cidade, fazendo com que cerca de 90% do corpo administrativo da universidade resida em cidades próximas a Fortaleza ou na capital.

Ilustração 6 – Cidade de Redenção/CE



Fonte: Unilab, 2024

A cidade de Redenção possui sua economia predominantemente baseada na agropecuária e nos serviços, que juntos correspondem a cerca de 67% das atividades econômicas. A chegada da Unilab resultou em um incremento da base da economia, o que promoveu o crescimento das atividades comerciais. Alguns estabelecimentos só foram construídos devido à presença da universidade. (Machado; Lima; Furtado, 2017).

Embora o crescimento nesses setores corresponda a uma parte importante da economia local, não foi pensando uma quantidade suficiente de empregos para atender a toda a população, que vem crescendo por conta dos estudantes da Unilab que vêm de outros países. Muitas vezes, as cidades pequenas e interioranas enfrentam desafios relacionados ao desenvolvimento econômico regional. Se a região como um todo não está passando por um crescimento

econômico significativo, isso pode impactar negativamente as oportunidades de emprego em cidades menores como Redenção.

Para melhorar a situação do emprego em Redenção, seria importante investir em projetos que visem diversificar a economia local, melhorar a infraestrutura, oferecer treinamento e a qualificação profissional, e assim criar um ambiente favorável ao crescimento econômico. Políticas públicas e iniciativas locais focadas na criação de empregos podem ajudar a enfrentar esses desafios e promover um crescimento mais sustentável e inclusivo.

3.2 O Hibridismo Cultural no Contexto da Cooperação Sul-Sul

O hibridismo cultural no contexto da cooperação Sul-Sul emerge como um fenômeno relevante no cenário contemporâneo das relações internacionais (Cardoso, 2008) e educacionais, especialmente nas universidades públicas federais brasileiras, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O conceito de hibridismo cultural refere-se ao processo dinâmico de fusão e interações entre diferentes culturas, gerando novas formas de expressão, identidade e práticas sociais. No caso da Unilab, essa interação cultural assume um caráter único, uma vez que a universidade foi criada com o propósito de promover a integração entre o Brasil e os países africanos lusófonos, além de fortalecer as relações com outros países do Sul Global.

A Unilab se configura como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma cooperação Sul-Sul que visa à construção de pontes acadêmicas, sociais e culturais entre os países do hemisfério Sul. Nesse contexto, o hibridismo cultural na universidade não se limita a um simples encontro entre culturas distintas, mas se torna um processo contínuo de intercâmbio e troca, onde saberes, valores e práticas de diferentes regiões do Sul Global são compartilhados e adaptados, gerando novas formas de compreensão e atuação no mundo.

Neste contexto, as práticas acadêmicas, as políticas de intercâmbio e as iniciativas de cooperação internacional presentes na Unilab contribuem significativamente para o fortalecimento de identidades culturais híbridas, que refletem as diversas influências culturais provenientes tanto da África quanto da América Latina e, particularmente, do Brasil. Além disso, essas trocas culturais geram impactos importantes na formação de profissionais e cidadãos globais, que compreendem e atuam no mundo de maneira mais integrada e inclusiva.

O hibridismo cultural se manifesta na Unilab, a partir das experiências acadêmicas e das relações de cooperação Sul-Sul. A análise do fenômeno na universidade permite compreender o papel fundamental da Unilab na promoção de um mundo mais plural e interconectado, onde

as trocas culturais desempenham um papel essencial na formação de novos paradigmas de solidariedade, justiça social e desenvolvimento compartilhado.

O hibridismo cultural é um fenômeno complexo que reflete tanto a diversidade quanto às tensões criadas pela fusão de culturas no contexto global. Ele pode criar formas culturais inovadoras, mas também levanta questões sobre hegemonia e desigualdades culturais. Stuart Hall argumenta que a identidade não é fixa ou essencialista, mas sim formada por diversas influências que se sobrepõem e interagem (Hall, 2006).

A partir do hibridismo cultural e da cooperação Sul-Sul, emergem como conceitos centrais no contexto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma instituição que busca promover a interculturalidade e a formação de uma identidade global. Com a proposta de integrar diferentes culturas e práticas sociais, a Unilab se posiciona como um espaço de construção de saberes que valoriza as relações entre países em desenvolvimento, especialmente os localizados no Sul Global.

O hibridismo cultural, conforme discutido por Néstor García Canclini em (1990) refere-se à intersecção e fusão de diversas culturas, resultando em novas identidades e práticas sociais. Canclini argumenta que as culturas não são entidades fixas, mas sim construções dinâmicas que surgem a partir das interações entre diferentes grupos sociais. Essa perspectiva é especialmente relevante na Unilab, onde a diversidade cultural é celebrada e estimulada. A proposta pedagógica da universidade promove o diálogo intercultural, permitindo que estudantes de diferentes origens compartilhem suas experiências, saberes e tradições. Essa troca enriquece o ambiente acadêmico, favorecendo uma aprendizagem mais profunda e significativa, além de incentivar a formação de uma identidade coletiva que transcende fronteiras nacionais.

A Cooperação Sul-Sul, conceito que se refere à colaboração entre países em desenvolvimento, é outro pilar fundamental da Unilab. Destaca-se a importância de parcerias horizontais entre países do Sul, que buscam compartilhar experiências e conhecimentos, em vez de depender de modelos tradicionais de ajuda internacional. Na Unilab, a cooperação Sul-Sul se traduz em projetos de pesquisa, intercâmbios acadêmicos e iniciativas que visam o fortalecimento das capacidades locais. Essa abordagem busca não apenas a troca de conhecimentos, mas também a construção de soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento.

As interações entre hibridismo cultural e cooperação Sul-Sul na Unilab se traduzem na criação de um ambiente acadêmico plural, onde as identidades estão em constante processo de reconfiguração. A diversidade de estudantes e docentes, provenientes de variadas origens culturais, é essencial para a construção de uma comunidade universitária rica e multifacetada.

Manuel Castells (1999) aborda como as novas tecnologias e a comunicação podem facilitar a formação de redes de solidariedade e cooperação entre pessoas de diferentes culturas. Na Unilab, essa dinâmica se manifesta através de eventos culturais, seminários e workshops, que estimulam o intercâmbio de conhecimentos e práticas entre alunos de diversos países.

Nos últimos tempos, estamos verificando o crescimento das relações Sul-Sul, o que vem fortalecendo a cooperação para o desenvolvimento nas mais diversas áreas dos países participantes. Os países da África que formam colônias portuguesas e usam o idioma português são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

A Cooperação Sul-Sul (CSS) se apresenta como uma forma de apoio ao desenvolvimento, de criação ou fortalecimento de laços políticos, econômicos ou culturais de negociação a um maior protagonismo internacional e ainda como uma fonte de soft power e de credibilidade no cenário global (Munoz, 2016, p. 9).

Segundo Santos e Menezes (2010) o termo Sul vem a comportar dois sentidos, sendo um deles o de sul geográfico, que leva em conta os países que pertencem ao hemisfério Sul e que foram historicamente colonizados pelos impérios europeus e; o segundo sentido compreende o que os autores vão chamar de diversidades epistemológicas existentes no mundo, concebidas pelos autores, como epistemologias do Sul: “O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistemológicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (Santos; Menezes, 2010, p. 19).

Dessa forma, os princípios fundamentais da Cooperação Sul-Sul devem estar pautados em uma postura ética e crítica em relação aos modelos dominantes que regem as sociedades. Nesse contexto, atuar na perspectiva da Cooperação Sul-Sul significa buscar a emancipação das regiões e dos povos que, historicamente, foram subalternizados pelos padrões hegemônicos, neste caso, pelos padrões do "Norte". Trata-se de promover a emancipação da humanidade como um todo, valorizando seus povos e suas culturas.

A cooperação Sul-Sul é vista como uma forma de promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo, permitindo que países em desenvolvimento se ajudem mutuamente a superar desafios e alcançar seus objetivos de forma mais independente e colaborativa. Em seu artigo Andréa Guzzi, comenta:

Os projetos de cooperação Sul-Sul do Brasil ganharam destaque nos mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010) e, em menor medida, de Dilma Rousseff (2011-2016), que tinham como objetivo de sua política externa colocar o Brasil como *global player* por meio da intensificação de sua posição no Sul Global e diversificando as parcerias Sul-Sul. Assim, nos anos 2000, o Brasil ampliou seu papel como potência

regional, voltando suas atenções também para o continente africano (Guzzi, 2023, p.123).

Existem vários tipos de cooperação: técnica, de paz, militar, científica, tecnológica, etc. No caso da cooperação Sul-Sul brasileira pode ocorrer nos setores da agricultura, educação, saúde, defesa, dentre outros. A cooperação entre instituições universitárias parte do contexto de que o conhecimento e cultura entre os países devem circular, sem perder a sua essência. E um dos principais objetivos é criar mecanismos para que esse intercâmbio entre os países africanos parceiros ocorra. Desta forma será possível desenvolver a cooperação solidária e a inclusão social.

Em seus países de origem, muitos desses jovens enfrentam diversos obstáculos para ingressar nas universidades nacionais, devido a fatores como a escassez de vagas ou outras barreiras que excluem uma grande parte da juventude do acesso ao ensino superior. Nesse cenário, a Unilab se destaca como uma alternativa mais inclusiva e acessível ao ensino superior. (Silva, Souza, Bathillon, 2021).

“É no governo do Presidente Lula, no entanto, que o estreitamento das relações com os países do Sul colabora decisivamente para que a cooperação entre países em desenvolvimento, principalmente na modalidade de cooperação técnica, fosse evidenciada e, conseqüentemente, a ABC melhor estruturada. O novo posicionamento da diplomacia brasileira acaba por refletir uma nova configuração da política mundial, favorecida, em grande parte, por fatores domésticos como a estabilização econômica e política” (Kraychete, Vitale, 2013, p. 247).

No contexto atual da Unilab, a instituição tem buscado cumprir seu papel de promover a integração entre os países por meio de atividades acadêmicas e de cooperação solidária. No entanto, no início, essa parceria foi concebida como uma oportunidade de expansão e abertura, inclusive comercial, para ambos os lados. Contudo, isso não se concretizou como esperado, e a universidade precisa estar mais atenta às diversas necessidades dos estudantes internacionais. É fundamental também a revisão constante dos termos de cooperação, para evitar que a contrapartida seja unilateral, beneficiando apenas o lado brasileiro.

Apesar dos avanços, a Unilab enfrenta desafios na implementação efetiva do hibridismo cultural e da cooperação Sul-Sul. A resistência à mudança cultural, a falta de recursos e a necessidade de articulação entre os diversos atores envolvidos são obstáculos que precisam ser superados. De acordo com a pesquisa de Silva e Lima (2019), a insuficiência de recursos financeiros compromete a oferta de assistência e prejudica a permanência dos estudantes nas universidades. A literatura aponta que a eficácia da Cooperação Sul-Sul depende da criação de

mecanismos que garantam a participação ativa das comunidades locais e o respeito às suas culturas e saberes.

Além disso, é fundamental que a Unilab continue a promover a formação crítica e reflexiva de seus estudantes, capacitando-os a atuar como agentes de transformação social em suas comunidades. A educação intercultural deve ser um eixo central na formação acadêmica, permitindo que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que os preparem para um mundo cada vez mais globalizado.

Na realidade acadêmica da Unilab, a intersecção entre hibridismo cultural e Cooperação Sul-Sul representa uma proposta inovadora que desafia as estruturas tradicionais de poder e de conhecimento. A universidade se posiciona como um espaço de construção de identidades coletivas que valorizam a diversidade e a interculturalidade, promovendo uma formação integral que busca superar as desigualdades e fomentar a solidariedade entre os povos. Portanto, a Unilab não apenas integra culturas, mas também se torna um laboratório social onde novas possibilidades de cooperação e diálogo são construídas, contribuindo para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

3.3 Parcerias Estratégicas no Contexto Sul-Sul

O processo de independência dos países africanos nas décadas de 1960 e 1970 trouxe consigo novas demandas voltadas a integrar essas nações nas discussões econômicas da nova ordem global. Os estudos sobre a imigração africana para o Brasil, especialmente a imigração estudantil, abordam de forma direta os acordos de cooperação firmados entre Brasil e África a esta época. Essas discussões já ocorriam entre os países em desenvolvimento, que passaram a estabelecer parcerias para se adequar à nova ordem global imposta pelas potências tradicionais (Souza, 2017).

São elementos que marcam o discurso da cooperação Sul-Sul nos foros multilaterais, principalmente, a ideia de celebração de parceria entre iguais baseada na solidariedade, livre de condicionalidades, respeitando a soberania do recebedor da ajuda e, portanto, sem interferir nos assuntos domésticos, mediante ações que considerem as prioridades nacionais de desenvolvimento e que delas decorram benefício mútuo (Kraychete, Vitale, 2013, p. 242).

A CPLP tem se dedicado a fortalecer a valorização da língua portuguesa e a integração cultural entre os países membros. A cooperação também se estende ao desenvolvimento sustentável, com o Brasil compartilhando suas experiências em áreas como preservação ambiental, gestão de recursos naturais e combate à mudança climática. Sendo a maior economia

da CPLP, o Brasil tem contribuído para acordos econômicos que visam facilitar o comércio entre os países da comunidade e impulsionar o crescimento econômico coletivo.

É a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER), por meio da Divisão de Acordos e Convênios Nacionais e Internacionais (DACNI), é responsável pela regulamentação dos acordos de cooperação estabelecidos com parceiros e entre diferentes países.

Os acordos de cooperação, os convênios e outros instrumentos congêneres são ferramentas jurídicas que estabelecem a relação de cooperação entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como entre esses órgãos e entidades e organizações da sociedade civil, empresas privadas e outras esferas governamentais. Esses instrumentos têm como objetivo central fomentar a união de esforços, recursos e conhecimentos para a realização de projetos, programas e ações de interesse público.

Por meio desses acordos e convênios, as partes envolvidas estabelecem as bases para a cooperação mútua, determinando as responsabilidades, os compromissos, os recursos financeiros e humanos envolvidos, bem como as metas a serem alcançadas. Esses instrumentos permitem a construção de parcerias sólidas e transparentes, fundamentadas em princípios como a legalidade, a impessoalidade, a eficiência e a moralidade. Alguns exemplos de acordos de cooperação: a) Acordos de Mobilidade Acadêmica; b) Acordo de Cooperação em Saúde Pública; c) Acordos Comerciais e Econômicos.

Quadro 3 – Acordos de cooperação vigentes

Tipo de Acordo	Quantidade
Nacionais	199
Internacionais	39
Total de Acordos	238

Fonte: Unilab em números, 2024

Quadro 4 - Instrumentos de cooperação internacionais

NATUREZA	PAÍS	ASSINATURA	VENCIMENTO
ACORDO DE COOPERAÇÃO	CABO VERDE	13/11/2017	13/11/2027
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PORTUGAL	10/05/2018	INDETERMINADO
ACORDO DE COOPERAÇÃO	MÉXICO	16/08/2018	16/08/2028
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PORTUGAL	03/05/2021	03/05/2026
ACORDO DE COOPERAÇÃO	FRANÇA	08/02/2021	AUTOMÁTICA
ACORDO DE COOPERAÇÃO	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	14/12/2022	14/12/2027

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO	MOÇAMBIQUE	10/09/2021	09/10/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	ANGOLA	19/04/2023	19/04/2028
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	MOÇAMBIQUE	25/10/2021	25/10/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	GUINÉ-BISSAU	03/11/2020	03/11/2025
CONVÊNIO	CHILE	12/11/2020	12/11/2025
ACORDO DE COOPERAÇÃO	MOÇAMBIQUE	15/06/2021	16/06/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	NIGÉRIA	19/02/2021	19/02/2026
CONVÊNIO	ANGOLA	29/04/2021	29/04/2026
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PORTUGAL	21/06/2021	AUTOMÁTICA
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	GUINÉ-BISSAU	28/06/2021	30/06/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	GUINÉ-BISSAU	28/06/2021	30/06/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	GUINÉ-BISSAU	21/06/2021	21/06/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	GUINÉ-BISSAU	28/06/2021	28/06/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	MOÇAMBIQUE	17/11/2022	17/11/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	ANGOLA	09/03/2022	09/03/2027
CONVÊNIO	ESPANHA	17/12/2021	17/12/2025
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PORTO RICO	04/05/2023	04/05/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	MOÇAMBIQUE	13/06/2022	13/06/2027
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO	ESTADOS UNIDOS	20/07/2022	20/07/2027
ACORDO DE COOPERAÇÃO	ESPANHA	18/11/2022	18/11/2024
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PORTUGAL	04/07/2022	06/07/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	CANADÁ	24/07/2022	27/07/2027
	SÃO TOMÉ E		
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PRÍNCIPE	14/12/2022	14/12/2024
	SÃO TOMÉ E		
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PRÍNCIPE	31/01/2023	31/01/2028
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	MOÇAMBIQUE	26/12/2022	26/12/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	MOÇAMBIQUE	18/01/2023	18/01/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	MOÇAMBIQUE	13/03/2023	13/03/2028
CONVÊNIO	COLOMBIA	28/04/2023	28/04/2028
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PORTUGAL	20/07/2012	AUTOMÁTICA
CONVÊNIO	ANGOLA	19/05/2023	19/05/2028
CONVÊNIO	ESPANHA	27/11/2023	27/11/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	ANGOLA	19/05/2023	19/05/2028
CONVÊNIO	MÉXICO	30/10/2023	30/10/2027
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	ANGOLA	05/06/2024	05/06/2029
ACORDO DE COOPERAÇÃO	ARGENTINA	01/11/2023	01/11/2028
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	URUGUAI	09/03/2024	09/03/2029
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO	CANADÁ	14/12/2023	14/12/2026
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PORTUGAL	05/03/2024	INDETERMINADO

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO	ANGOLA	21/02/2024	21/02/2029
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO	ANGOLA	21/02/2024	21/02/2029
CONVÊNIO	PERÚ	18/06/2024	18/06/2029
ACORDO DE COOPERAÇÃO	PORTUGAL	04/04/2024	04/04/2029
CONVÊNIO	CHILE	05/07/2024	05/07/2029
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	ESPANHA	21/05/2024	21/05/2028
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PORTUGAL	17/06/2024	17/06/2029
ACORDO DE COOPERAÇÃO	ARGENTINA	05/06/2024	05/06/2029
CONVÊNIO	ESPANHA	17/06/2024	15/11/2024
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PORTUGAL	27/05/2024	27/05/2029
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	GUINÉ-EQUATORIAL	19/06/2024	19/06/2029
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	PORTUGAL	20/06/2024	20/06/2029
CONVÊNIO	ESPANHA	14/10/2024	14/12/2024
ACORDO DE COOPERAÇÃO	ANGOLA	05/07/2024	05/07/2029
PROTOCOLO DE INTENÇÕES	ANGOLA	19/07/2024	19/07/2029

Fonte: Prointer (2024)

Analisando o acordo entre a Unilab e o Instituto de Bolsa de Estudos (IBE) localizado em Moçambique, podemos verificar que existe um apoio financeiro por parte do partícipe. As bolsas de estudos dos estudantes aprovados no processo seletivo do IBE se constituem de: passagem aérea de ida e regresso definitivo; auxílio financeiro mensal de USD 175,00 a USD 200,00. No entanto, na maioria dos acordos mencionados acima, não ocorre a contrapartida do partícipe, ou seja, a Unilab arca com a maioria dos custos.

Diversos projetos de cooperação técnica implementados em Moçambique demonstram que, além da diversidade temática dos acordos, a cooperação brasileira na África reforça questões defendidas pelos governos do Brasil em organizações internacionais. Exemplos disso são o combate ao HIV/Aids, por meio da produção de medicamentos antirretrovirais, e a erradicação da fome, com a melhoria tecnológica na produção de alimentos e programas sociais. Nesse contexto, duas instituições brasileiras têm sido essenciais para impulsionar a cooperação técnica nessas áreas estratégicas: a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (Kraychete, Vitale, 2013).

A falta de transparência nos contratos firmados entre o governo moçambicano e empresas brasileiras dificulta uma análise mais aprofundada sobre as bases das relações entre o Estado de Moçambique e o setor privado brasileiro. Isso inclui até mesmo a possibilidade de desmistificar a ideia de “imperialismo” brasileiro junto à população local. Da mesma forma, a ausência de transparência de ambas as partes nos projetos de cooperação – sendo evidente, no

caso brasileiro, a falta de uma política clara que defina os objetivos da cooperação no continente africano – pode gerar desconfiças quanto à atuação brasileira (Kraychete, Vitale, 2013).

3.4 Fundamentos legais do PAES

No âmbito da Unilab essa política nacional de assistência estudantil (PNAES) é instrumentalizada e executada através do PAES, que está vinculado à Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae). Segundo a Resolução Paes nº 31 de 30 de julho de 2021, os critérios para concessão dos auxílios são: prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Além disso, é feita uma análise socioeconômica considerando os seguintes indicadores de vulnerabilidade: renda per capita do grupo familiar; situação de moradia (alugada ou financiada); situações de agravo de doenças no grupo familiar; trajetória de escolarização no Ensino Médio (escola pública); renda familiar instável; e localização da moradia (zona rural).

A resolução prevê critérios específicos para a **reserva de vagas**, que seguem as diretrizes da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), ajustando a porcentagem de vagas de acordo com a composição demográfica de cada localidade atendida pela UNILAB. Além disso, a resolução regula os processos seletivos que envolvem candidatos oriundos de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reforçando o caráter internacional da universidade.

O Programa de Assistência ao Estudante (Paes) tem como finalidade assegurar o acesso aos direitos de assistência estudantil, oferecendo apoio institucional aos estudantes de graduação presencial que enfrentam condições socioeconômicas desfavoráveis, a fim de promover sua permanência acadêmica de forma bem-sucedida.

Conforme a mesma resolução citada acima, o Paes tem como objetivos: I - fortalecer políticas institucionais referenciadas na inclusão social pela educação, na garantia de direitos essenciais e igualdade de oportunidades; II - oportunizar a democratização das condições de permanência na educação superior pública federal; III - favorecer a redução das desigualdades sociais no contexto internacional, nacional e loco-regional; IV - contribuir para a redução das taxas de retenção e de evasão, sobretudo decorrentes de condições financeiras insuficientes; V - estimular o desenvolvimento dos estudantes nas suas múltiplas dimensões, principalmente no que concerne às dimensões sociais, materiais, intelectuais, culturais e afetivas; e VI - implementar auxílios, desde que atendida a disponibilidade orçamentária, em diversas

modalidades que contribuam efetivamente para um percurso formativo com sucesso acadêmico e conclusão dos cursos de graduação.

O programa de Assistência Estudantil (Paes), possui sete modalidades: auxílio alimentação; auxílio emergencial, auxílio instalação; auxílio inclusão digital; auxílio moradia; auxílio transporte e auxílio social, que serão detalhados mais à frente. Os auxílios poderão ser concedidos por meio de processo seletivo, realizado através de Edital regular ou de fluxo contínuo.

O processo seletivo para inclusão no Programa de Assistência ao Estudante (PAES) é regulado por Edital, publicado nos semestres em que há ingresso de novos estudantes, ou por Edital de Fluxo Contínuo. A seleção para ingresso no Paes e/ou renovação dos auxílios será de responsabilidade da Coordenação de Políticas Estudantis (COEST), que contará com o apoio de uma Comissão, constituída por Portaria e publicada conforme as normas institucionais.

A concessão dos auxílios será submetida a uma análise criteriosa pela Comissão de Seleção e Acompanhamento de Permanência do Estudante (COSAPE). O processo seletivo levará em consideração a análise das condições socioeconômicas familiares declaradas e/ou comprovadas pelo estudante solicitante.

O tempo máximo de permanência do estudante no Paes corresponde à duração mínima do curso, conforme estabelecido na resolução de criação do curso. Estudantes que ingressarem no Paes a partir do 2º (segundo) semestre terão o tempo de permanência calculado com base no número de semestres e/ou horas restantes para a conclusão do curso. Nos casos de mudança de curso ou nova entrada por processo seletivo, o tempo de permanência será recalculado, considerando os semestres e/ou horas a serem cumpridos, não podendo, no entanto, ultrapassar o limite de 5 (cinco) anos de permanência no Programa.

A desvinculação do programa se dará conforme artigo 19, Resolução Paes nº 31 de 30 de julho de 2021:

Art. 19. A desvinculação do Programa de Assistência Estudantil (Paes) se dará quando: I - encerrada a vigência do Termo de Compromisso e/ou não houver renovação da concessão do auxílio no período estipulado pela Coest/Propae; II - a pedido do estudante beneficiário, desde que formalizado junto à COEST/PROPAE; III - por trancamento, abandono ou desligamento do Curso; IV - pelo não cumprimento das condições e exigências estabelecidas na presente Resolução e/ou em Edital específico; V - o estudante beneficiário apresentar uma ou mais reprovações por falta no semestre letivo; VI - o estudante beneficiário apresentar três ou mais reprovações no semestre, três ou mais reprovações em uma mesma disciplina em semestres letivos distintos, subsequentes ou não; VII - existir sanção disciplinar; VIII - comprovado que o estudante beneficiário desenvolve atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, excetuando-se os casos em que, após análise criteriosa por parte da COSAPE, restar comprovada situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica; IX - Comprovada renda familiar per capita superior a um salário mínimo e meio; X - houver restrições orçamentárias que exijam o corte de auxílios;

ou XI - quando comprovada a omissão de informações, falta de veracidade nas informações declaradas e/ou falsa de comprovação de documentos no processo de seleção e/ou acompanhamento do Programa (BRASIL, 2021, p.10-11).

De modo geral, a Resolução Paes nº 31 de 30 de julho de 2021 busca garantir a inclusão e diversidade dentro do ambiente acadêmico da Unilab, refletindo o compromisso da instituição com a integração internacional e o desenvolvimento social, especialmente no contexto da educação superior no Brasil e a partir da cooperação Sul-Sul.

Ainda, podemos afirmar que a Resolução Paes nº 31 de 30 de julho de 2021 aborda a assistência estudantil na Unilab estabelecendo diretrizes para a promoção de ações que garantam a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes. Com foco na equidade e na qualidade da formação, a resolução visa oferecer suporte integral, que abrange não apenas auxílio financeiro, mas também apoio psicológico e social, atendendo às diversas necessidades dos alunos. Além disso, busca valorizar a diversidade étnica, cultural e social da comunidade acadêmica, promovendo ações inclusivas. Outro aspecto importante é a estimulação da participação estudantil na elaboração e avaliação das políticas de assistência, garantindo que suas vozes sejam ouvidas. A resolução também propõe a articulação da assistência estudantil com outras políticas da universidade, como ensino, pesquisa e extensão, criando um ambiente acadêmico mais acessível e integrado. Dessa forma, a Resolução Paes nº 31 representa um marco na Unilab, reafirmando o compromisso da instituição com a inclusão e a equidade, assegurando que todos(as) os(as) estudantes tenham as mesmas oportunidades de acesso e sucesso acadêmico.

3.5 Modalidades dos Auxílios Estudantis

A assistência estudantil desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e no fortalecimento da inclusão na educação superior, especialmente em instituições que buscam atender a uma população diversa, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O Programa de Assistência Estudantil da Unilab oferece um conjunto de auxílios destinados a apoiar os(as) estudantes em suas trajetórias acadêmicas, reconhecendo as diferentes realidades socioeconômicas e culturais. Esses auxílios são concebidos para garantir que os(as) estudantes em condições de vulnerabilidade tenham condições adequadas para se dedicarem aos estudos e alcançarem seus objetivos, independentemente de suas circunstâncias financeiras. Entre as modalidades de auxílio disponíveis, destacam-se a assistência financeira, os programas de moradia, alimentação,

transporte, saúde e suporte psicológico. Através dessas iniciativas, a Unilab busca não apenas promover a permanência dos estudantes na instituição, mas também fomentar um ambiente educacional que valorize a diversidade e contribua para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

Dessa forma, o Programa de Assistência Estudantil reflete o compromisso da Unilab na busca pela promoção do desenvolvimento integral dos(as) estudantes, o que pode ser notado na Resolução PAES nº 31 de 30 de julho de 2021, em que são apresentadas as seguintes modalidades e valores dos auxílios para estudantes em condições de vulnerabilidades e que estão dentro de algum critério específicos do Paes.

O PAES é um programa que está ligado diretamente ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que através dos auxílios contribui para que os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social concluam o ensino superior de forma exitosa. O programa conta com seis modalidades de auxílios dos quais os estudantes podem ser beneficiados, quais sejam, auxílio moradia que tem como objetivo garantir condições de residência nos municípios sede dos Campi da UNILAB, auxílio instalação concedido os estudantes beneficiários do auxílio moradia para suprir necessidades referentes à compra de mobília, eletrodomésticos, entre outros itens, auxílio transporte concedido para complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a universidade, auxílio alimentação que tem como objetivo complementar despesas com alimentação, auxílio social concedido a estudantes em situações de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica familiar, auxílio emergencial concedido de forma excepcional, em caráter de situação emergencial devidamente comprovada pelo discente, cuja a extrema vulnerabilidade socioeconômica esteja pondo em risco a permanência do estudante na instituição (Silva e Vasconcelos, 2019, p.8).

Com base na citação acima iremos detalhar os auxílios proporcionado pelo Paes na Unilab aos(as) estudantes:

Auxílio Moradia: concedido aos estudantes da UNILAB, com o objetivo de garantir condições de residência nos municípios de Redenção/CE e Acarape/CE para estudantes matriculados em cursos do Ceará; e São Francisco do Conde/BA para estudantes matriculados em cursos da Bahia, desde que o grupo familiar resida distante da sede do curso presencial no qual se encontre regularmente matriculado (fora da zona urbana dos municípios dos Campi), cujo acesso aos Campi seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou outros fatores devidamente justificados com documentação pertinente. Valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) mensais.

Auxílio Instalação: concedido com o objetivo de apoiar os/as estudantes beneficiários/as do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios-sede dos Campi da Unilab, no que se refere à aquisição de mobília,

eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros itens. Valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

Auxílio Transporte: será concedido Auxílio Transporte com objetivo de complementar despesa com transporte e apoiar no deslocamento para a Unilab, assegurando-lhes as condições para acesso às atividades universitárias. Valor mínimo de R\$ 90,00 (noventa reais) e valor máximo de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) mensais, observando o que prescreve o inciso III do Art. 13, da Resolução Ad Referendum Consuni/Unilab N° 31, de 30 de julho de 2021.

Auxílio Alimentação: concedido com o objetivo de complementar despesas com alimentação. Valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais.

Auxílio Social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica familiar. Valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) mensais.

Auxílio Emergencial: auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional, enquanto perdurar a situação geradora do caráter emergencial, aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na Universidade. O valor do Auxílio Emergencial poderá ser equivalente a até o valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) e será disponibilizado para complementar as despesas emergenciais apresentadas pelos estudantes.

O Auxílio Instalação poderá ser solicitado juntamente com o Auxílio Moradia, sendo seu valor equivalente a, no mínimo, uma e, no máximo, duas parcelas do Auxílio Moradia, concedido de forma individual e apenas uma vez. Os/as estudantes beneficiados/as com o Auxílio Instalação terão até 60 (sessenta) dias para apresentar documentos comprobatórios da compra de bens que garantam condições adequadas para fixação de residência, conforme previsto no parágrafo 1º do Art. 14º da Resolução Ad Referendum Consuni/Unilab N° 31, de 30 de julho de 2021. Para os fins previstos pelo Auxílio Instalação, são considerados bens essenciais de mobília: cama, colchão, guarda-roupa, cômoda, mesa e ferro de passar; de utensílios domésticos: panelas, talheres, pratos e copos; e outros itens como botijão de gás de cozinha e roupas de cama, mesa e banho.

O Auxílio Inclusão Digital será concedido de forma individual e uma única vez, podendo, por sua natureza eventual, ser acumulado com qualquer outra modalidade de Auxílios do PAES. O acúmulo dos auxílios moradia e alimentação, e/ou dos auxílios transporte e alimentação, será permitido apenas mediante disponibilidade orçamentária.

Após a seleção por meio deste Edital, o/a estudante permanecerá no programa por até 12 meses, contados a partir da data de publicação do resultado final. Ao fim desse período, o/a

estudante poderá solicitar a renovação do(s) auxílio(s), conforme as datas estabelecidas pela Coest/Propae. A Coest/Propae poderá solicitar a atualização dos dados aos/às beneficiários/as do programa sempre que necessário e revisar os auxílios concedidos.

Conforme o Edital 02/2021 PROPAE - Programa de Assistência ao Estudante (PAES), os requisitos para participar do programa são:

7.1. Poderão candidatar-se a qualquer das modalidades de Auxílios os estudantes que atendam às seguintes exigências:

1. estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da Unilab;
2. estar frequentando regularmente as aulas;
3. possuir renda *per capita* familiar de até um salário-mínimo e meio;
4. não apresentar pendência de comprovação do Auxílio Moradia, do Auxílio Instalação e/ou do Auxílio Inclusão Digital (modalidade em pecúnia), nos casos dos estudantes que estão renovando sua inserção no PAES (Edital 2021, p.3).

Apesar da Unilab hoje contar com um total apenas de 4.284⁹ estudantes matriculados nos cursos de graduação, ainda não temos muito avanço na cobertura de auxílios para os estudantes em condições mais vulneráveis. Vale destacar, que os estudantes que adentram a Unilab na maioria das vezes são de grupos sociais mais vulneráveis e precisam da assistência estudantil para garantir a sua permanência no curso escolhido.

O contingente de estudantes com o perfil de vulnerabilidade socioeconômica que está na Unilab necessita ser contemplado pelos programas de assistência estudantil. O Governo Federal precisa aportar mais recursos orçamentários, independente da matriz OCC atual que distribui o orçamento para as universidades a partir do número de estudantes matriculados, pois, só com um orçamento mais robusto será possível atender um maior quantitativo de estudantes e garantir de fato a permanência estudantil.

3.6 Restaurante Universitário

Os Restaurantes Universitários (RUs)¹⁰ da Unilab têm como principal objetivo proporcionar refeições de alta qualidade para estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos, além de servir como um espaço de encontro e integração para toda a comunidade universitária, garantido a aplicabilidade do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

⁹ Fonte: Unilab em números, 2024.

¹⁰ O RU Ceará disponibiliza cerca de 2.000 mil refeições por dia

Os restaurantes universitários visam apoiar o desenvolvimento das atividades dentro das universidades e assim reduzir a evasão, ajudando a permanência dos discentes e contribuindo para sua formação acadêmica. Com um valor relativamente baixo e muitas vezes custeados pelo auxílio alimentação que os estudantes recebem, os restaurantes universitários, para muitos, representam o local onde muitos estudantes fazem as únicas refeições do seu dia.

No início do ano de 2020 fomos acometidos pela COVID-19, doença infecciosa causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Em 19 de março de 2020, o estado decretou situação de calamidade pública em todo o território nacional, com restrições mais rígidas para evitar a propagação do vírus.

Nesse contexto, a Unilab suspendeu as atividades presenciais na universidade, possibilitou aos servidores a execução das suas atribuições em regime excepcional de trabalho remoto, instituiu o revezamento de jornada de trabalho para aqueles servidores a quem não é possível a aplicação do trabalho remoto, garantindo o desenvolvimento das atividades e infraestruturas essenciais. Contudo, diante de todas essas alterações, outro lado emergente da pandemia envolve a segurança alimentar dos estudantes da universidade, mais especificamente dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que os restaurantes universitários (RUs) também tiveram seu funcionamento tradicional interrompido.

Com o início da pandemia da COVID-19, a UNILAB buscou maneiras de manter uma alimentação adequada e saudável aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que não tiveram a possibilidade de retornar aos seus lares de origem, pois, assim como outras necessidades básicas, a comida também é fundamental para todos nós. Através da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica na universidade até a conclusão da graduação de ensino superior. A partir do PNAES, houve a disponibilização de recursos financeiros para também subsidiar a alimentação, ações mantidas para os estudantes no período da pandemia.

Em dezessete de março de 2020 na Resolução Consuni nº 2, a Unilab publica uma resolução *Ad referendum* em que dispõe sobre as ações de enfrentamento ao COVID-19 e no parágrafo I do artigo 4º informa que:

§ 1º Como forma de amenizar os impactos do fechamento do RU, os/as estudantes que recebem atualmente auxílio-moradia e os/as acolhedores de estudantes internacionais ingressantes receberão ajuda de custo de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Resolução nº2, 2020, p.2).

Com isso, foram disponibilizados entre os anos de março/2020 e março/2022, em forma de ajuda de custo emergencial cerca de R\$6.666.000,00, oriundos do PNAES, para financiar a alimentação de 1.700 estudantes. (SIAFI, 2020, 2021, 2022).

Atualmente a Unilab conta com o funcionamento de três restaurantes universitários, um localizado no Campus de Liberdade (Redenção), um localizado no Campus das Auroras (Redenção) e mais um localizado na Unidade Acadêmica do Palmares (Acarape).

Destaca-se que a pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios significativos para a (Unilab, impactando especialmente os(as) estudantes mais vulneráveis. A transição abrupta para o ensino remoto foi um dos principais obstáculos enfrentados, pois muitos alunos não possuíam acesso a dispositivos tecnológicos adequados ou uma conexão estável à internet. Essa situação evidenciou as desigualdades sociais já existentes, dificultando a participação e o aprendizado de uma parte considerável da comunidade estudantil.

Além das questões tecnológicas, a crise econômica desencadeada pela pandemia levou a um aumento expressivo na demanda por auxílios financeiros. Muitos estudantes e suas famílias enfrentaram perdas de renda significativas, o que tornou ainda mais urgente a necessidade de suporte por meio do Programa de Assistência Estudantil da Unilab. No entanto, a crescente demanda sobrecarregou os recursos disponíveis, e foram criadas estratégias para a continuidade do apoio necessário para a permanência dos(as) estudantes na universidade, como citamos anteriormente.

O impacto psicológico também foi profundo, especialmente entre os estudantes mais vulneráveis. O estresse, a ansiedade e a incerteza em relação ao futuro afetaram o bem-estar emocional de muitos, tornando essencial a ampliação das ações de apoio psicológico. A universidade precisou intensificar essas iniciativas para atender à crescente demanda por suporte emocional, tentando mitigar os efeitos negativos da pandemia na saúde mental dos(as) estudantes.

A COVID-19 revelou e acentuou as vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes da Unilab, destacando a importância de políticas de assistência estudantil mais robustas e integradas. A resposta da universidade a esses desafios foi crucial para garantir que todos(as) estudantes mais vulneráveis recebessem o apoio necessário para continuar seus estudos em um momento tão desafiador, inclusive com a entrega de tablets para que todos(as) estudantes pudessem participar do ensino remoto.

3.7 Atendimento à Saúde

Compõem a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae), a Divisão de Assistência à Saúde Estudantil (Diase), que tem a função de promover a permanência e fomentar o bem-estar dos estudantes na universidade.

A Divisão realiza a promoção da saúde e prevenção de agravos, por meio de ações que estimulam o conhecimento sobre fatores que influenciam nos processos de saúde e adoecimento, a equipe apoia o público universitário ampliando a autonomia discente e seus processos de cuidados individuais e coletivos.

As ações de promoção à saúde possuem, de modo geral, uma natureza multidisciplinar e/ou interdisciplinar. Atualmente contam com uma equipe multiprofissional e oferecem aos estudantes um suporte quanto aos cuidados em saúde e políticas públicas, que resultam numa melhoria da qualidade de vida. São exemplos de ações desenvolvidas pela DIASE: Rodas de Saúde do Viajante, Círculo de Chegadas e Boas-Vindas.

No entanto, o acesso ao atendimento à saúde nas universidades pode variar bastante de uma instituição para outra, dependendo do orçamento, da localização e das políticas de cada universidade. Em alguns casos, a falta de recursos e a demanda crescente por esses serviços podem comprometer a qualidade do atendimento.

3.7.1 Atendimento Psicológico

Além do atendimento médico básico, a saúde mental tem ganhado cada vez mais destaque nas universidades, com a criação de programas e serviços especializados para apoiar os estudantes em momentos de estresse, ansiedade e outros problemas emocionais. Isso é especialmente importante, considerando as pressões acadêmicas e a adaptação ao ambiente universitário.

A transição da escola para a vida universitária representa, para muitos jovens, a conquista da independência, mas também pode ser considerada um período crítico de adaptação ao novo ambiente e às novas demandas (Costa; Moreira, 2016). O ingresso do estudante no ensino superior impõe uma série de desafios a serem enfrentados como, por exemplo, o surgimento de novos vínculos afetivos, uma nova metodologia de ensino, a responsabilidade da aprendizagem de novos saberes, e, para muitos, a primeira experiência de uma vivência fora de casa, da família e dos amigos. No contexto da Unilab, soma-se a isso o contato com estudantes

de diversas culturas, o que requer aprendizado para lidar com relações interpessoais trazidas pela diversidade.

Diante disso, a Diase, alinhada com o PNAES, oferece aos estudantes ações de acolhimento voltadas para as emoções, sentimentos e situações vivenciadas no cotidiano dos discentes, contribuindo para permanência do estudante no meio acadêmico, como por exemplo o plantão psicológico.

Após a apresentação dos auxílios e serviços oferecidos no âmbito da Unilab para o atendimento aos estudantes, destacamos que a Propae desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão, diversidade e assistência aos estudantes. Com o objetivo de garantir a permanência e o sucesso acadêmico, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade.

Nas iniciativas apresentadas, destacamos os auxílios financeiros, que incluem o auxílio estudantil. Destinados a estudantes em vulnerabilidade econômica, esses suportes financeiros visam aliviar as dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Como observamos, a Propae também disponibiliza serviços de apoio psicológico, com profissionais capacitados para oferecer orientação e suporte emocional, um recurso essencial para lidar com questões de saúde mental, estresse e ansiedade. Além disso, desenvolve programas voltados para a inclusão e diversidade, assegurando a participação de grupos historicamente marginalizados, por meio de ações afirmativas para estudantes de diferentes etnias, gêneros, orientações sexuais e origens socioeconômicas.

A Propae implementou políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, garantindo o acesso às atividades acadêmicas e promovendo as adaptações necessárias para que esses alunos possam aproveitar plenamente sua experiência universitária.

Assim, as ações da Propae na Unilab refletem um compromisso com a inclusão e a equidade, buscando atender às diversas necessidades dos estudantes e promovendo um ambiente acadêmico que valorize a diversidade, desempenhando um papel crucial na formação dos estudantes. Entretanto, destaca-se que o aporte financeiro hoje recebido pela Propae para manutenção do PAES é ainda insuficiente para garantir a ampliação dos estudantes beneficiários, assim como aumento dos valores dos auxílios pecuniários.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DE PESQUISA

4.1 Natureza da Pesquisa

O presente estudo fundamentou-se a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa de pesquisa, utilizando como metodologia o estudo de caso. Segundo Yin (1994) o estudo de caso é uma investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, enfatiza o conhecimento de uma unidade em particular, possibilitando compreendê-la dentro de um contexto em que temos como perguntas centrais “por quê?” e “como?”. “Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 1994, p.19). Segundo Yin “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (1994; p. 21). Nesse sentido, essa metodologia atende aos objetivos da pesquisa proposta.

Segundo Arilda Godoy: “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (1995; p. 26). A metodologia da pesquisa supracitada enquadra-se na afirmação da autora, pois irá detalhar em ambiente próprio a situação particular de sujeitos singulares que participam direta e indiretamente do estudo proposto.

Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que a pesquisa quantitativa utiliza métodos numéricos para a coleta de dados, enquanto a pesquisa qualitativa adota uma abordagem não numérica. Com base nas informações sobre as fontes de recursos, os gastos e a proporção dos recursos financeiros, elaboramos tabelas e gráficos para facilitar a análise tanto qualitativa quanto quantitativa dos dados. Em seguida, examinamos as ações e a abrangência das políticas de assistência estudantil na universidade.

Por se tratar de documentos oficiais, a análise levará em consideração a possibilidade de que esses textos reflitam interesses políticos e sociais de seus autores. Empregamos a análise quantitativa para entender o comportamento do aporte de recursos, buscando identificar padrões, aumentos ou reduções, e relacioná-los com os critérios de cálculo definidos pelo MEC.

Uma abordagem quantitativa é um método de pesquisa que se baseia na coleta e análise de dados numéricos para entender fenômenos, testar hipóteses e fazer previsões. Aqui iremos utilizar os dados numéricos, que se trata da coleta do que pode ser quantificado, como números, estatísticas e medidas. Segundo Bardin:

A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira, obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exacta, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil, nas fases de verificação das hipóteses (Bardin, 1977, p.116).

Segundo Bogdan e Biklen (1994) definem, pesquisa qualitativa é um processo de investigação que produz descrições detalhadas. Estas descrições, por sua vez, podem ser sobre pessoas, lugares e objetos, capturadas através da perspectiva do pesquisador. Para Goldenberg (1997) a abordagem qualitativa não se limita a um conjunto de técnicas, mas é uma forma distinta de abordar e compreender o mundo. Em sua visão, isso envolve uma interação dinâmica entre teoria e prática.

A abordagem qualitativa também é conhecida por sua flexibilidade e de acordo com Stake (1995), ela permite adaptar o estudo conforme o contexto e as circunstâncias, garantindo que a pesquisa seja relevante e adequada ao fenômeno estudado.

Também foi realizada uma análise de documentos oficiais e dados coletados na pesquisa de campo, utilizando um roteiro com questões abertas. Na análise documental, baseada no estudo de conteúdo, buscamos sempre promover uma interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Além disso, empregamos a descrição minuciosa da realidade investigada, conforme sugerido por Minayo (2004), para garantir uma compreensão mais detalhada e contextualizada do fenômeno estudado.

A análise documental é uma metodologia de investigação que envolve a análise e interpretação de documentos já existentes para a obtenção de informações relevantes para o estudo de um determinado tema, sendo uma ferramenta útil para entender as políticas em vigor. Pode incluir: relatórios institucionais, planos de desenvolvimento institucional e dados estatísticos internos. Sobre a pesquisa documental, May (2004) explica que as fontes incluem documentos históricos, como leis, declarações estatutárias, bem como relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos nos quais elas estiveram diretamente envolvidas.

Foi realizada uma análise de documentos oficiais e os dados coletados na pesquisa de campo, os dados foram coletados através do questionário de pesquisa. A análise documental, fundamentada no estudo de conteúdo, buscou sempre estabelecer uma interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Nesse processo, adotamos a descrição minuciosa da realidade investigada, conforme Minayo (2004), para proporcionar uma compreensão detalhada e contextualizada dos dados. Ao aplicar essa abordagem, procuramos não apenas interpretar os documentos, mas também entender as diferentes perspectivas dos participantes, considerando

o contexto social e político que influencia as informações coletadas. Dentre os quais os documentos selecionados, os mais importantes foram:

- a) Documentos Legislativos/Normativos: Leis e decretos de caráter federal.

Incluindo neste indo a Lei Orçamentária Anual (LOA).

- b) Documentos de planejamento da Unilab;
- c) Regulamentações na área estudantil: Portarias, decretos e resoluções.
- d) Documentos disponibilizados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Realizamos a análise dos dados estatísticos a partir das informações fornecidas pela instituição e pelo portal de transparência da Unilab. Para essa análise, utilizamos tanto a estatística descritiva quanto a análise de conteúdo, organizada em etapas conforme proposto por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na análise, aplicamos a estatística descritiva para resumir e interpretar as variáveis numéricas, enquanto a análise de conteúdo foi essencial para explorar o significado e o contexto por trás dos dados qualitativos, permitindo uma compreensão mais profunda das informações. A organização das fases de Bardin (1977) nos permitiu um tratamento sistemático e estruturado dos dados, garantindo que a análise fosse realizada de maneira rigorosa e que os resultados pudessem ser contextualizados e interpretados de forma adequada.

A documentação trabalha com documentos, a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se principalmente por classificação, indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1977, p.46).

Sendo assim, o estudo buscou analisar os documentos disponibilizados pela Propae e pela Proplan, como atas de reuniões, normativos, resoluções, planejamento orçamentário e outros documentos oficiais do governo federal e da própria instituição locus da pesquisa, preservando os dados pessoais, utilizando na pesquisa informações de acesso público, nos termos da lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Iniciamos o percurso da pesquisa pelo levantamento documental. Situamos nosso objeto de pesquisa, para posteriormente analisar os documentos oficiais selecionados de forma mais metódica a partir da análise de conteúdo, com base já nos documentos selecionados previamente na análise documental. Assim, para atingir os objetivos propostos analisamos os documentos oficiais considerados importantes como fontes de dados primários e/ou

secundários para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, especial atenção (Godoy, 1995).

Em nossa análise, o estudo de caso sobre as políticas de assistência estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) contribuiu significativamente para esta pesquisa de várias maneiras. Primeiramente, ele proporcionou uma compreensão aprofundada do contexto específico em que essas políticas são implementadas, permitindo uma análise mais detalhada das necessidades e desafios enfrentados pelos estudantes. Ao explorar as respostas enviadas pelos(as) estudantes e servidores, através do questionário de pesquisa, foi possível identificar as percepções destes acerca do Paes, e compreender de forma mais nítida a eficácia das políticas de assistência estudantil, principalmente para os(as) estudantes internacionais.

Além disso, o estudo de caso possibilitou a avaliação do impacto orçamentário das ações de assistência estudantil sobre a permanência dos estudantes. Ao coletar dados qualitativos e quantitativos, conseguimos estabelecer correlações entre as intervenções e seus resultados, evidenciando como os auxílios financeiros influenciaram a trajetória de permanência acadêmica dos(as) estudantes.

A análise desses dados permitiu não apenas mensurar o impacto direto dos recursos financeiros, mas também compreender as condições que favorecem ou dificultam a continuidade dos estudantes em sua vida acadêmica. As correlações identificadas entre os auxílios e a permanência acadêmica mostram como o suporte financeiro pode ser um fator crucial para mitigar desigualdades e garantir o acesso e a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade, reforçando a importância das políticas de assistência estudantil.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o estudo de caso facilitou a identificação de boas práticas e experiências exitosas que podem ser replicadas ou adaptadas em outras instituições. Ao analisar as políticas de assistência estudantil da Unilab, pode-se extrair lições que venham a contribuir para o fortalecimento de ações similares em outras universidades.

Ainda, podemos destacar que a associação do estudo de caso com a análise de conteúdo de Bardin (1977) enriqueceu a pesquisa sobre as políticas de assistência estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) de diversas maneiras. A análise de conteúdo permite sistematizar e interpretar informações qualitativas, facilitando a identificação de padrões, categorias e temas relevantes nos dados coletados. Ao aplicar essa metodologia ao estudo de caso, foi possível extrair significados profundos das experiências e percepções dos estudantes e servidores em relação às políticas de assistência.

Primeiramente, a análise de conteúdo ajudou a organizar as informações obtidas por meio de questionário de pesquisa, com um conjunto de perguntas e observações, possibilitando a categorização dos relatos dos estudantes e servidores. Isto proporcionou a identificação de elementos recorrentes e divergentes nas experiências de assistência estudantil. Além disso, a classificação dos dados em categorias revelou temas centrais que emergiram das informações coletadas nos questionários respondidos pelos estudantes e servidores, participantes da pesquisa, como desafios enfrentados, expectativas em relação às políticas e sugestões de melhorias. Esta abordagem ofereceu uma visão holística e informada sobre as necessidades da comunidade acadêmica.

Outro aspecto importante foi a interpretação mais profunda dos dados qualitativos, que ajudou a revelar não apenas o que os estudantes e servidores pensam sobre as políticas de assistência, mas também o porquê de suas percepções. Essa análise contextualizada contribuiu para uma compreensão mais rica dos fatores que influenciam a eficácia das políticas.

Através da análise de conteúdo, também foi possível avaliar como as políticas de assistência estão sendo percebidas pelos alunos e quais aspectos são considerados mais ou menos eficazes, o que pode apresentar dados relevantes para os gestores da Unilab, para auxiliar na possível reformulação ou na melhoria das iniciativas existentes. Por fim, a utilização da análise de conteúdo de forma sistemática aumentou a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa, permitindo uma triangulação dos dados e a construção de argumentos baseados em evidências.

Logo, a combinação do estudo de caso com a análise de conteúdo de Bardin possibilitou uma investigação mais robusta e detalhada sobre as políticas de assistência estudantil na Unilab, contribuindo para a geração de conhecimento relevante e aplicável na melhoria da assistência estudantil.

4.2 Lócus da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito da Unilab, uma instituição que possui como característica a cooperação Sul-Sul e o objetivo de articular a integração com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Unilab é profundamente marcada por sua singular missão de integrar a educação superior com a realidade multicultural dos países de língua portuguesa, especialmente com os da África, além do Brasil e Timor-Leste.

Por estar situada em um contexto geográfico e cultural de grande diversidade, a Unilab atua como um locus que propicia pesquisas voltadas para as questões de colonialidade, diáspora

africana, relações étnico-raciais, desenvolvimento regional e globalização. A pesquisa desenvolvida na Unilab se concentra em temas de relevância tanto para o Brasil quanto para os países parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que permite um espaço privilegiado para o diálogo intercultural e interdisciplinar.

O objetivo da pesquisa é analisar se as ações de acolhimento e integração promovidas pela Unilab contribuem para uma adaptação adequada e tranquila à universidade, se a gestão tem cumprido seu papel ao preservar os recursos destinados aos auxílios, evitando os cortes anuais nos orçamentos das IFES, e se estão sendo buscadas alternativas para ampliar esses auxílios. Além disso, investiga se o apoio fornecido pelos países parceiros tem sido suficiente. Diante disso, consideramos que o ambiente escolhido facilita a coleta de dados e a compreensão do impacto dos serviços de apoio estudantil.

4.3 Procedimentos de Coleta de Dados

A pesquisa se constitui em dois momentos. No primeiro momento foram realizadas as pesquisas bibliográficas e documental, e no segundo momento, a pesquisa de campo. A pesquisa de campo se deu entre servidores e estudantes (nacionais e internacionais). Foi realizado a coleta de dados junto aos sujeitos selecionados, de acordo com a disponibilidade de participarem da pesquisa. Por esse motivo foi elaborado um roteiro de perguntas em que apresentamos um conjunto de questões abertas, que permitiram aos participantes se expressarem em relação ao tema abordado. A seleção se deu por convite pessoal, via e-mail para alguns servidores envolvidos no tema abordado e estudantes (nacionais e internacionais) beneficiários, ou não, das políticas estudantis, pois estávamos em um período de greve, o que impossibilitou encontros presenciais. Encaminhou-se o questionário de pesquisa via e-mail, utilizando-se a ferramenta *google forms*.

Foram selecionados cinco servidores(as), relacionados com a Propae, Proplan e Prointer¹¹, 12 estudantes foram convidados entre nacionais e internacionais, dos quais três não responderam. Foram considerados como critérios de inclusão os sujeitos envolvidos no processo de assistência estudantil, que se inicia no edital e vai até o setor de orçamento, o que nos permitiu compreender melhor como funciona todo o processo. Fizeram parte ainda os estudantes beneficiários e não beneficiários, nacionais e internacionais, que abordarão a

¹¹ Esta última pró-reitoria não houve respondentes questionário de pesquisa enviado.

importância e necessidade do recebimento dos auxílios para melhor desempenho na sua vida acadêmica.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES ACERCA DA EXECUÇÃO, ORÇAMENTO, FINANCIAMENTO E ABRANGÊNCIA EFETIVA DO PAES NA UNILAB

5.1 Orçamento da Unilab para o financiamento do PAES

O Orçamento Público pode efetivamente garantir o planejamento estratégico, a programação de ações e a definição de metas de governança capazes de gerar o bem-estar para a população com uma capacidade de desenvolvimento controlado e crescimento ordenado. Para isso, faz-se cada vez mais necessário planejar e modernizar a legislação orçamentária, buscando novas proposições para responder aos anseios dos cidadãos. Segundo Ferreira “o orçamento público se constitui em um instrumento legal que estabelece as possibilidades de despesas do poder público, com base em estimativa de receita” (Ferreira, 2020, p.51).

Não podemos deixar de mencionar que a gestão orçamentária é um processo de planejamento, alocação, controle e monitoramento dos recursos financeiros de uma organização, seja ela pública ou privada. É fundamental garantir que os recursos disponíveis sejam usados de maneira eficiente e eficaz para atingir os objetivos estabelecidos. Na Lei Complementar 101, no artigo 1º, inciso 1, traz:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (Brasil, 2000 p.1).

Podemos enfatizar que o orçamento público é um instrumento fundamental do governo e seu principal documento de políticas públicas é visto como resultado de vários processos de avaliação de demandas e de escolhas entre as alternativas apresentadas.

Nos últimos anos, as universidades federais enfrentaram a redução sistemática dos recursos destinados para funcionamento e investimento. Simultaneamente, houve aumento do número de universidades, localizadas principalmente no interior do país, e do número de vagas e de cursos de graduação e de pós-graduação. Além de formar pessoas com excelência reconhecida nacional e internacionalmente, as universidades federais realizam a maior parte da pesquisa do país e têm ampliado cada vez mais a sua atuação na sociedade, como presenciado durante a pandemia de covid-19 e nas diversas ações diretas para a melhoria da vida da população brasileira.

Convém ressaltar que Nascimento (2014) verifica que houve um aumento nos recursos orçamentários para os Programas de Assistência Estudantil, mas por outro lado, as ações também cresceram por conta do processo de expansão de vagas na Rede Federal de Ensino. Isso implica que “o crescimento absoluto dos valores continua expressando insuficiente dotação orçamentária para dar conta das necessidades estudantis apresentadas, especialmente pelo perfil socioeconômico dos estudantes que ocupam as vagas ofertadas, pois obviamente a gratuidade dos cursos não garante as condições de acesso e permanência.” (Nascimento, 2014, p. 134-135).

Compete à União financiar a universidade federal, respeitando sua autonomia nos atos que estão dentro de suas competências, inclusive na aplicação dos recursos orçamentários. A arrecadação na Unilab ocorre da seguinte forma: receita própria (ex. aluguéis, serviços administrativos, inscrições em concursos) e prestação de serviços (ex. arrecadação dos restaurantes universitários). Deve-se levar em consideração que nos anos de 2020 e 2021 a arrecadação do RU da UNILAB foi irrelevante por conta da pandemia de COVID-19 e que atualmente o valor arrecadado não mais entra nos cofres da instituição, devido a mudanças no posicionamento da gestão superior.

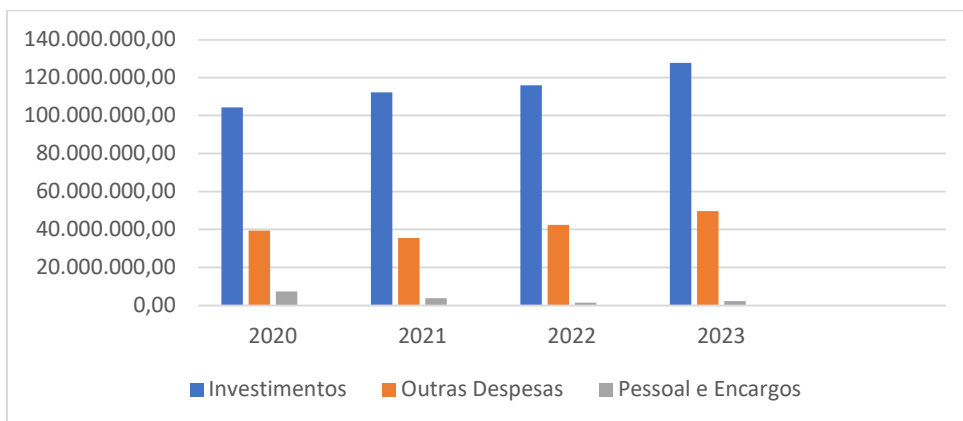
O orçamento adotado pelas Universidades Federais é o orçamento-programa, regulamentado pela Lei. nº 4320/1964 (Brasil,1964) e pela Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil,2000), sendo a principal fonte de financiamento da UNILAB o orçamento federal, que é estabelecido anualmente pelo Congresso Nacional. Edvan (2016) detalha que os recursos orçamentários destinados à manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Universidades Federais são denominados Outros Custeios e Capital (OCC), correspondendo ao orçamento total, excluída a verba destinada à folha de pagamento de pessoal. O repasse desses recursos é realizado com base em um modelo matemático, conhecido como matriz, que é fundamentado nos indicadores de produção acadêmica das universidades federais e foi implementado após amplas discussões entre o MEC e a ANDIFES (Edvan, 2016).

Além disso, a universidade pode receber recursos de outras fontes, como parcerias com instituições internacionais e fundos para projetos específicos. A gestão do orçamento da UNILAB enfrenta desafios como a necessidade de adequar os recursos disponíveis às demandas crescentes e garantir que os fundos sejam utilizados de maneira eficiente. Veremos mais à frente o detalhamento do orçamento (despesas e receitas) previstas e realizadas entres os anos 2020 e 2023.

No contexto da UNILAB, para fazermos uma análise quantitativa do orçamento previsto para os auxílios, devemos entender como é feita a distribuição do orçamento no geral. Além do crédito previsto em lei, a Unilab recebe Destaques Orçamentários para pagamentos de despesas

com pessoal e recursos provenientes da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) com outros órgãos da União. O TED é o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, projetos e atividades de mútuo interesse. Conforme gráficos a seguir:

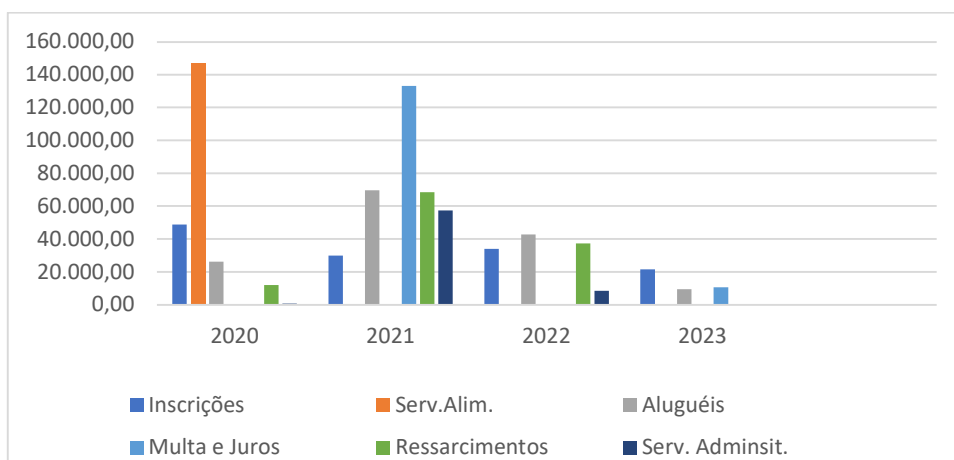
Gráfico 1 – Evolução do orçamento por grupo de despesa entre 2020 e 2023



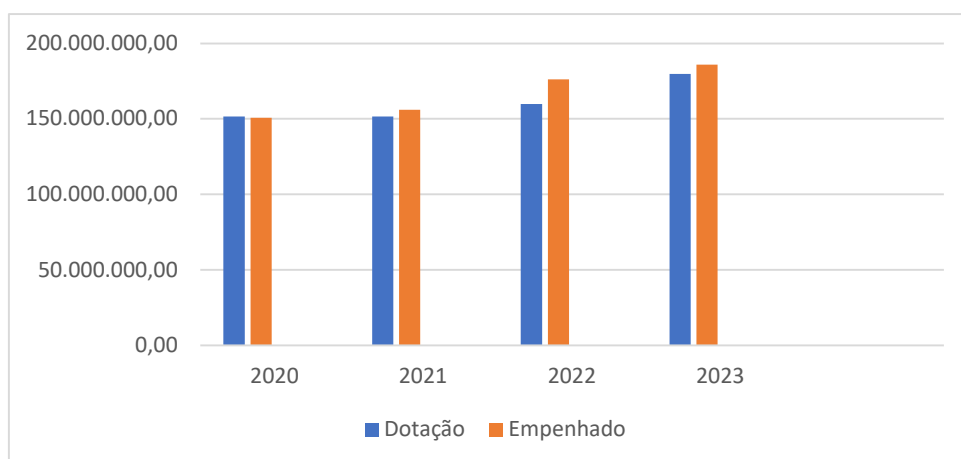
Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

Além do crédito via LOA e Destaques Orçamentários, parte do orçamento da universidade é fruto do seu esforço de arrecadação própria. A receita própria da Unilab é realizada principalmente através de multas e juros previstos em contratos, cobrança de aluguéis de espaços físicos institucionais e cobrança pela utilização dos serviços de alimentação nos Restaurantes Universitários (RU).

Gráfico 2 – Receitas arrecadadas por natureza nos anos de 2020 a 2023



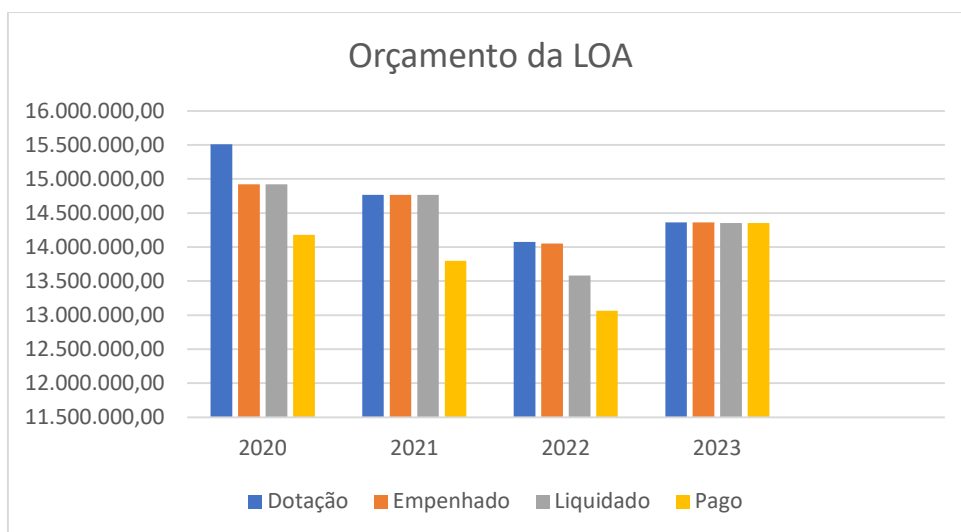
Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

Gráfico 3 – Execução orçamentária entre 2020 e 2023

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

No gráfico acima podemos verificar que os valores dotados e empenhados se mantêm equiparados.

No orçamento existem vários tipos de ações; a que trata do custeio referente aos estudantes é a ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Gráfico 4 – Orçamento da LOA entre 2020 a 2023 – Ação 4002

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

A metodologia de repasse de OCC é realizada pela Matriz de Alocação de Recursos Orçamentários adotada pelo Sesu/MEC, com a finalidade de estabelecer o investimento e os gastos de custeio para as universidades federais. No caso do PNAES, ela é conhecida como Matriz do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e foi instituída em 1999, mas passou por algumas alterações ao longo do tempo, sendo a mais recente introduzida pela

Portaria Nº 748, de 22 de setembro de 2021, do Ministério da Educação. A base de cálculo da Matriz OCC é:

Tamanho da instituição, mensurado em termos do número de estudantes equivalentes (Peso de 90%). 2. Eficiência/Eficácia da instituição, mensurada em termos da RAP (relação AE/PE) e da qualidade dos cursos ofertados em cada instituição, mensurada com base em conceitos constantes nas bases de dados do INEP e da CAPES (Peso de 10%) (Forplad, 2024, p. 2).

Para que haja o aumento do Taeg (Total de Estudantes Equivalente de Graduação), para cursos novos, o objetivo é reduzir a evasão e maximizar o número de matrículas. Já para os cursos consolidados, é essencial otimizar o número de concluintes, mantendo uma taxa de sucesso consistente (Forplad, 2024). Na próxima seção abordaremos o financiamento do Paes na Unilab.

Quadro 5 -Orçamento dos Auxílios Estudantis das Universidades do Nordeste e da UNILA (2020-2023) – Ação 4002 (milhões)

Universidade	2020	2021	2022	2023
UFPI	21,0	14,0	16,0	14,0
UFRN	29,0	30,0	31,0	32,0
UFC	28,0	27,0	29,0	28,0
UFPE	15,0	33,0	36,0	38,0
UFAL	13,0	13,0	25,0	22,0
UFBA	35,0	28,0	37,0	36,0
UFMA	8,0	6,0	11,0	17,0
UFPB	36,0	30,0	33,0	33,0
UNILA	8,0	8,0	8,0	12,0

Fonte: Relatório de Gestão das Universidades (2024)

Na tabela acima, realizamos uma comparação entre as universidades do Nordeste e destacamos também a UNILA, uma instituição voltada para os latino-americanos. Observamos que a UFPE apresentou um aumento significativo no orçamento de auxílios estudantis, passando de 15 milhões em 2020 para 38 milhões em 2023. Esse crescimento pode refletir uma maior demanda por auxílios ou mudanças nas políticas institucionais. Algumas universidades, como a UFPI, apresentaram flutuações no orçamento, com valores mais baixos em 2021 e 2023, o que sugere que o financiamento para os auxílios pode estar sujeito a alterações nas políticas de financiamento ou ajustes orçamentários. A UFPB possui o maior orçamento entre as

universidades listadas, com 36 milhões em 2020 e 2023, e 30 milhões em 2021. A UFRN também apresenta um orçamento significativo, com um crescimento constante, passando de 29 milhões em 2020 para 32 milhões em 2023.

A UFAL, por sua vez, registrou uma queda no orçamento de 2022 para 2023, passando de 25 milhões para 22 milhões, o que pode indicar uma redução na demanda por auxílios ou uma diminuição no financiamento. A UFC mostrou variações menores no orçamento, com uma leve queda de 28 milhões em 2020 para 27 milhões em 2021, mas mantendo valores estáveis nos anos seguintes. A UFBA, por outro lado, foi uma das universidades que mais aumentou seu orçamento, possivelmente devido à crescente necessidade de auxílio estudantil e a estratégias para apoiar mais alunos em situação de vulnerabilidade. Finalmente, a UNILA, uma universidade co-irmã, apresentou uma variação moderada, com um pequeno aumento de 8 milhões em 2020 para 12 milhões em 2023.

Podemos observar que o orçamento destinado à UNILAB é significativamente inferior ao das outras universidades, com exceção da UNILA. Reconhecemos que somos uma instituição em fase de crescimento, com um número de alunos menor em comparação às universidades mencionadas no comparativo. No entanto, é essencial que o governo federal assuma um compromisso mais forte com essas universidades "novas", a fim de promover o fortalecimento das assistências estudantis.

5.2 Financiamento na UNILAB do PAES

Com a Constituição de 1988, a porcentagem dos recursos que a União deveria destinar à educação foi ampliada para 18% das receitas provenientes de impostos. No entanto, apesar dos avanços constitucionais, iniciou-se no Brasil, na década de 1990, um processo de reformas administrativas voltadas para um novo regime de acumulação, o chamado capitalismo parasitário. Esse modelo exigiu do Estado transformações, tanto no financiamento quanto na forma de implementação das políticas públicas. No setor da educação, em meio à ausência de diretrizes claras, fragilidade dos instrumentos legais de controle e constantes conflitos corporativos e institucionais, houve poucos progressos no que diz respeito ao financiamento. Somente em 2010, com o Decreto Presidencial nº 7.233, de 19 de julho, que estabeleceu os procedimentos orçamentários para a destinação de recursos às universidades, foram definidos os critérios e procedimentos para a elaboração das propostas anuais (Machado, 2017).

O financiamento da assistência estudantil nas universidades é uma questão essencial para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em condições socioeconômicas mais vulneráveis. Segundo a Resolução Referendum Consuni:

§ 1º Os recursos alocados no Paes para a concessão dos Auxílios são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de Dotação Orçamentária Anual específica para esse fim e/ou, em casos específicos, por meio de Convênios ou alocação de outros recursos para apoiar e/ou complementar as ações previstas para Assistência Estudantil. § 2º O financiamento da assistência estudantil com recursos do PNAES se aplica exclusivamente a estudantes de graduação de curso presencial (Resolução nº 31, 2021, p. 3).

Os recursos financeiros do Paes são provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e a concessão dos auxílios está sujeita à disponibilidade orçamentária da universidade. A quantidade e a duração do auxílio são determinadas com base em análises socioeconômicas dos candidatos, que consideram critérios como renda *per capita*, moradia, e outras condições que evidenciam a vulnerabilidade do estudante.

5.3 Quem são os beneficiários?

Serão prioritariamente beneficiários do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) os estudantes oriundos da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais, que atendam às exigências do Edital regular ou de fluxo contínuo, poderão se habilitar para a concessão dos auxílios. (Resolução nº 31, 2021 p.7-8).

Conforme a resolução os estudantes beneficiários terão que:

I - comprovar a utilização do Auxílio Instalação e do Auxílio Inclusão Digital, através de documentos comprobatórios referentes à aquisição de bens e móveis, conforme disposto em Edital regular ou o de fluxo contínuo, até 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso pelo estudante, sob pena de devolução do valor recebido;

II - em caso de vulnerabilidade acadêmica, entendida como desenvolvimento acadêmico inferior ao patamar satisfatório do Índice de Desenvolvimento do Estudante (IDE), vincular-se a Programas de Educação Tutorial, sob a gestão da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), conforme indicado pelas instâncias competentes;

III - comprovar semestralmente junto à Coest/Propae o pagamento de locação do imóvel, para os beneficiários do Auxílio Moradia, obedecendo ao calendário de convocação nominal publicado por essa Coordenação no site da Unilab;

IV - Comparecer à Coest/Propae sempre que for convocado e/ou convidado, devendo justificar impedimento, se for o caso;

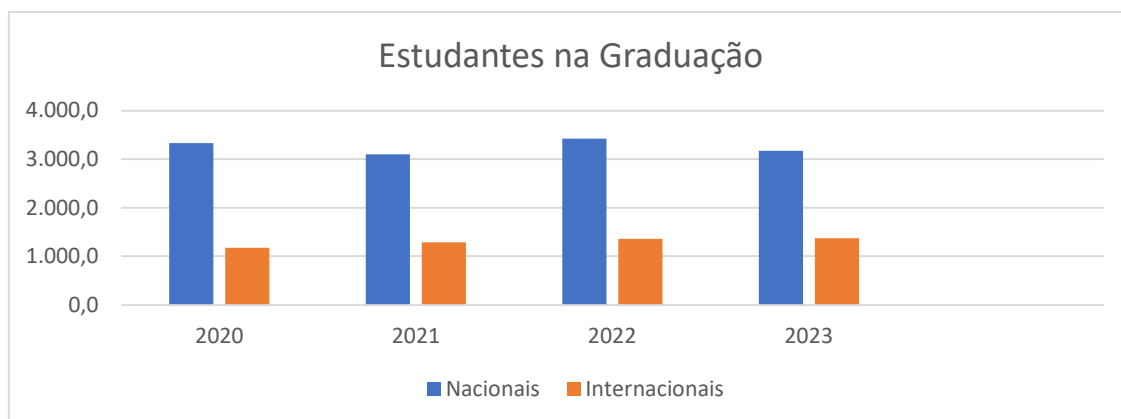
V - manter atualizada a base cadastral, especialmente os dados referentes ao endereço, telefones e e-mail;

VI - informar à Coest/Propae alterações de sua situação socioeconômica; e

VII - informar à Coest/Propae quando da interrupção ou desistência do Curso (cancelamento ou trancamento de matrícula), durante o período de concessão do auxílio, sob pena de sanções cabíveis.

O gráfico a seguir mostra quantos estudantes permaneciam matriculados na graduação entre os anos de 2020 a 2023.

Gráfico 5- Estudantes na Graduação – 2020 a 2023

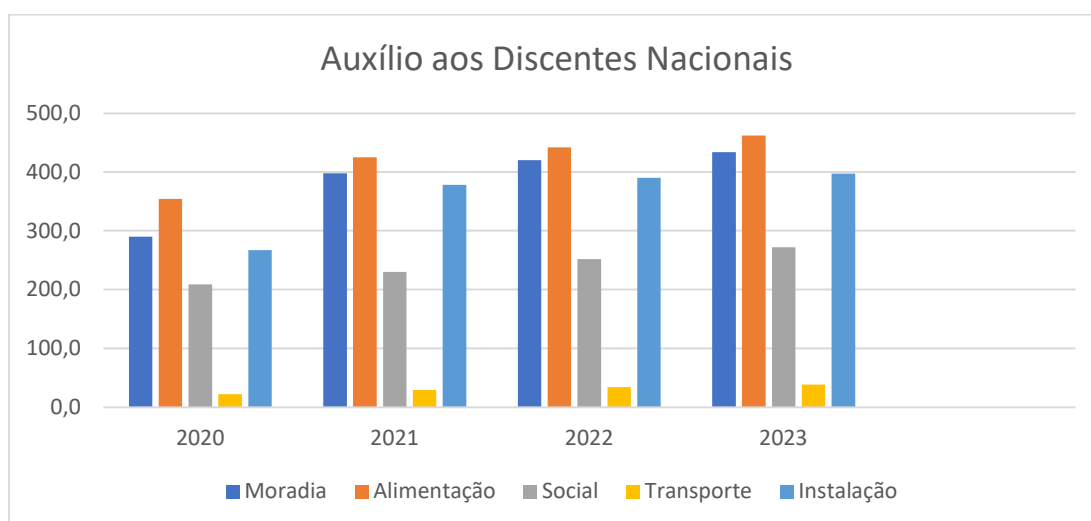


Fonte: Prograd (2024)

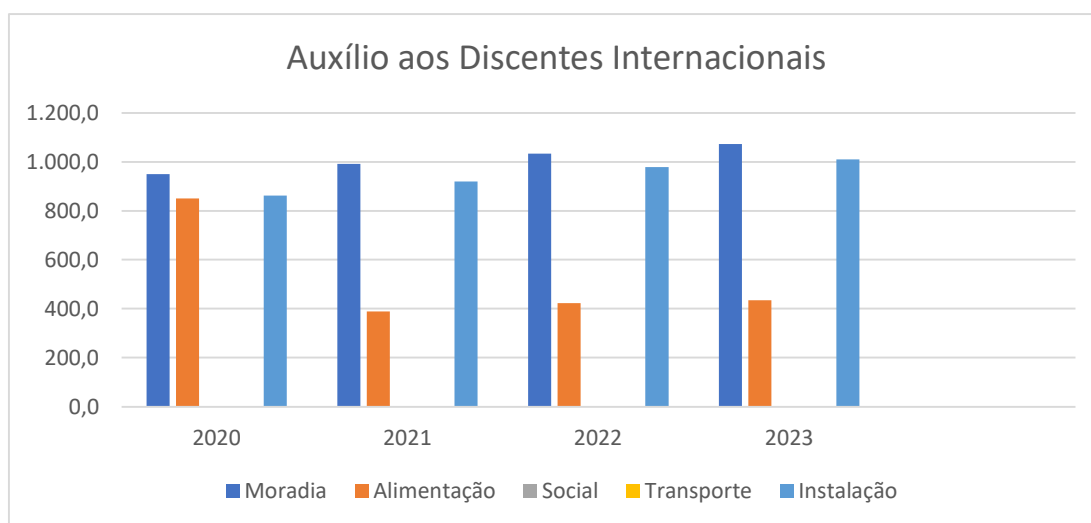
No gráfico 5 acima observa-se que em números de matrículas temos mais alunos nacionais do que internacionais matriculados.

Os gráficos a seguir mostram como no ano de 2020 a 2023 foram realizadas as divisões dos auxílios:

Gráfico 6 – Estudantes Nacionais -2020 a 2023



Fonte: Estimativa Propae (2024)

Gráfico 7 – Estudantes Internacionais – 2020 a 2023

Fonte: Estimativa Propae (2024)

No quadro 6 e 7 observa-se que os(as) estudantes acessaram menos o auxílio alimentação do que a moradia, que é quase regular nos anos pesquisados. O auxílio instalação aparece também com alta taxa de beneficiários, entretanto este auxílio é apenas de duas parcelas aos estudantes beneficiados.

5.4 Análise dos dados coletados nos questionários de pesquisa aplicados aos/as estudantes nacionais e internacionais sobre política de permanência na UNILAB

Nesta seção, será apresentado o perfil dos estudantes que participaram da pesquisa e a análise dos conteúdos coletados através dos questionários enviados via googleforms, com foco em compreender e ouvir ativamente as demandas dos estudantes no que se refere à política de permanência na Unilab. Durante o mês de junho de 2024 foi enviado um questionário com perguntas abertas para 10 (dez) estudantes (nacionais e internacionais) da Unilab. Destes, apenas um não respondeu. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O quadro a seguir destaca as características gerais dos(as) estudantes envolvidos/as na pesquisa:

Quadro 6 – Perfil do Participante – Estudantes¹²

Ordem	Estudante	Nacionalidade	Gênero
1	A1	Nacional	F
2	A2	Nacional	M
3	A3	Internacional	F
4	A4	Internacional	M
5	A5	Nacional	F
6	A6	Internacional	M
7	A7	Nacional	F
8	A8	Internacional	M
9	A9	Nacional	F

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na primeira pergunta, abordamos a questão acerca dos critérios estabelecidos no edital do Paes para o recebimento dos auxílios, perguntamos se esses critérios eram equitativos para os/as estudantes, independentemente de sua nacionalidade, ao que obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 7 - Sobre equidade no Edital do PAES

Pergunta 1 - Na sua opinião, os critérios definidos para o recebimento de auxílios estudantis possuem equidade para os estudantes independente das nacionalidades?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
A1	Sim, pois o acesso aos auxílios estudantis é crucial para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades justas.
A2	Sim, pois acredita que independente da nacionalidade, os requisitos para a bonificação do auxílio são os mesmos (baseado na renda do estudante).
A3	Sim, visto que todos têm a mesma oportunidade, de acordo com as regras postas, independentemente das nacionalidades, os critérios são benéficos para todos, fazendo com que os que necessitam, recebam.

¹² A análise dos dados coletados foi realizada mantendo o sigilo referente a identificação dos participantes. A= Aluno; Número= sequência;

A4	Possuem sim equidade, pois não verificou diferença entre as nacionalidades.
A5	Sim. Pois os critérios são estabelecidos de uma forma que o aluno (estrangeiro ou não) no qual deseja entrar no programa e tenha noção da sua realidade, tenha êxito tanto por cumprir com todos os requisitos quanto pela praticidade de conseguir os documentos necessários.
A6	No seu ponto de vista, os critérios definidos para o recebimento de auxílios estudantis possuem equidade para todos os estudantes, independentemente de nacionalidade, garantindo que aqueles que mais necessitam sejam atendidos.
A7	Os critérios de avaliação para a entrada no programa Paes não possuem equidade, visto a quantidade de documentos necessários para inscrição dos discentes de nacionalidade brasileira, que em alguns casos perdem o auxílio por não anexar documentos, e infelizmente não dão oportunidade de anexar novamente.
A8	Nem todos têm a mesma oportunidade, mas enfatiza que a universidade deveria melhorar nessa questão, em termos de certas nacionalidades não possuírem o auxílio da universidade.
A9	Não respondeu

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Partindo da análise obtida das respostas, identificamos que 66% informaram possuir equidade na seleção e que todos têm a mesma oportunidade de acordo com as regras do edital. 22% informaram que não possuem equidade. A quantidade de informações solicitadas aos brasileiros é bem maior e que algumas nacionalidades não possuem acesso aos auxílios. E 12% não souberam responder.

Deste modo, ao que se refere a primeira pergunta feita aos estudantes e as respostas obtidas, a maioria dos(as) estudantes observa que os estudantes, independente da nacionalidade, têm acordo com as regras do edital. Entretanto, destaca-se nas respostas dos estudantes brasileiros, que não consideram os critérios equitativos, pois há mais exigências aos brasileiros do que aos internacionais para acessarem os auxílios.

A análise revela algumas percepções distintas sobre a equidade no processo de seleção, com dados que permitem uma interpretação sobre as percepções dos respondentes em relação à igualdade de oportunidades. Pois, primeiramente, 66% dos participantes acreditam que há

equidade na seleção e que todos têm as mesmas oportunidades, de acordo com as regras do edital. Esse dado sugere que uma maioria significativa dos respondentes vê o processo como justo e transparente, sem favorecimento ou discriminação. Contudo, 22% dos respondentes indicam que não há equidade, o que pode apontar uma percepção de desigualdade no processo seletivo, possivelmente relacionada a aspectos como discriminação, falta de transparência ou desigualdade de acesso às informações.

A quantidade de informações solicitadas aos brasileiros é consideravelmente maior e que algumas nacionalidades não têm acesso aos auxílios. Isso pode indicar uma desvantagem para alguns grupos, revelando possíveis falhas no processo de inclusão ou na adaptação dos critérios às diferentes realidades dos participantes. A menção de que 12% dos respondentes não souberam responder sugere uma falta de clareza ou compreensão sobre o tema, o que pode indicar que a informação sobre equidade e as regras do processo seletivo não foram bem disseminadas ou não foram suficientemente claras para todos os participantes.

A maioria dos participantes na pesquisa acredita que há equidade no processo seletivo, há uma percepção considerável de desigualdade, especialmente em relação a questões como o número de informações solicitadas e o acesso desigual aos auxílios, o que pode sugerir a necessidade de ajustes nas políticas de seleção para garantir uma maior inclusão e transparência.

Destaca-se, no entanto, que as respostas do participante A7 nacional, e do participante A8, internacional. Observa-se que levantam um ponto acerca da ausência de equidade no edital do PAES. Ocorre que, os/as estudantes brasileiros precisam apresentar mais documentos que os internacionais no primeiro acesso ao Paes. Estes, por sua vez, já chegam ao Brasil possuidores da garantia dos auxílios alimentação e moradia, passando por uma triagem que já é feita desde o processo seletivo nos países de origem (Psei)¹³. Apenas no momento da renovação do auxílio a documentação complementar é requerida aos estudantes internacionais.

Isto se dá, sobretudo, porque a chegada dos estudantes internacionais exige o seu imediato acesso aos auxílios, para só posteriormente serem-lhe requisitados documentos como o CPF e comprovante de endereço no Brasil. Desta forma, o que pode ser sublinhado é o esforço da Propae em incluir o estudante internacional para que este(a) receba os R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) e possa iniciar seu percurso acadêmico. O estudante brasileiro inicia os estudos

¹³Resolução Ad Referendum Consepe Nº 42, de 22 de novembro de 2019 Estabelece, Ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a regulamentação para a seleção de estudantes estrangeiros para os cursos de graduação, na modalidade presencial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira – Unilab. Programa de Seleção de Estudante Internacional (PSEI).

na Unilab sem garantia de auxílios, e tem de esperar o edital ser lançado naquele semestre para poder submeter-se à seleção.

Para compreendermos a chegada dos estudantes à Unilab, fizemos a segunda pergunta aos estudantes referente a participação de alguma ação de acolhimento e quais os motivos que os levaram a participar. Obtivemos as seguintes respostas seguir:

Quadro 8 – Sobre a participação ou não nas ações de acolhimento

Pergunta 2 - Você participa das ações de acolhimento? Quais os motivos que levaram a sua participação?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
A1	Não
A2	Não
A3	Participa sim, considerando que os internacionais são novos no país, precisam de orientação na adaptação, não é fácil mudar de um lugar para outro completamente diferente sem ser acompanhado, o processo de ações de acolhimento tem ajudado muito nas convivências principalmente dos internacionais.
A4	Não, mas anteriormente já participou. Para minimizar os gastos de estadia, enquanto não recebia o auxílio por um curto período, como tem sido em geral com todos os estudantes internacionais que acabam de chegar.
A5	Sim. Principalmente pela garantia da moradia e bem-estar da pessoa acolhida, quanto pelo fato de ter a oportunidade de obter um aumento no auxílio, o que se torna uma grande ajuda.
A6	Não participa diretamente das ações de acolhimento, mas reconhece a importância delas para promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, especialmente aqueles que podem se sentir mais vulneráveis
A7	Não
A8	No momento ainda não participou
A9	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nas respostas obtidas 66% informaram que não participam e/ou no momento não estão participando, mas que conhecem amigos que participam e reconhecem a sua importância para promover um ambiente mais inclusivo. 44% informaram que participam e que se trata de uma ajuda bastante importante, principalmente para os mais vulneráveis. Os estudantes nacionais nunca participaram do acolhimento. A maioria das respostas obtidas positivamente acerca do acolhimento foi registrada pelos/as estudantes internacionais.

A análise das respostas obtidas revela diferentes percepções sobre o processo de acolhimento, com destaque para a participação dos estudantes e a importância atribuída a essa ação. 66% dos respondentes indicam que não participam ou não estão participando ativamente do processo de acolhimento, mas conhecem amigos que participam e reconhecem sua relevância para criar um ambiente mais inclusivo. Isso pode sugerir que, embora esses estudantes não se envolvam diretamente, têm uma percepção positiva sobre o acolhimento e reconhecem seu papel na promoção da inclusão. Essa falta de participação pode, no entanto, apontar para uma falta de engajamento ou acesso ao processo, o que poderia ser investigado para entender as barreiras que impedem a participação ativa.

Por outro lado, 44% dos respondentes afirmam que participam do acolhimento e consideram essa ajuda muito importante, especialmente para os estudantes mais vulneráveis. Essa porcentagem reflete uma percepção positiva da eficácia do acolhimento como um mecanismo de apoio, reconhecendo sua importância no auxílio aos estudantes que enfrentam dificuldades sociais e financeiras.

Uma observação relevante é que os estudantes nacionais nunca participaram do acolhimento, o que pode sugerir uma disparidade na percepção ou no acesso a esse tipo de apoio. Isso também levanta questões sobre a comunicação e a forma como o acolhimento é apresentado ou acessado pelos estudantes locais.

A maioria das respostas favoráveis sobre o acolhimento foi registrada pelos estudantes internacionais. Isso indica que o acolhimento pode estar atendendo de maneira mais eficaz às necessidades desse grupo, o que pode ser relacionado a características específicas de apoio ou percepção de inclusão que favorecem os estudantes internacionais.

Embora haja um reconhecimento geral da importância do acolhimento, há diferenças significativas na participação entre estudantes nacionais e internacionais. As respostas sugerem a necessidade de investigar mais a fundo as razões para essa disparidade e de explorar formas de aumentar a participação dos estudantes locais no processo de acolhimento, além de garantir que o programa seja efetivo e inclusivo para todos os grupos.

Assim, como podemos observar as respostas referem-se aos internacionais que participam do programa de acolhimento realizado pelo Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE). Já os estudantes brasileiros não dispõem de um setor específico de acolhimento e tutoria na sua chegada à universidade. Esse modelo do Paie é exclusivo para os estudantes internacionais, com recursos previstos para que seja executado.

O Paie foi criado e regulamentado por meio da Resolução Nº 28, de 18 de novembro de 2014, no qual prevê em seu art. 3º o objetivo geral do programa que é acompanhar e orientar o estudante 72 estrangeiro na sua chegada à Unilab, inserção e regularização na vida acadêmica, visando contribuir para integração entre os estudantes e com o contexto em que se insere a Instituição (Souza, 2019, p.72).

No PAIE o/a estudante é acompanhado, orientado e apoiado no que diz respeito a sua integração à vida acadêmica, acomodação, regularização junto aos órgãos competentes, registros acadêmicos, procedimentos de saúde e inserção no Programa de Assistência Estudantil (PAES). Inicia-se logo após a sua confirmação de interesse de matrícula, ainda no seu país de origem, através de meios virtuais e redes sociais.

Destaca-se que em 2023 foi aprovada a Resolução *Ad Referendum* Consuni/Unilab Nº 130, de 11 de dezembro de 2023, que reeditou, com alterações, *Ad referendum* do Conselho Universitário, a criação e a regulamentação do Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), aprovadas pela Resolução nº 28, de 18 de novembro de 2014.

A supracitada resolução 130/2023 traz em seu artigo 1º o objetivo do Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Internacionais (Paie), que é

Art. 2º O PAIE tem como objetivo acolher, acompanhar e orientar o estudante internacional na sua chegada à Unilab, inserção e regularização na vida acadêmica, visando contribuir para integração entre os estudantes e com o contexto em que se insere a Unilab (Resolução 130, de 11 de dezembro de 2023, p. 1).

Como podemos observar no artigo 2º da Resolução 130, de 11 de dezembro de 2023, que apresenta um objetivo claro de acolhimento e integração, que o foco está em proporcionar suporte ao/a estudante internacional que chega à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), facilitando sua adaptação e regularização da vida acadêmica. Destaca-se a importância do acolhimento não apenas para a vida acadêmica, mas também para promover a integração cultural e social, estabelecendo um ambiente favorável para a interação entre os estudantes e o contexto local da Unilab. Essa política de acolher é

relevante para criar um ambiente inclusivo e apoiar a diversidade cultural, que é uma das marcas desta universidade, cujos alunos são oriundos de diferentes países, principalmente os lusófonos.

A ideia de "acolher, acompanhar e orientar" aponta para uma abordagem holística, que visa não apenas à assistência burocrática, mas também à adaptação emocional e social do estudante. Essa orientação envolve uma perspectiva institucional ampla, que reconhece os desafios de deslocamento, adaptação cultural e integração que os estudantes internacionais enfrentam, assegurando que o ambiente acadêmico seja acolhedor e favorável ao desenvolvimento integral dos/as estudantes.

Entretanto, cabe aqui registrar que os estudantes brasileiros que chegam a Unilab, em especial da região do Maciço do Baturité (CE) ou de São Francisco do conde (BA), também chegam e trazem na bagagem um conjunto de particularidades que exige que haja também um acolhimento a estes.

Frente a esse desafio de acolher a Propae criou o Seminário de Ambientação Acadêmica (Samba) que se realiza no início dos semestres letivos. Assim, o Samba é uma ação realizada pela Coest/Propae - Unilab em colaboração com as demais pró-reitorias da Unilab. O seminário ocorre nos períodos de entrada de estudantes ingressantes e tem como objetivos: promover o acolhimento e a ambientação à vida acadêmica; facilitar a integração intercultural ao ambiente acadêmico e à rotina universitária, contribuindo para a permanência estudantil no ensino superior; fomentar a socialização de informações sobre às questões de raça/etnia e gênero; prestar esclarecimentos sobre as legislações brasileiras aos estudantes internacionais e repassar informações sobre as ações desenvolvidas pela universidade no âmbito da permanência estudantil (Site Propae, 2024).

Dando continuidade à nossa coleta de dados, partimos para a terceira pergunta aos(as) estudantes: Eis as respostas, organizadas no quadro 9.

Quadro 9 – Sobre o recebimento do auxílio e vida acadêmica

Pergunta 3 - Caso você seja beneficiário de alguma das modalidades de auxílios do Paes, qual a diferença que eles fazem na sua vida acadêmica?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
A1	Não é beneficiário, mas entende que quem recebe tem uma enorme ajuda para continuar sua vida acadêmica.
A2	Não respondeu
A3	Sou beneficiário, o recebimento de auxílio tem ajudado muito, entende que o auxílio é o que os mantém, pois sem auxílio precisariam trabalhar

	para poder se sustentar de qualquer forma ou receber dos seus pais, considerando que maioria dos estudantes de Unilab são de classe baixa, se for para depender financeiramente dos pais ou trabalhando muitos já teriam desistido, então de alguma forma isso afeta a vida acadêmica.
A4	Apesar de não ser suficiente, tem ajudado até um certo ponto na compra de alguns materiais escolares.
A5	Com o programa PAES, consegue contribuir nas despesas da casa na qual convive com colegas. Os gastos são muito altos com aluguel, água, luz, alimentação e bem-estar físico de cada um. Mas, na tentativa de quitar todas essas despesas, o valor que se é recebido no programa, ajuda a pagar um terço dos gastos.
A6	Como beneficiário do auxílio do PAES, afirma que esses benefícios fazem uma enorme diferença na sua vida acadêmica. Eles proporcionam segurança financeira, permitindo que se concentre nos estudos sem se preocupar com questões básicas como moradia, alimentação e transporte. Isso o ajuda a manter um bom desempenho acadêmico e a permanecer focado em alcançar seus objetivos educacionais.
A7	Os auxílios disponibilizados pela Unilab dão um suporte financeiro para os discentes, mas não supre totalmente nossas despesas necessárias, visto a realidade socioeconômica dos alunos.
A8	Ajuda a pagar as contas de casa sem atraso nenhum, mas às vezes o auxílio não é suficiente para as outras despesas pessoais.
A9	Não respondeu.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Aprofundando a análise desta terceira pergunta, os dados revelam uma clara distinção entre as percepções dos estudantes sobre o impacto do apoio financeiro na continuidade de seus estudos. Dos 23% que indicaram que o auxílio seria de uma enorme ajuda para continuar sua vida acadêmica, mas não cobre totalmente as despesas necessárias, é possível perceber que, apesar de reconhecerem a importância do suporte, a quantia oferecida é insuficiente para atender às necessidades completas desses estudantes. Isso aponta para uma limitação no alcance do apoio financeiro, que, embora seja valioso, não é suficiente para resolver as dificuldades socioeconômicas que muitos enfrentam. Esses 23% podem representar estudantes que, mesmo com o auxílio, precisam buscar outras fontes de renda ou enfrentam dificuldades adicionais,

como a falta de acesso a moradia, alimentação ou transporte adequados. A realidade socioeconômica dos estudantes, como evidenciado por essa resposta, reflete um desafio recorrente nas políticas de assistência estudantil, onde o valor do apoio, muitas vezes, não corresponde às demandas reais do público-alvo.

Por outro lado, os 77% que afirmaram que os estudantes que recebem o auxílio conseguem se manter estudando, mas teriam que trabalhar sem esse suporte, indicam que o apoio financeiro desempenha um papel crucial na continuidade dos estudos. Sem o auxílio, muitos estudantes seriam forçados a entrar no mercado de trabalho, o que não só prejudicaria sua permanência acadêmica, mas também impactaria seu desempenho. A exigência de conciliar estudos com trabalho pode resultar em menos tempo disponível para as atividades acadêmicas, aumento do estresse, e uma possível queda na qualidade do aprendizado e nas notas. Isso aponta para a importância do suporte financeiro não apenas como um alívio imediato das dificuldades, mas como um facilitador para o foco total nos estudos e o desenvolvimento acadêmico.

Portanto, o apoio financeiro oferecido pode ser fundamental para a manutenção dos estudos de muitos estudantes, ele precisa ser ajustado para cobrir uma maior parte das despesas dos estudantes, a fim de garantir que eles não sejam obrigados a buscar emprego, o que pode prejudicar tanto a permanência quanto o desempenho acadêmico. A política de assistência estudantil, ao ser mais eficaz e adequada à realidade socioeconômica dos estudantes, poderia contribuir para a diminuição das desigualdades e para uma permanência mais estável no ensino superior.

Os estudantes A2 e A9 não recebem auxílios e afirmam que esses seriam bem-vindos para ajudar nas suas despesas. Os estudantes A1/A3/A4/A5/A6/A7/A8, que são beneficiários, afirmam que sem esses auxílios pecuniários teriam muita dificuldade em se manterem estudando. Neste grupo de estudantes, participantes da pesquisa, temos tanto brasileiros quanto internacionais.

Como já afirmado anteriormente, a maioria dos estudantes da Unilab são de grupos sociais vulneráveis, em especial, da região do Maciço do Baturité (CE) e de São Francisco do Conde (BA), assim como, dos oriundos dos países parceiros da CPLP.

A situação de vulnerabilidade, muitas vezes, pode se agravar em função das condições de moradia num contexto em que falta residência estudantil. Com a escassez de imóveis adequados e os preços exorbitantes de locação, muitos estudantes optam por coabitar, “[...] em grupos de 3 a 6 estudantes, um mesmo imóvel, partilhando cômodos a fim de poder economizar a bolsa-auxílio. É 530 reais que recebem do governo brasileiro como parte da política de permanência estudantil na Unilab” (LUCCA; BUTI, 2021, p. 134). O survey apontou que 50,8% dos estudantes residem com colegas que conheceram na Unilab e que os acolheram e auxiliam no seu processo

de adaptação. Desses 28% residem com colegas que conheceram antes de sua vinda e 72% após o seu ingresso. Os diários apontaram que, mesmo em conjunto e com poucos recursos, é muito difícil para quem vem de famílias carentes suprir as suas necessidades básicas e cumprir com compromissos mensais como aluguel, energia e água, alimentação, produtos de higiene, lazer, etc (Jorge, Silva, Almeida, 2022, p. 212).

A citação, que é fruto de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), destaca as dificuldades que estudantes em situação de vulnerabilidade enfrentam em relação à moradia, especialmente na ausência de residências adequadas. A falta de opções habitacionais acessíveis, combinada com os altos preços de locação, leva muitos estudantes a coabitarem em imóveis, dividindo o espaço com grupos que variam de três a seis pessoas. Esta prática visa minimizar os custos, mas revela a fragilidade da solução, uma vez que o auxílio de R\$530 (quinhentos e trinta reais) recebido pelo governo brasileiro, parte das políticas de permanência estudantil na Unilab, frequentemente se mostra insuficiente para cobrir as despesas mensais básicas.

De acordo com a pesquisa, dos autores¹⁴ Jorge, Silva, Almeida, (2022), um percentual de 50,8% dos estudantes reside com colegas que conheceram na universidade, sendo 72% destes laços formados após ingressarem¹⁵. Isso evidencia a importância das redes de apoio entre os alunos, que se tornam cruciais durante o processo de adaptação. Contudo, mesmo com solidariedade, os desafios financeiros persistem, e muitos enfrentam dificuldades em suprir necessidades básicas como aluguel, contas de serviços, alimentação e produtos de higiene.

Essas condições refletem a necessidade de políticas públicas mais robustas que abordem não apenas o aspecto financeiro da assistência estudantil, mas que também promovam a oferta de moradias adequadas e acessíveis, visando garantir a permanência dos alunos nas universidades. A precariedade das condições de moradia e o impacto das dificuldades financeiras são fatores que podem levar à evasão escolar, um problema amplamente reconhecido na discussão sobre assistência estudantil e permanência na educação superior.

Na esteira das questões referentes aos auxílios pecuniários, fez-se a quarta pergunta: Eis o quadro com as repostas obtidas:

Quadro 10 – Ausência dos auxílios na sua vida acadêmica

Pergunta 4 - Caso você não seja beneficiário de alguma das modalidades de auxílios do Paes, o que a falta deles interfere na sua vida acadêmica?

¹⁴ São pertencentes à comunidade acadêmica do Campus do Malês, situado em São Francisco do Conde (Bahia).

¹⁵ Esses dados apesar de serem de 2022 são ratificados pelo número de estudantes beneficiários de auxílios pecuniários e os valores que não tiveram nenhum reajuste até o momento da finalização de nossa pesquisa.

Participante	Respostas com base no que foi respondido
A1	Não chega a interferir, mas seria uma ajuda a mais.
A2	Interfere na locomoção de sua cidade natal para a faculdade, pois, muitas vezes na semana tem que pagar passagem com o seu dinheiro, o que acaba interferindo também diretamente na, pois como tem que pagar passagem acaba não se alimentando corretamente durante o dia.
A3	Sou beneficiária.
A4	Sou beneficiário dos auxílios de instalação e alimentação.
A5	Não respondeu.
A6	A falta de auxílios do Paes pode interferir na vida acadêmica dos estudantes que necessitam de suporte financeiro para custear despesas básicas, como moradia, alimentação e transporte, dificultando seu desempenho e permanência na instituição.
A7	Não respondeu.
A8	Pode interferir na condição acadêmica, financeira e intelectual.
A9	Na verdade, faz uma grande falta porque pois o mesmo depende da sua mãe e é um pouco difícil para manter o controle de dinheiro em casa, já que só ela dar o suporte financeiro da família.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A análise dessa resposta revela a importância crucial do auxílio para a manutenção da vida acadêmica dos(as) estudantes e destaca o impacto significativo que a ausência desse apoio financeiro pode ter em diversos aspectos da vida universitária.

Primeiramente, 88% dos estudantes informaram que a falta do auxílio pode interferir diretamente em sua vida acadêmica, o que demonstra que o apoio financeiro vai além da simples cobertura de despesas. Ele se torna uma condição fundamental para a permanência no ambiente acadêmico. Sem esse auxílio, muitos estudantes enfrentam desafios relacionados à locomoção até a universidade, o que pode ser um obstáculo significativo, especialmente em áreas onde o transporte é caro ou inacessível. Isso sugere que o auxílio desempenha um papel crucial não

apenas nas questões materiais diretas, como alimentação e moradia, mas também nas condições logísticas para que o estudante consiga frequentar a universidade regularmente.

Além disso, a dificuldade em suprir as necessidades básicas é um ponto central. Para muitos estudantes, o auxílio representa a única fonte de renda ou uma das poucas formas de garantir a sobrevivência e o bem-estar enquanto cursam o ensino superior. A ausência desse suporte pode forçar os estudantes a adotarem estratégias de sobrevivência, como a busca por empregos que podem ser incompatíveis com a carga horária e as exigências do curso. Isso gera um ciclo de sobrecarga, onde os estudantes precisam dividir seu tempo entre o trabalho e o estudo, o que pode prejudicar sua concentração, seu desempenho acadêmico e, por fim, sua permanência na universidade.

O fato de que 12% dos participantes não souberam responder à questão pode ser interpretado de duas maneiras: ou esses estudantes não compreendem completamente a importância do auxílio financeiro no seu cotidiano acadêmico, ou houve uma falta de familiaridade com a pergunta, possivelmente relacionada à comunicação ou à clareza das opções fornecidas. Isso também pode sugerir uma falta de conscientização sobre as políticas de assistência estudantil e sua relevância, o que pode indicar a necessidade de maior disseminação de informações sobre os benefícios e o impacto do auxílio oferecido pela universidade.

Em resumo, a análise destaca a dependência significativa de muitos estudantes em relação ao auxílio financeiro para garantir sua permanência na universidade. A falta desse suporte pode gerar sérias dificuldades, não apenas na satisfação das necessidades básicas, mas também no acesso à educação superior. Isso aponta para a necessidade urgente de ampliar e fortalecer as políticas de assistência estudantil, garantindo que o apoio financeiro seja suficiente para cobrir as despesas dos estudantes e permitindo-lhes se dedicar integralmente aos estudos sem a pressão adicional de buscar fontes externas de renda.

A afirmação de que a falta de auxílios do Programa de Apoio ao Estudante (PAES) pode interferir na vida acadêmica dos estudantes que necessitam de suporte financeiro pode ser analisada sob diversas perspectivas teóricas, envolvendo aspectos econômicos, sociais e psicológicos. Quando os estudantes carecem de recursos financeiros para satisfazer suas necessidades básicas, é improvável que consigam focar plenamente em seus estudos. A atenção e energia necessárias para a educação são desviadas para a luta diária por sobrevivência, comprometendo o desempenho acadêmico e a permanência na instituição.

A análise da desigualdade social, especialmente sob a ótica do trabalho de Pierre Bourdieu, evidencia como as diferenças socioeconômicas afetam o acesso a oportunidades e recursos. A ausência de auxílios financeiros pode agravar as desigualdades existentes, afetando

desproporcionalmente estudantes de classes sociais mais baixas, que enfrentam maiores dificuldades financeiras e, conseqüentemente, apresentam menor taxa de retenção e conclusão de cursos, perpetuando um ciclo de exclusão social.

Além disso, o estresse financeiro pode impactar negativamente a saúde mental dos estudantes, contribuindo para problemas como ansiedade e depressão. Aqueles que enfrentam dificuldades financeiras podem ter dificuldades em se concentrar nos estudos, resultando em um desempenho acadêmico insatisfatório e em maiores taxas de evasão. A falta de apoio financeiro pode limitar as oportunidades de conclusão dos cursos, dificultando a capacidade de esses estudantes melhorarem suas condições socioeconômicas.

Portanto, a ausência da ampliação de auxílios oferecidos pelo Paes tem implicações diretas e indiretas sobre a vida acadêmica dos estudantes. Ela afeta desde o atendimento das necessidades básicas até a motivação e a saúde mental, revelando que esta questão não é apenas uma preocupação individual, mas um problema sistêmico. Garantir apoio financeiro adequado é fundamental para promover a equidade e a inclusão no ambiente acadêmico, contribuindo para um futuro mais igualitário e justo para todos os estudantes.

Já na quinta pergunta, perguntamos quais seriam os pontos positivos e negativos das ações voltadas à garantia de assistência aos/às estudantes, incluindo-se o Paes na Unilab. Eis as respostas:

Quadro 11 – Pontos positivos x pontos negativos

Pergunta 5 - Quais os pontos positivos e negativos nas ações para garantia da permanência aos estudantes	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
A1	Não souber dizer
A2	A maioria dos pontos são positivos, pois o aluno que é contemplado com o auxílio tem que seguir "normas", como por exemplo: tirar notas boas, ter presença nas aulas, entre outros, e isso ajudam ao aluno evoluir academicamente. Os negativos geralmente se baseiam nos formulários de entrada, alguns documentos difíceis de conseguir e o curto prazo para reorganizar os documentos faltosos.
A3	Os pontos positivos nas ações para garantia da permanência dos estudantes, ensino de qualidade, desempenho da própria UNILAB, bolsas de estudos, projeto de extensão, liberdade criativa. Os pontos negativos, insuficiência de auxílio, falta de oportunidade de emprego nas horas

	vagas ou nas férias, poucos cursos ofertados.
A4	Para a garantia da permanência dos estudantes, os pontos positivos são: Existir bolsas como por exemplo de pesquisas, extensão, ou outras, que têm sido motivação para muitos, na obtenção de experiências e também a competência de muitos professores. Quanto aos pontos negativos: o não aumento dos auxílios, pois o valor não é suficiente para uma pessoa poder viver só, é necessário que se junte com outras pessoas para conseguir gerir minimamente, e algumas preferências concernentes a alguns professores sobre selecionar estudantes para bolsas.
A5	Os Paes é um programa com pontos positivos porque além de conseguir ajudar muitos alunos na sua jornada na faculdade, disponibiliza vários tipos de auxílios estudantis no qual dá ao estudante a possibilidade de encontrar a modalidade em que se aplica. Mas, o fato da demora em cair o valor do auxílio acaba sendo um ponto negativo do programa, assim como a falta de atenção nos alunos que por muitas vezes necessitam mesmo do auxílio e acabam sendo negados, enquanto outros recebem sem precisar.
A6	Pontos positivos das ações para garantia da permanência aos estudantes incluem o apoio financeiro, emocional e acadêmico oferecido, enquanto pontos negativos: podem incluir falta de recursos suficientes para atender a todos os alunos em necessidade.
A7	Pontos negativos: uma grande problemática é o "tempo de permanência" no programa, ocorre em alguns casos que o discente troca de curso, ou passa um período com o curso trancado, o setor responsável pelos auxílios contabilizam desde a entrada do aluno na universidade mesmo o mesmo não ganhando auxílio nos semestres iniciais, acredito que há muitas divergências neste quesito, e se faz necessário uma visibilidade maior para mudar algumas normas e diretrizes do "tempo de permanência", como por exemplo; estender o prazo mínimo de 5 anos na universidade, ou criar outra forma de acolher os discentes que excedem este prazo e precisam do auxílio para dar continuidade aos seus estudos
A8	Os pontos positivos é superar adversidades, proporcionar oportunidades de aprendizagem, negativos: alguns alunos ainda abandonam os estudos

	devido a fatores pessoais, familiares ou sociais.
A9	Muitos reclamam pela quantia ser baixa, mas no seu ponto de vista um aumento poderia melhorar e parar as reclamações.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Como podemos observar quase 100% dos participantes responderam a questão cinco. Foram destacados os seguintes pontos positivos: que além da ajuda financeira, os discentes ganham experiência na vida acadêmica; melhor desempenho na universidade; liberdade criativa; superar as adversidades. Nos pontos negativos foram mencionados: O tempo de permanência, pois acham que deveriam ser maiores; valor ainda insuficiente; falta de oportunidade de emprego na cidade; algumas preferências dos professores por determinados estudantes no recebimento de bolsas.

Os estudantes fizeram questão de frisar a importância do Paes como algo extremamente necessário atribuído a ele a única forma de conseguir permanecer na Unilab, os discentes pontuaram que sem o programa era inviável a permanência no Brasil, pois é por meio dele que conseguem se manter e suprir as necessidades básicas. O Paes muitas vezes é a única fonte de renda de alguns estudantes e a forma de sobreviver no país (Souza, 2019, p.8).

Concordando com Souza (2019) em relação a questão do Paes para a permanência dos alunos na Unilab. Os estudantes enfatizam que esse programa é fundamental e, para muitos, representa a única forma de se manter na universidade e suprir suas necessidades básicas no Brasil. Essa dependência do Paes revela a fragilidade financeira enfrentada por muitos discentes, tornando o programa não apenas um suporte, mas a única viabilidade para a vida acadêmica. Além disso, o PAES é frequentemente a única fonte de renda para alguns alunos, o que implica uma pressão adicional sobre eles. A necessidade de gerenciar suas finanças para garantir a sobrevivência pode impactar negativamente o desempenho acadêmico, uma vez que os alunos precisam equilibrar a carga de estudos com a preocupação em atender às suas necessidades básicas.

Os apontamentos feitos sobre o tempo de permanência indicam claramente que sem o suporte do Paes, a permanência dos estudantes na Unilab, e até mesmo no Brasil, seria inviável. Esta situação destaca a realidade difícil em que muitos se encontram e a necessidade urgente de um sistema de assistência mais robusto e eficaz, que possa atender às demandas de uma população estudantil vulnerável. O Paes, portanto, não é apenas um programa de auxílio financeiro, mas um pilar essencial para a realização das aspirações acadêmicas e profissionais

dos estudantes, apontando para a urgência de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência na educação superior em contextos desafiadores.

Na última questão feita aos estudantes, perguntamos: o que poderia ser feito para melhorar os auxílios estudantis? As respostas foram as seguintes:

Quadro 12 – Melhorias nos auxílios

Pergunta 6 - Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial e entre outras)?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
A1	Seria muito bom se os valores sofressem aumento, com base na quantidade de documentos que precisa..
A2	Aumento de valores, pois o custo das coisas atuais (moradia, alimentação e transporte) são altos, o que acontece de às vezes o auxílio não cobrir 100% os custos essenciais. Sem contar que, seria muito bom que o número de vagas aumentasse também.
A3	Aumento do próprio, levando em conta aumento de preço no mercado sem falar no aumento de moradia, cada tempo que passa o preço aumenta, dificultando assim gerenciamento do pouco auxílio que recebem, o auxílio emergencial, deveria ser de mais fácil acesso, considerando que será recebido pelas pessoas que realmente precisam.
A4	É necessário que os órgãos máximos pensem um pouco mais nos estudantes, ou como os estudantes, uma vez que eles mesmos sabem que esses auxílios não têm sido suficientes, sendo que os dormitórios da Unilab não se encontram ainda disponíveis. Que deem mais oportunidades aos estudantes, os ouçam mais, para de alguma forma terem motivação para continuar.
A5	Conhecer realmente o estudante e sua necessidade, pois às vezes o valor do auxílio que é disponibilizado ao estudante não chega a ser suficiente e, o mesmo acaba tendo que procurar meios de conseguir o valor.
A6	Para melhorar os auxílios estudantis, seria importante aumentar o valor e a disponibilidade dos benefícios, expandir os critérios de elegibilidade para incluir uma variedade de situações financeiras e pessoais, e fornecer suporte adicional, como orientação financeira e oportunidades de emprego dentro da instituição

A7	Para melhorar os auxílios estudantis, se faz necessário um aumento na quantia, pois o que nos é fornecido não supre nossas necessidades e muitos acabam passando por circunstâncias difíceis, os locadores de Redenção e Acarape cobram valores exorbitantes nos alugueis das casas, além do mas a infraestrutura de muitas casas são totalmente insalubres, fazendo com que diversos discentes tenham que se submeter a morar com uma grande quantidade de colegas, citou seu próprio exemplo onde compartilha moradia com mais 7 meninas. Visto a atual situação em que nosso país se encontra, os insumos estão com valores fora da realidade socioeconômica dos alunos, por mais que a universidade comporte os R.Us disponibilizando o almoço e o jantar, temos que comprar nosso café da manhã, café da tarde e custear a nossa alimentação nos fins de semanas. É notório que o auxílio alimentação não arca de fato com a alimentação dos discentes, algumas pessoas não recebem um suporte financeiro de seus pais ou familiares, e isto impacta diretamente na permanência dos alunos na UNILAB, os demais auxílios fornecidos não opinou, pois não recebe e não é de seu conhecimento.
A8	Moradia: Criar mais vagas em residências estudantis e parcerias. Alimentação: Garantir refeições acessíveis nos restaurantes universitários e programas emergenciais. Transporte: Oferecer passes subsidiados e para estudantes. Auxílio Emergencial: Flexibilizar critérios e agilizar o processo de solicitação.
A9	Muitos reclamam pela quantia ser baixa, mas no seu ponto de vista um aumento poderia melhorar e parar as reclamações.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A análise das respostas revela que há uma percepção unânime entre os estudantes participantes sobre a necessidade urgente de expandir o número de auxílios pecuniários disponíveis. A totalidade dos participantes manifestou que a ampliação do acesso aos auxílios financeiros é fundamental para garantir a permanência de mais estudantes no ambiente acadêmico. Essa unanimidade reflete uma crescente consciência de que a dificuldade financeira é um dos maiores obstáculos à continuidade dos estudos, especialmente em contextos socioeconômicos mais vulneráveis. A falta de recursos pode levar os estudantes a buscar empregos que demandam tempo e energia, prejudicando seu desempenho acadêmico, ou até

mesmo forçá-los a abandonar a universidade. Portanto, a urgência destacada pelos participantes está diretamente relacionada à necessidade de garantir a equidade no acesso ao ensino superior, independentemente da condição financeira dos estudantes.

A menção de 33% dos participantes à necessidade de moradia estudantil aponta para uma limitação significativa nas condições de infraestrutura oferecidas pela universidade. Muitos estudantes, especialmente os de outras cidades ou regiões, enfrentam grandes desafios em relação ao custo e à disponibilidade de moradia próxima à universidade. A dificuldade de encontrar alojamento acessível e adequado pode comprometer não apenas a permanência dos estudantes, mas também sua qualidade de vida, já que o tempo e o dinheiro gastos com transporte, por exemplo, podem aumentar consideravelmente os custos de se manter na universidade. Além disso, a falta de moradia estudantil adequada pode aumentar o estresse dos discentes, afetando negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar psicológico. Portanto, esse ponto sugere que a universidade poderia expandir sua infraestrutura de apoio estudantil para incluir mais opções de moradia acessível e de qualidade, contribuindo para a permanência e o sucesso dos estudantes.

Os 11% que sugeriram a implementação de suporte adicional, como orientação financeira e oportunidades de emprego dentro da universidade, revelam uma demanda por uma abordagem mais holística e integrada no apoio aos estudantes. A orientação financeira, por exemplo, pode ajudar os discentes a administrar melhor os recursos limitados, ensinando práticas de orçamento pessoal, como gerenciar o auxílio financeiro de forma eficiente, além de orientá-los sobre outras fontes de financiamento, como programas de bolsas ou descontos. Já a oferta de empregos dentro da própria universidade pode proporcionar uma solução para aqueles que necessitam de uma fonte de renda, sem prejudicar o tempo dedicado aos estudos. A criação de programas de estágio, trabalho de apoio acadêmico ou administrativo pode ser uma maneira eficaz de oferecer flexibilidade aos estudantes, permitindo que eles se mantenham financeiramente estáveis enquanto continuam sua formação acadêmica. Esse tipo de apoio é crucial, pois além de aliviar a pressão financeira, também oferece experiência profissional que pode ser relevante para o futuro acadêmico e profissional dos estudantes.

Por fim, os 22% que indicaram o desejo de tornar a modalidade de auxílio emergencial mais acessível e menos burocrática refletem uma frustração com as dificuldades práticas de acesso a esse tipo de assistência. A burocracia excessiva pode ser um obstáculo significativo para muitos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam condições de urgência financeira, como dificuldades inesperadas com moradia ou alimentação. A demora no processo de solicitação e a complexidade dos requisitos podem resultar em atrasos no recebimento do

auxílio, o que agrava a situação dos estudantes que já enfrentam dificuldades financeiras. Simplificar o processo de solicitação e tornar o auxílio mais acessível pode ter um impacto imediato e significativo na vida dos estudantes, proporcionando a eles uma rede de segurança que os permita enfrentar dificuldades temporárias sem comprometer sua trajetória acadêmica. A facilidade de acesso ao auxílio emergencial poderia, portanto, aliviar a ansiedade dos estudantes e permitir que eles se concentrem em suas atividades acadêmicas sem a preocupação constante com as necessidades básicas.

As respostas revelam que, além da ampliação do número de auxílios pecuniários, há uma demanda por um suporte mais abrangente e menos burocrático, que não apenas atenda às necessidades financeiras dos estudantes, mas também forneça condições adequadas para sua permanência e sucesso acadêmico. A moradia estudantil, o suporte financeiro adicional e a simplificação do processo de auxílio emergencial são questões-chave que precisam ser abordadas para garantir que mais estudantes possam concluir seus cursos com a menor quantidade de obstáculos possível. A implementação dessas melhorias pode fazer uma diferença significativa na vida acadêmica dos estudantes, contribuindo para a criação de um ambiente mais inclusivo, equitativo e acessível para todos.

Destaca-se aqui a resposta da estudante A7 que problematiza a questão dos desafios financeiros, afirmando que é as condições de vida precárias não afetam apenas o desempenho acadêmico, mas também têm um impacto direto na saúde mental dos estudantes. A pressão para gerenciar múltiplas responsabilidades e enfrentar condições desfavoráveis pode levar a níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão. A estudante sugere que a falta de suporte financeiro é um fator que pode impactar a permanência na instituição, destacando a necessidade de um ambiente saudável para o aprendizado. A resposta da estudante aponta para a necessidade de políticas públicas que considerem as realidades econômicas e sociais de todos e todas os estudantes. O reconhecimento de que os auxílios disponíveis não são suficientes para cobrir as despesas diárias é um chamado à ação da universidade e dos formuladores de políticas que revejam e ajustem os valores dos auxílios. Isso é essencial para garantir a inclusão e a equidade no acesso à educação superior, permitindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de concluir seus cursos.

A resposta da estudante aponta as dificuldades enfrentadas por muitos alunos em relação aos auxílios estudantis, abordando questões de necessidade básica, desigualdade social, motivação e saúde mental. Sua análise fornece uma visão importante sobre como as condições de vida impactam a experiência acadêmica e a permanência na universidade. Para melhorar essa situação é crucial que as instituições de ensino e os responsáveis pelas políticas

educacionais considerem essas variáveis e desenvolvam medidas mais eficazes para atender às necessidades dos estudantes.

A partir da síntese das respostas obtidas, fica claro que os estudantes não apenas reconhecem a importância do Programa de Assistência Estudantil (PAES) para sua permanência acadêmica, mas também têm expectativas específicas em relação à ampliação e adequação deste programa. A ênfase no incremento do número de vagas nos editais e o ajuste nos valores oferecidos refletem as crescentes necessidades dos estudantes em um cenário de inflação, aumento do custo de vida e desafios socioeconômicos que impactam diretamente sua trajetória acadêmica.

A solicitação de ampliação no número de vagas nos editais do PAES aponta para a percepção de que, atualmente, uma parcela significativa dos estudantes não tem acesso aos auxílios oferecidos, seja pela limitação do número de vagas, seja pela concorrência acirrada entre os discentes. Isso sugere que, para muitos estudantes em situação de vulnerabilidade, o apoio financeiro é uma necessidade essencial para sua permanência na universidade, e a atual oferta não é suficiente para atender a essa demanda crescente.

Além disso, a ampliação das vagas também pode ser interpretada como uma medida de inclusão social, permitindo que um número maior de estudantes de diferentes origens e condições socioeconômicas possa acessar o ensino superior. Muitos desses estudantes podem não ter recursos suficientes para custear sua educação sem o suporte oferecido pelos auxílios. Portanto, essa demanda por mais vagas nos editais reflete a necessidade de tornar a educação superior mais acessível e inclusiva, reduzindo as barreiras financeiras que, muitas vezes, são determinantes na escolha de permanecer ou não na universidade.

A segunda demanda significativa refere-se ao ajuste nos valores dos auxílios. A solicitação de reajuste está diretamente ligada à desvalorização do poder de compra dos valores atualmente oferecidos, especialmente quando comparados ao aumento nos custos de vida, como alimentação, transporte, moradia e materiais acadêmicos. Para muitos estudantes, o valor dos auxílios atualmente em vigor não é suficiente para cobrir suas necessidades básicas, o que pode resultar em dificuldades financeiras contínuas e até na decisão de abandonar o curso ou reduzir a carga horária de estudos para buscar fontes alternativas de renda.

Além disso, o valor do auxílio é uma questão decisiva não apenas em termos de quantidade, mas também de adequação. O auxílio deve ser ajustado periodicamente para refletir as mudanças no cenário econômico, garantindo que os estudantes tenham recursos suficientes para se manter em seus cursos, sem a necessidade de buscar empregos em tempo integral ou comprometer seu desempenho acadêmico.

Essa demanda também está diretamente relacionada à sustentabilidade do apoio financeiro ao longo do curso, visto que, sem um valor reajustado, os estudantes podem se ver em situações em que o auxílio se torna progressivamente insuficiente. Portanto, o reajuste nos valores não é apenas uma questão de melhorar a qualidade de vida dos estudantes, mas também de garantir que o apoio financeiro continue sendo uma ferramenta eficaz para sua permanência acadêmica.

Ambas as demandas — o aumento do número de vagas e o reajuste nos valores dos auxílios — estão profundamente enraizadas na realidade socioeconômica dos estudantes. Para muitos, o auxílio financeiro não é apenas um benefício, mas uma necessidade vital para garantir que possam continuar seus estudos sem comprometer suas condições de vida. A educação superior, portanto, depende diretamente da adequação dessas políticas de apoio, que devem ser flexíveis e ajustáveis de acordo com as circunstâncias financeiras e pessoais dos estudantes.

As dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes podem ser exacerbadas por fatores como a inflação, a falta de infraestrutura local (como moradia estudantil e transporte acessível) e a escassez de empregos adequados para estudantes. Portanto, a ampliação do número de vagas e o reajuste nos valores do PAES são medidas que visam não só aliviar as tensões financeiras, mas também criar um ambiente mais inclusivo e acessível para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.

Se essas mudanças forem implementadas, com o aumento das vagas e o reajuste nos valores, podemos esperar uma maior estabilidade financeira para os estudantes, o que provavelmente resultaria em uma maior retenção e conclusão acadêmica. Além disso, a ampliação da assistência pode contribuir para uma diversificação no perfil dos estudantes da universidade, permitindo que mais indivíduos de diferentes classes sociais tenham a oportunidade de ingressar no ensino superior e prosperar academicamente.

Outro impacto positivo seria a diminuição das desigualdades dentro do ambiente universitário, com mais estudantes tendo acesso a recursos que permitem uma educação de qualidade. Isso também pode resultar em uma maior equidade no acesso às oportunidades acadêmicas e profissionais oferecidas pela instituição, contribuindo para a formação de um ambiente mais inclusivo e justo.

As respostas dos estudantes sobre a necessidade de incremento no número de vagas nos editais do PAES e o reajuste nos valores refletem uma percepção crítica sobre as atuais condições de assistência estudantil. As demandas não se limitam a questões financeiras, mas estão profundamente relacionadas à justiça social, acesso à educação e equidade nas oportunidades oferecidas aos estudantes. Atender a essas demandas pode ter um impacto

significativo na qualidade de vida acadêmica, na permanência e na conclusão dos cursos pelos discentes, promovendo uma universidade mais inclusiva, acessível e com maior potencial de transformação social.

5.5 Análise dos setores envolvidos no processo das políticas de permanência estudantil na UNILAB.

Nesta seção, será apresentado o perfil profissional dos servidores que participaram da pesquisa, juntamente com os resultados obtidos. Durante o mês de junho de 2024 foi enviado um questionário de pesquisa, com perguntas abertas, para 5 (cinco) servidores da Unilab, lotados na PROPLAN, PROPAE E PROINTER. Todos os participantes consentiram formalmente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Apresentaremos, a seguir, a análise destes questionários que se referem à política de permanência estudantil na Unilab. Participaram ativamente Taes da Proplan e Propae¹⁶. O quadro a seguir destaca as características gerais dos servidores questionados:

Quadro 13 – Perfil do Participante

Ordem	Servidor	SETOR/Unidade	Gênero
1	S1	Proplan	F
2	S2	DAN/Propae	F
3	S3	Diase/Propae	M
4	S4	Coest/Propae	M

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

No conjunto de perguntas feitas aos Taes, optamos por separar os dados de acordo com as particularidades das Pró-reitorias e cargo que cada servidor(a) ocupa dentro da macrounidade em que atuam. Assim, a primeira participante é servidora da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), a quem fizemos um conjunto de perguntas mais específicas e focadas na parte

¹⁶ Apesar do nosso esforço de envolver a Prointer na pesquisa, nenhum servidor manifestou disponibilidade em participar da pesquisa e não conseguimos aplicar o questionário com a participação da Pró-reitora. Acrescenta-se que os servidores que contactamos para responder ao questionário com as perguntas propostas, afirmaram que a questão de política estudantil era com a Proape e não se sentiam aptos a responder ao questionário de pesquisa. Entretanto, como já dissemos inúmeras vezes nesta pesquisa, a Prointer é a porta de entrada do estuante internacional na Unilab, e é a partir da informação enviadas por essa pró-reitoria que se instala os auxílios aos estudantes internacionais logo que chegam à Unilab.

orçamentária. A única pergunta em comum a todos/as os(as) participantes(as) foi a que versava sobre o que poderia ser feito para melhorar a assistência estudantil através dos auxílios pecuniários.

Quadro 14- Sugestões para melhorias dos auxílios

Participante S1	
Perguntas	Respostas com base no que foi respondido
1) Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar a garantia de permanência dos estudantes?	Programas de retenção de estudantes, disponibilidade de programas contra a evasão, construir matriz de risco sobre o tema, realizar mapeamento de situações estudantis para programas mais focados nos riscos e problemas.
2) De que maneira, outras formas de custeio poderiam ser alocadas para garantia da permanência dos estudantes na UNILAB?	Desenvolvimento de políticas locais focadas neste tema, incentivos às pesquisas para viabilizar análise e busca por resolução de alguns problemas relacionados à saída dos estudantes, inclusive conscientização da comunidade acadêmica e administrativa quanto aos impactos orçamentários e indicadores como custo por aluno na Universidade.
3) Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial entre outras)?	O governo aumentar o valor do orçamento enviado para tal ação orçamentária.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Como podemos observar nas respostas apresentadas pela participante S1, a questão orçamentária de custo aluno/ano é uma preocupação premente da servidora. Pois, na sua afirmativa acerca de alocação de recursos de custeio para fortalecer a assistência estudantil na Unilab, a profissional destaca a necessidade de uma abordagem estratégica e integrada para lidar com a evasão escolar, sugerindo ações que visem a retenção e o suporte contínuo dos

estudantes. O foco inicial estaria em programas de retenção de estudantes¹⁷, que envolveriam iniciativas voltadas a manter os alunos matriculados e engajados no percurso acadêmico. Esses programas normalmente englobam apoio acadêmico, financeiro e psicológico, com o objetivo de minimizar os fatores que levam ao abandono dos estudos. Retenção é, portanto, mais do que uma questão administrativa; é um indicador da qualidade e relevância do ensino oferecido.

Em complemento, a disponibilidade de programas contra a evasão amplia o alcance das intervenções necessárias para mitigar os fatores que dificultam a continuidade dos estudantes, como problemas financeiros, dificuldades de adaptação ou saúde mental. É fundamental que esses programas sejam diversos e adaptáveis, para atender a diferentes necessidades estudantis.

Para tornar as ações mais precisas e eficazes, a construção de uma matriz de risco se faz essencial. Essa ferramenta auxilia na identificação e análise dos principais fatores que levam à evasão, permitindo um entendimento claro dos riscos e o desenvolvimento de estratégias específicas para cada situação. Assim, os riscos podem ser priorizados e enfrentados de forma mais organizada e eficaz.

O mapeamento das situações estudantis também é uma parte importante desse processo. Esse levantamento visa entender o perfil e contexto de cada estudante, permitindo que os programas de retenção sejam direcionados de forma mais assertiva. Conhecendo as especificidades de cada grupo de risco, a instituição pode criar intervenções personalizadas, aumentando a probabilidade de sucesso.

A combinação desses elementos — programas de retenção, iniciativas contra a evasão, construção de matrizes de risco e mapeamento de situações estudantis — constitui uma abordagem proativa e preventiva, que visa reduzir a evasão escolar e promover a permanência dos estudantes. Essa integração de ações assegura uma resposta mais focada, eficiente e ajustada às necessidades reais dos estudantes, contribuindo para melhorar a qualidade do processo educacional e o sucesso acadêmico.

Ainda S1 aponta para a necessidade de uma abordagem abrangente e estratégica para enfrentar a evasão escolar nas universidades, envolvendo o desenvolvimento de políticas locais, incentivo à pesquisa e conscientização da comunidade acadêmica e administrativa. Esses três elementos se complementam e desempenham papéis cruciais para a criação de um ambiente mais favorável à permanência dos estudantes.

¹⁷ Há índices significativos de evasão na Unilab. Inclusive de mobilidade acadêmica de estudantes internacionais para outras Universidades, em especial a Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC).

O desenvolvimento de políticas locais voltadas para a retenção de estudantes é essencial porque leva em consideração as características específicas da instituição e da comunidade em que ela se insere. Políticas adaptadas às necessidades locais têm maior probabilidade de serem eficazes, uma vez que podem responder diretamente aos desafios únicos enfrentados pelos alunos daquela região. Para garantir que essas políticas sejam adequadas e bem implementadas, é importante um processo participativo, envolvendo gestores, docentes, estudantes e membros da comunidade externa.

Incentivar pesquisas sobre os fatores que levam à evasão é outra ação fundamental. A pesquisa acadêmica fornece uma compreensão aprofundada dos problemas que influenciam a saída dos estudantes, permitindo que as soluções sejam baseadas em evidências. Isso pode envolver estudos sobre as dificuldades socioeconômicas, desafios acadêmicos ou questões psicológicas que os alunos enfrentam. Ao promover a pesquisa, a universidade não apenas busca entender o problema, mas também se compromete a desenvolver intervenções eficazes para resolvê-lo, garantindo que as políticas de retenção sejam orientadas por dados concretos.

A conscientização da comunidade acadêmica e administrativa sobre os impactos da evasão escolar é igualmente importante. A saída dos estudantes não afeta apenas suas trajetórias pessoais, mas também traz consequências financeiras significativas para a universidade, incluindo o aumento do custo por aluno e a redução na captação de recursos. Além disso, a evasão impacta indicadores institucionais, como a taxa de conclusão dos cursos, o que pode prejudicar a imagem da universidade. Por isso, é necessário envolver não apenas gestores e professores, mas também estudantes, para que todos compreendam a importância da permanência e contribuam para um ambiente de apoio mútuo.

Esses elementos formam uma abordagem integrada, em que políticas locais são desenvolvidas com base em dados obtidos por meio de pesquisas, e toda a comunidade acadêmica e administrativa é conscientizada sobre a importância da retenção, o que por si só já melhoraria a matriz orçamentária da Unilab, possibilitando os acréscimos de recursos vindo do PNAES e de outras fontes de custeio do governo Federal.

Neste segundo conjunto de análises das respostas obtidas no questionário de pesquisa, com os TAE, encontraremos as perguntas relacionadas à assistência estudantil envolvendo diferentes setores da Propae.

Quadro 15 – Sugestões para melhorar os auxílios

Pergunta 1 - Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial)?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
S2	Um maior repasse do governo, para que possa ter mais abrangência e um aumento no valor.
S3	Atualmente, não atu na área responsável pelos auxílios estudantis, visto que o setor responsável é a Coordenação de Assuntos Estudantis (Coest/Propae). Apesar de não atuar, acredita que algumas ações podem ser úteis para a melhoria dos referidos auxílios, tais como: 1) pesquisas e levantamentos junto ao público discente, buscando conhecer o perfil do/a estudante e aprofundar a análise da fatores de vulnerabilidade social; 2) mobilização política junto aos órgãos representativos do governo, buscando sensibilizar sobre a importância da manutenção e do incremento dos orçamentos voltados aos auxílios estudantis.
S4	O fator primordial para haver uma melhora nos auxílios estudantis é o aumento dos recursos do PNAES, pois através desse aumento será possível fazer uma ampliação de distribuição, atingindo um quantitativo maior de estudantes ou então um reajuste dos auxílios a fim de melhorar a capacidade econômica dos discentes

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os/as participantes/as mencionaram que programas para reter os estudantes e uma matriz de risco sobre o tema, realizando, assim, um mapeamento do perfil estudantil. Os(as) Técnicos(as) destacaram ainda a necessidade de um maior repasse do governo federal no que se refere ao assunto. A essa questão gostaríamos de destacar a necessidade de um aumento dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como condição essencial para melhorar os auxílios oferecidos aos estudantes. O PNAES é uma política pública fundamental para garantir a permanência de alunos em instituições de ensino superior no Brasil, especialmente aqueles provenientes de famílias de baixa renda. Sem investimento adequado, os auxílios tendem a ser insuficientes para atender às necessidades dos alunos, o que pode levar à evasão.

A proposta de ampliar a distribuição dos auxílios apresentada pelos(as) participantes/as é pertinente, pois muitos estudantes em situação de vulnerabilidade não têm acesso aos auxílios

pecuniários por questões de restrição orçamentária. A ampliação dos recursos permitiria que mais alunos se beneficiassem dos programas de assistência, aumentando a equidade no acesso ao ensino superior. Isso é especialmente importante em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais e econômicas ainda são significativas.

Além da ampliação da distribuição, é fundamental um reajuste nos valores dos auxílios. Com a inflação e o aumento dos custos de vida, valores que eram adequados em anos anteriores podem não ser mais suficientes para cobrir despesas básicas, como alimentação, transporte e material escolar. Um reajuste adequado garantiria que os auxílios mantenham seu valor real e, consequentemente, sua eficácia.

Melhorar a capacidade econômica dos/as estudantes, promovida por auxílios adequados e acessíveis, tem um impacto direto na permanência e no desempenho acadêmico. Com uma base econômica mais sólida, os estudantes podem se dedicar mais aos estudos, reduzindo a pressão financeira e as preocupações relacionadas à subsistência. Isso pode resultar em melhores índices de conclusão e desempenho acadêmico.

Embora o aumento dos recursos do PNAES seja essencial, a assistência estudantil na Unilab deve ser parte de uma abordagem mais ampla para a inclusão no ensino superior. Isso pode incluir medidas como apoio psicológico, orientação acadêmica e iniciativas de integração social, que também desempenham um papel crucial na permanência dos estudantes. Em síntese, para que a assistência estudantil cumpra seu papel social e promova a inclusão, é vital que haja um comprometimento contínuo com o financiamento adequado dessas políticas.

Como segunda pergunta aos Taes da Propae, tentamos entender a importância do restaurante universitário (RU) na vida acadêmica dos discentes, pois uma das estratégias que a Propae vem adotando para combater a evasão é a gratuidade no RU para os/as estudantes mais vulneráveis e que não estão recebendo auxílios. O valor da refeição no RU da Unilab é de 1,10 (um real e dez centavos), valor este que não foi reajustado desde 2017. Acerca desta questão obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 16 – Importância do RU

Pergunta 2 - Qual o papel do Restaurante Universitário na vida acadêmica dos estudantes?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
S2	O Restaurante Universitário (RU) é uma das maiores ferramentas de permanência estudantil, pois com um valor muito baixo os/as estudantes

	têm acesso a uma refeição em quantidades e qualidades adequadas. A realidade de muitos dos/as nossos estudantes é de se alimentar apenas das refeições do RU, pois para muitas aquelas refeições são as únicas realizadas durante o dia.
S3	Atualmente, não atua no setor responsável pela gestão dos Restaurantes Universitários (RUs) da instituição: Divisão de Alimentação e Nutrição (DAN/PROPAE). Apesar de não atuar, considera que o papel dos RUs é crucial para a permanência, alinhando-se a um dos eixos da Política Nacional de Assistência Estudantil. Destaca-se, ainda, a importância da oferta de alimentação para os/as estudantes internacionais, o que se configura como uma ação importante voltada à permanência de tal público
S4	O papel do RU é fornecer refeições saudáveis, saborosas, nutricionalmente balanceadas e de baixo custo, garantindo a aplicabilidade do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os RU's visam apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, reduzindo a evasão, favorecendo a permanência do acadêmico na universidade e contribuindo na formação superior

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

As respostas destacaram o RU como sendo uma das maiores ferramentas de apoio aos estudantes, em especial aos que moram longe e aos estudantes internacionais, principalmente por ser uma alimentação de qualidade e baixo custo. A resposta da S2 refere-se à importância do Restaurante Universitário (RU) como ferramenta de permanência estudantil e destaca seu papel crucial no acesso à alimentação a preços baixos e de qualidade, possibilitando aos estudantes de baixa renda se concentrarem em seus estudos sem a preocupação constante com a alimentação.

Na afirmação da participante podemos observar a ênfase na afirmação de que muitos estudantes dependem exclusivamente das refeições do RU, o que evidencia a fragilidade da segurança alimentar de alguns alunos, reforçando a necessidade de um suporte mais abrangente para garantir o bem-estar e a saúde dos estudantes. Essa dependência também indica que o RU não é apenas um serviço de alimentação, mas uma parte essencial do suporte acadêmico, impactando diretamente no desempenho, na concentração e na energia dos alunos. Portanto, a

eficiência do RU se torna um fator determinante na retenção e no sucesso acadêmico, exigindo políticas públicas que ampliem o acesso à alimentação e assegurem que todos os/as estudantes tenham condições adequadas para se dedicar a suas atividades acadêmicas.

Ao que se refere à resposta do S4 sobre o papel do Restaurante Universitário (RU) destaca sua função essencial de fornecer refeições saudáveis, saborosas, nutricionalmente balanceadas e de baixo custo, o que é fundamental para garantir a aplicação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ao alinhar-se a esse plano, o RU contribui para a inclusão e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, evidenciando que a alimentação é um direito fundamental que deve ser garantido. Além de fornecer alimentação, os RUs desempenham um papel integrador nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo um ambiente acadêmico mais coeso e colaborativo, onde a troca de experiências se torna mais rica. Ao reduzir a evasão e favorecer a permanência dos acadêmicos na universidade, o RU se torna uma ferramenta vital para que estudantes de baixa renda consigam se manter em seus cursos. Essa contribuição não se limita à alimentação, mas também se estende à formação integral dos estudantes, uma vez que um aluno bem alimentado está mais apto a participar ativamente de suas atividades acadêmicas.

Assim, a função do RU se reafirma como um elemento central na promoção da inclusão social, na redução da evasão e no suporte ao desenvolvimento acadêmico, essencial para a construção de políticas que garantam a segurança alimentar e o sucesso dos alunos nas instituições de ensino superior.

Já o S3, que destacou não ser do setor que atua diretamente com RU, ressaltou a importância dos Restaurantes Universitários (RUs) como elemento fundamental para a permanência dos estudantes, especialmente no contexto da Política Nacional de Assistência Estudantil. Ao afirmar que os RUs se alinham a um dos eixos dessa política, a resposta enfatiza seu papel no suporte a alunos em situação de vulnerabilidade, proporcionando acesso a alimentação de qualidade a preços acessíveis. Além disso, a menção específica aos estudantes internacionais destaca uma dimensão inclusiva e diversificada da assistência estudantil.

A oferta de alimentação adequada para esse público é uma ação significativa, pois muitos desses estudantes enfrentam desafios adicionais, como adaptação a um novo país e cultura, além de possíveis barreiras financeiras. Portanto, garantir refeições saudáveis e acessíveis para estudantes internacionais não apenas contribui para a sua permanência, mas também promove uma integração mais ampla à comunidade acadêmica, favorecendo a troca cultural e enriquecendo a experiência educacional. Essa abordagem abrangente sobre a função dos RUs ilustra como a alimentação é um aspecto vital da permanência estudantil, reforçando

a necessidade de políticas que consideram as diversas realidades e necessidades de todos os alunos nas instituições de ensino superior.

O Restaurante Universitário (RU) desempenha um papel fundamental na vida do estudante carente, proporcionando alimentação a baixo custo e assim contribuindo para a permanência e o sucesso acadêmico. Um dos principais aspectos do RU é a promoção da inclusão social. Segundo D'Araújo (2006), "o acesso à alimentação saudável e adequada é um fator determinante para a permanência do estudante no ambiente universitário, especialmente entre aqueles de baixa renda" (p. 123). Essa afirmação destaca a importância do RU como uma estratégia de apoio que minimiza as desigualdades sociais no ambiente acadêmico.

Além disso, o RU pode ser visto como um espaço de socialização e de integração. De acordo com Almeida (2013), "o Restaurante Universitário serve como um ponto de encontro, onde os estudantes podem interagir, discutir ideias e construir uma rede de apoio" (p. 98). Essa interação é crucial para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos alunos, especialmente aqueles que podem se sentir isolados em um novo ambiente.

Por último, o RU é essencial para garantir a saúde e o bem-estar dos estudantes. Conforme aponta Rangel (2010, p.54), "uma alimentação adequada é vital para o desempenho cognitivo e a concentração dos estudantes, fatores que influenciam diretamente no rendimento acadêmico". Assim, a oferta de refeições balanceadas e nutritivas no RU se torna uma questão de saúde pública e educacional.

Em seguida, a pergunta feita sobre o RU, fizemos uma pergunta relacionada ao atendimento psicológico e de saúde oferecido na UNILAB e sua importância para a permanência dos/ estudantes. Os/as servidores/as responderam da seguinte forma:

Quadro 17 –Importância do atendimento psicológico e de saúde

Pergunta 3 - Qual a importância do atendimento psicológico e de saúde dentro da Unilab para a permanência estudantil?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
S2	Os adoecimentos de uma forma geral podem dificultar ou até mesmo impedir que os/as estudantes consigam permanecer e concluir seus respectivos cursos. A prevenção e o tratamento dos adoecimentos, sejam eles físicos ou mentais, são importantes para a permanência dos/das estudantes
S3	Os atendimentos em saúde - no âmbito da UNILAB - têm grande importância. Alinham-se a um dos eixos da Política Nacional de

	Assistência Estudantil e contribuem, de forma significativa, para a permanência estudantil. No que se refere aos atendimentos psicológicos, estes são realizados na modalidade de Plantão Psicológica, pela Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (Diase/Propae), e, conforme pode ser visto no site institucional, voltam-se ao acolhimento emocional de estudantes de graduação presencial da instituição. Além disso, destacou que a atuação dos/as psicólogos do setor é feita de forma interdisciplinar, junto à Medicina, Enfermagem e Educação Física.
S4	Chegar e permanecer no ambiente universitário traz transformações significativas nas formas de viver dos indivíduos, com novas exigências e responsabilidades presentes no cotidiano do (a) estudante. No contexto da Unilab, soma-se a isto o entrar em contato e o conviver com pessoas de diferentes culturas, o que impõe como desafio o aprendizado para lidar com relações interpessoais caracterizadas pelas diversidades. Diante disso, para atender seus objetivos, a Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (DIASE) realiza promoção de saúde e prevenção de agravos, por meio da realização de ações que buscam estimular o autocuidado e fomentar hábitos salutareos. Pautada, principalmente, na educação em saúde, realiza o acolhimento dos estudantes e promove atividades que possibilitam a construção de saberes a fim de estimular a realização de práticas e rotinas que resultem em melhoria da qualidade de vida. Por fim, a Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (Diase), como parte componente das estratégias da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae), alinhadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – se propõe a oferecer aos estudantes de graduação presencial da UNILAB dos Campi do Ceará serviços voltados à expressão e ao acolhimento de sentimentos, emoções, sentidos e experiências relativas ao cotidiano universitário, visando contribuir para a permanência estudantil, a exemplo do Plantão Psicológico.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os/as participantes/as mencionaram que o atendimento psicológico e de saúde é de extrema importância para todos os estudantes na melhoria da qualidade de vida, na prevenção

do adoecimento físico e mental, em especial, e destacou-se uma atuação interdisciplinar, junto à Medicina, Enfermagem, Psicologia e Educação Física.

S2 apresentou muita sensibilidade com a situação dos estudantes. Sua resposta sobre o impacto dos adoecimentos na permanência dos estudantes no ambiente acadêmico abordou que questões de problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, podem dificultar ou até mesmo impedir a conclusão dos cursos. Essa perspectiva é respaldada pela literatura na área de saúde mental e educação, que destaca a importância da saúde integral para o sucesso acadêmico.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2013), a saúde mental é um determinante essencial para o aprendizado e o desempenho acadêmicos. Estudantes que enfrentam problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, apresentam taxas de evasão escolar significativamente mais altas. Essa evidência sugere que a prevenção e o tratamento desses adoecimentos são fundamentais para garantir que os alunos consigam não apenas ingressar, mas também permanecer e concluir seus cursos.

Portanto, a resposta enfatiza a realidade de que adoecimentos podem impactar negativamente a trajetória acadêmica dos estudantes. A prevenção e o tratamento de problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, são essenciais para a permanência e o sucesso dos alunos. A implementação de políticas de saúde e bem-estar nas instituições de ensino pode contribuir significativamente para que os estudantes consigam enfrentar os desafios do ambiente acadêmico e, assim, concluir seus cursos com êxito.

Sobre essa questão S3 respondeu de forma clara e institucionalmente adequada, destacando a importância dos atendimentos em saúde na Unilab, alinhados à Política Nacional de Assistência Estudantil e contribuindo para a permanência dos estudantes. A menção ao atendimento psicológico na modalidade de Plantão Psicológica, voltado ao acolhimento emocional dos alunos de graduação presencial, é pertinente, mas seria útil oferecer mais detalhes sobre a frequência e o acesso ao serviço, além de esclarecer se há continuidade do cuidado após o plantão. O destaque para a atuação interdisciplinar dos psicólogos junto à Medicina, Enfermagem e Educação Física é um ponto positivo, pois demonstra uma abordagem integrada e holística no cuidado com os estudantes.

Ainda, sobre esta questão, S4 nos traz algumas reflexões sobre o papel da saúde na assistência estudantil. Como sabemos, a transição da educação básica para o ambiente universitário representa uma fase de grandes transformações e desafios para os estudantes, que passam a enfrentar novas exigências acadêmicas, sociais e emocionais. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2008), essa fase da vida está marcada por uma série de mudanças na identidade e nas relações interpessoais, as quais exigem um processo de adaptação e desenvolvimento de

novas competências emocionais e sociais. Além disso, para os estudantes da Unilab, essa adaptação ocorre em um contexto multicultural, no qual o convívio com pessoas de diferentes culturas impõe o desafio de lidar com diversidades e desenvolver competências interculturais (Geertz, 1989).

O apoio institucional é crucial para a permanência e sucesso dos estudantes neste contexto. A Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (Dias) da Unilab, por meio de suas ações de promoção de saúde e prevenção de agravos, tem como foco estimular o autocuidado e a adoção de hábitos saudáveis. A Dias ao promover atividades educativas e acolhimento emocional, busca construir esse saber crítico junto aos estudantes, fomentando práticas e rotinas que melhorem a qualidade de vida desses estudantes.

Além disso, a abordagem adotada pela Dias está alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como um de seus pilares a promoção da saúde e do bem-estar dos estudantes, visando à sua permanência e sucesso na universidade. A permanência estudantil não depende apenas do sucesso acadêmico, mas também de fatores emocionais e sociais que podem interferir no desempenho do estudante (Chauí, 2003). Neste sentido, o plantão psicológico, mencionado no texto, se apresenta como uma estratégia eficaz de acolhimento e suporte emocional, uma vez que oferece um espaço para a expressão de sentimentos e emoções relacionados às pressões do cotidiano universitário.

Na sua resposta compreendemos que a atuação interdisciplinar da Dias, em colaboração com profissionais de outras áreas da saúde, como Medicina, Enfermagem e Educação Física, reforça uma abordagem integral da saúde. Essa perspectiva compreende a saúde como um estado dinâmico de equilíbrio, que envolve não apenas o bem-estar físico, mas também o emocional e o social. Assim, as ações da Dias, ao promover uma visão holística da saúde, contribuem significativamente para a permanência e o bem-estar dos estudantes no contexto universitário.

Em resumo, o trabalho da DIASE na UNILAB está fundamentado em uma abordagem interdisciplinar e preventiva, que valoriza o acolhimento emocional e a promoção de práticas saudáveis, contribuindo, de forma eficaz, para a permanência estudantil e o enfrentamento dos desafios que a vida universitária e o contexto multicultural impõem.

Como questão quatro, perguntamos aos participantes se os critérios para a concessão dos auxílios são equitativos. As respostas obtidas foram:

Quadro 18 – Equidade

Pergunta 4 - Na sua opinião, os critérios de escolha para o recebimento dos auxílios

estudantis possuem equidade para todos os estudantes independente das nacionalidades?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
S2	Os/as assistentes sociais da Unilab fazem um trabalho muito sério na seleção dos estudantes para concessão de auxílios, com as ferramentas que possuem. Do seu ponto de vista, os critérios são equitativos.
S3	Não teve elementos suficientes para responder a este questionamento, porém acredita que os editais são elaborados conforme a legislação vigente sobre o tema, além de ter a participação de profissionais do Serviço Social. Acredita que o conhecimento e a expertise de tais profissionais contribuem para a busca da equidade na oferta dos auxílios.
S4	Sim, os critérios de escolha para o recebimento dos auxílios estudantis, possuem equidades para todos os estudantes independente das nacionalidades, pois há seleções internacionais e nacionais adotando critérios igualitários para eles.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Para os participantes, a equipe de assistentes sociais da Unilab realiza um trabalho sério na seleção de estudantes para concessão de auxílios, utilizando as ferramentas disponíveis. Os critérios adotados para a escolha dos beneficiários são equitativos, aplicando-se de maneira justa e igualitária a todos os estudantes, independentemente de suas nacionalidades, em processos de seleção tanto nacionais quanto internacionais. Destacaram que os editais são elaborados de acordo com a legislação, possuindo assim equidade nos critérios.

Na quinta questão, dialogamos sobre sua avaliação do Paes na Unilab numa perspectiva orçamentária. Os(as) participantes(as) responderam que é preciso reforçar o orçamento para atender os/as estudantes.

Quadro 19 –A avaliação orçamentária da Unilab

Pergunta 5 - Do ponto de vista orçamentário, qual sua avaliação do Paes na Unilab?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
S2	Na Unilab temos um percentual muito elevado de estudantes vulneráveis. O orçamento ainda é pequeno para que se possa atender a todos que precisam.
S3	Não teve elementos suficientes para responder a este questionamento,

	porém, conforme apontou na primeira resposta, acredita ser importante a realização de levantamentos e pesquisas junto ao público discente.
S4	A Unilab tem a proeza de conseguir em todos os exercícios financeiros manter o orçamento dos auxílios estudantis e, portanto, não afetar a continuidade do PAES. Porém, há uma necessidade de se buscar um aumento desses recursos para que possamos aumentar a capacidade de alcance aos estudantes a fim de que permaneçam na universidade

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os participantes S2 e S4 destacaram em suas respostas que a UNILAB tem um público muito elevado de estudantes com vulnerabilidade, e que apesar de manter os auxílios longe dos cortes orçamentários do governo, a instituição precisa buscar formas de aumentar o orçamento destinado aos estes programas. S3 pontuou a necessidade de se fazer um levantamento do público discente para verificar as reais necessidades.

A resposta destaca um ponto importante: a capacidade da Unilab de manter o orçamento dos auxílios estudantis estável, o que é crucial para garantir a continuidade do Programa de Assistência Estudantil (Paes). No entanto, ao mesmo tempo, reconhece uma necessidade de ampliação desses recursos para aumentar o impacto e alcance entre os estudantes, assegurando sua permanência na universidade. Essa análise pode ser aprofundada por meio de discussões teóricas que envolvem a função social da universidade e as políticas de assistência estudantil.

A manutenção dos auxílios estudantis é fundamental para garantir o princípio da permanência estudantil, uma vez que as condições socioeconômicas são um fator determinante para o sucesso acadêmico e a conclusão dos cursos Chauí (2003). Para Chauí, a universidade pública não pode ser vista apenas como um espaço de formação acadêmica, mas também como um espaço de inclusão e justiça social. Nesse sentido, os programas de assistência, como o Paes, possuem papel fundamental ao proporcionar condições para que estudantes de classes sociais menos favorecidas possam não apenas ingressar, mas permanecer na universidade.

Por outro lado, a necessidade de ampliar o orçamento desses auxílios para aumentar seu alcance também reflete uma crítica presente no debate sobre políticas públicas no ensino superior. A universidade tende a reproduzir as desigualdades sociais existentes, a menos que haja políticas afirmativas que garantam a igualdade de oportunidades. Isso significa que o simples ingresso na universidade não é suficiente para combater as desigualdades estruturais; a permanência e a conclusão do curso são igualmente importantes, e, para isso, é necessário um suporte financeiro contínuo e adequado (Bourdieu e Passeron, 1975).

Além disso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que orienta políticas de assistência nas universidades públicas, tem como objetivo garantir não apenas o acesso, mas a permanência dos estudantes, oferecendo apoio financeiro, moradia, alimentação, e assistência à saúde, entre outros. Porém, como ressaltado na resposta, há uma limitação orçamentária que restringe o alcance desses benefícios.

Silva e Sguissardi (2001) discutem que o subfinanciamento das universidades públicas pode comprometer a efetividade das políticas de assistência estudantil, tornando necessário um aumento desses recursos para que os programas como o PAES possam atingir um número maior de beneficiários e promover a verdadeira inclusão educacional.

As respostas dos participantes/as também tocaram em uma questão de sustentabilidade das políticas de assistência estudantil. Dourado (2010) aponta que o financiamento adequado das universidades públicas é central para garantir a equidade no acesso e na permanência dos estudantes. O aumento dos recursos para os auxílios estudantis permitiria expandir essas políticas e assegurar que mais estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, possam completar seus cursos com sucesso.

Esta análise teórica subjacente à resposta revela que, embora a manutenção dos auxílios estudantis seja essencial para a permanência estudantil, a ampliação dos recursos financeiros é igualmente necessária para aumentar o alcance e a efetividade dessas políticas. A permanência estudantil depende não apenas do ingresso, mas de um conjunto de políticas robustas que garantam condições dignas e equitativas para todos os estudantes.

Por fim, como sexta questão do questionário de pesquisa, foi solicitado que indicassem o que seria necessário para expandir a cobertura financeira e outras formas de custeio para garantir a permanência dos estudantes nacionais e internacionais no ambiente acadêmico. Eles relataram que:

Quadro 20 – Necessidades para ampliar a cobertura e o custeio para permanência dos estudantes.

Pergunta 6 - Em sua análise, o que é necessário para ampliar a cobertura pecuniária para a permanência com sucesso dos estudantes nacionais e internacionais?	
Participante	Respostas com base no que foi respondido
S2	Um maior repasse de recursos pelo governo para essa finalidade.
S3	Não tenho elementos suficientes para responder a este questionamento, porém, conforme apontei na primeira resposta, acredito na importância da manutenção e do incremento dos orçamentos voltados aos auxílios

	estudantis.
S4	Para haver um maior incremento pecuniário é necessário que haja uma busca por mais orçamento junto ao governo, pois somos totalmente dependentes dos recursos originários da União. Portanto, a busca pela recomposição dos orçamentos das universidades é tão importante para as políticas estudantis. Caso não seja possível a recomposição orçamentária através do governo, outra alternativa seria uma parceria público-privada capaz de financiar os programas estudantis e dar mais eficiência à distribuição e ampliação dos recursos quanto à permanência estudantil.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesta última pergunta a servidora S1¹⁸ mencionou desenvolvimento de políticas locais relacionados ao tema, incentivo a pesquisas para viabilizar a análise dos problemas relacionados à saída dos estudantes, e a conscientização da comunidade a respeito dos impactos orçamentários através do custo por aluno. Já os servidores S2, S3 e S4 reafirmaram a necessidade de buscar mais orçamento junto ao governo federal.

A resposta sugere que, para ampliar o financiamento das políticas estudantis, há duas alternativas principais: a busca por mais recursos junto ao governo federal, que atualmente é a principal fonte de financiamento das universidades públicas, e a possibilidade de parcerias público-privadas (PPP) para garantir a sustentabilidade dos programas de assistência estudantil. Esta análise pode ser fundamentada teoricamente com base nas discussões sobre o financiamento do ensino superior, a autonomia universitária e as implicações das parcerias com o setor privado.

O financiamento das universidades públicas no Brasil está diretamente relacionado à sua função social e ao princípio da autonomia universitária, previsto na Constituição Federal de 1988. Chauí (2003) discute que a universidade pública deve ser financiada pelo Estado para garantir sua independência em relação a interesses econômicos e políticos, mantendo-se como um espaço de produção de conhecimento crítico e emancipador. No entanto, a escassez de recursos e os sucessivos cortes orçamentários colocam em risco tanto a qualidade do ensino quanto a implementação de políticas de permanência estudantil, essenciais para garantir o acesso e a conclusão do curso por estudantes de baixa renda.

¹⁸ A pergunta: em sua análise, o que é necessário para ampliar a cobertura pecuniária para a permanência com sucesso dos estudantes nacionais e internacionais? Foi comum a todos/as os/as servidores/as participantes.

A dependência dos recursos da União é uma característica das universidades públicas federais no Brasil. Segundo Dourado (2010), o subfinanciamento do ensino superior compromete diretamente as políticas de assistência estudantil, que visam à inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, a busca pela recomposição orçamentária junto ao governo é essencial para garantir que os programas de apoio, como bolsas de estudo, moradia e alimentação, sejam mantidos e ampliados. Sem esse apoio financeiro, a permanência estudantil, que é um dos pilares do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), fica ameaçada.

A resposta também menciona a possibilidade de recorrer a parcerias público-privadas (PPP) como uma alternativa para o financiamento de programas estudantis, caso o governo não consiga recompor o orçamento. Embora essa ideia possa parecer uma solução prática para a escassez de recursos, ela levanta uma série de questionamentos teóricos e éticos sobre o papel da universidade pública e sua relação com o setor privado.

De acordo com Oliveira (2010), a entrada de interesses privados na universidade pode contribuir para a mercantilização do ensino superior, colocando em risco a função social da universidade como um espaço de formação crítica. Em um cenário de PPPs, há o risco de que os interesses econômicos se sobreponham aos objetivos educacionais e científicos, influenciando não apenas as políticas de permanência estudantil, mas também a própria agenda acadêmica e de pesquisa. Isso pode comprometer a autonomia da universidade, ao submeter suas decisões a lógicas de mercado.

Por outro lado, autores como Oliveira (2010) argumentam que, quando bem regulamentadas, as PPPs podem ser benéficas para o financiamento de setores específicos, como infraestrutura e inovação tecnológica, sem comprometer a missão da universidade pública. No entanto, em relação à permanência estudantil, a introdução de capital privado exige cuidados para garantir que os princípios de equidade e justiça social sejam mantidos. A implementação de PPPs no financiamento da assistência estudantil deve ser rigorosamente monitorada para evitar que os recursos sejam distribuídos de maneira desigual ou favoreçam apenas determinados grupos de estudantes.

A eficácia na distribuição e ampliação dos recursos para a permanência estudantil também é uma questão fundamental levantada na resposta. Silva e Sguissardi (2001) apontam que a distribuição de recursos públicos no ensino superior precisa ser feita com base em critérios de equidade, priorizando os estudantes mais vulneráveis. Isso requer uma gestão eficiente e transparente, capaz de garantir que os auxílios cheguem aos que mais necessitam.

No caso das PPPs, a gestão desses recursos deve ser ainda mais cuidadosa, para evitar que o financiamento seja desviado de seu propósito inicial ou que as empresas envolvidas tenham poder excessivo na alocação dos recursos.

Em resumo, a resposta de S4 reconhece a importância de buscar mais orçamento junto ao governo para garantir a continuidade e ampliação das políticas estudantis, o que está alinhado com os princípios da autonomia universitária e do financiamento público da educação superior.

Contudo, a sugestão de recorrer a parcerias público-privadas como alternativa deve ser analisada com cautela. Embora as PPPs possam contribuir para a solução de problemas de financiamento, há o risco de que comprometam a missão pública e a equidade na distribuição dos auxílios. Portanto, qualquer tentativa de implementação dessas parcerias deve ser rigorosamente regulamentada e supervisionada para garantir que a permanência estudantil e os princípios de justiça social sejam preservados e a autonomia universitária não seja atingida pela lógica privatista (Oliveira, 2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil é um pilar fundamental no contexto universitário, especialmente em instituições como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que tem um perfil único e específico devido à sua missão de promover a integração entre o Brasil e dos PALOPs e no contexto da CPLP. Assim, o programa de assistência estudantil assume um papel ainda mais significativo, dado o perfil diverso e as necessidades distintas dos(as) estudantes internacionais e brasileiros.

No decorrer da pesquisa compreendemos que a assistência estudantil da Unilab para os(as) estudantes brasileiros(as) visam garantir a permanência e a integração acadêmica, proporcionando condições mais favoráveis para que possam concluir seus cursos com sucesso. Em uma instituição pública, a assistência estudantil é uma medida essencial para combater as desigualdades sociais e permitir que a universidade seja acessível a um público mais amplo, especialmente àqueles oriundos de camadas populares ou regiões mais carentes.

Para muitos estudantes brasileiros, especialmente os de baixa renda, as bolsas e auxílios financeiros representam a única possibilidade de permanecer na universidade. A Unilab oferece auxílios estudantis, como alimentação, transporte e moradia, que são percebidas como vitais para a manutenção dos estudos, permitindo que o foco seja voltado para o aprendizado e não apenas para a sobrevivência.

Muitos estudantes brasileiros(as), em particular os oriundos de regiões mais pobres, do Estado do Ceará e do Brasil, apresentam maiores dificuldades com a adaptação ao ensino superior, mencionam o apoio psicossocial como um dos aspectos mais importantes da assistência estudantil. Ter um acompanhamento contínuo ajuda a superar dificuldades emocionais e acadêmicas, promovendo a inclusão.

A assistência à saúde, com a oferta de serviços médicos e psicológicos, também é um ponto importante que contribui para o bem-estar dos estudantes. Para alunos de regiões mais afastadas, o acesso a cuidados médicos e psicológicos pode ser um fator essencial para que consigam concluir o curso com sucesso.

Embora a assistência estudantil seja amplamente valorizada, alguns estudantes brasileiros(as) apontam que os recursos são limitados. As bolsas e auxílios muitas vezes não são suficientes para cobrir todas as necessidades, especialmente quando se consideram as variações de custo de vida nas diferentes cidades do Maciço do Baturité.

A burocracia para acessar os auxílios também é frequentemente citada como um obstáculo. O processo de solicitação de bolsas ou auxílios pode ser demorado, o que gera frustração entre os estudantes, que, por vezes, enfrentam dificuldades financeiras imediatas.

A Unilab, por ter um perfil multicultural, exige dos estudantes brasileiros uma maior abertura para a convivência com diferentes culturas. Em alguns casos, a resistência a esse processo de integração pode ser um desafio para os alunos, afetando a eficácia dos programas de assistência voltados para a convivência e interação.

Por outro lado, os(as) estudantes internacionais na Unilab, que vêm principalmente de países africanos e de outras nações lusófonas, enfrentam desafios específicos em relação à sua adaptação à vida universitária e ao contexto brasileiro e do Maciço de Baturité. A assistência estudantil, nesse caso, precisa ser ainda mais voltada para as peculiaridades dessas vivências culturais e sociais, sendo essencial para o sucesso acadêmico e o bem-estar desses(as) estudantes.

Muitos estudantes internacionais valorizam profundamente os auxílios relacionados à moradia e alimentação. Esses programas permitem que eles se concentrem em seus estudos sem a preocupação constante com o aluguel ou a alimentação, que muitas vezes representam custos elevados e uma barreira significativa para os estudantes que vêm de países com economias mais frágeis.

A Unilab tem um papel fundamental na promoção da integração cultural entre estudantes internacionais e brasileiros. Para muitos alunos internacionais, participar de programas culturais e eventos organizados pela universidade é uma forma de aliviar o choque cultural e criar redes de apoio entre os colegas. A universidade também oferece serviços de acolhimento, que ajudam os estudantes a se sentirem mais inseridos no contexto local.

A ajuda no processo de adaptação cultural, através de apoio psicológico e grupos de suporte, tem sido um aspecto altamente valorizado pelos estudantes internacionais. A transição para um novo país e cultura pode ser difícil e o suporte emocional é crucial para ajudar esses alunos a se estabelecerem e a se integrarem no ambiente acadêmico.

Para os estudantes internacionais, a comunicação é um dos maiores desafios. Muitas vezes, os alunos têm dificuldades para acessar informações sobre os serviços disponíveis devido à barreira do idioma ou à falta de informações claras e acessíveis. Isso pode resultar em uma sensação de exclusão e dificuldade para aproveitar todos os benefícios da assistência estudantil.

Apesar dos esforços da Unilab para integrar estudantes nacionais e internacionais, eles ressaltam que o acesso aos auxílios nem sempre é igual para todos. Para os estudantes internacionais, especialmente aqueles com visto temporário ou que ainda enfrentam

dificuldades burocráticas para regularizar sua situação no Brasil, o processo para participar ativamente do programa dos auxílios pode demorar.

Embora a Unilab ofereça bolsas de auxílio para estudantes internacionais, muitos estudantes relatam que essas bolsas não são suficientes para cobrir todas as suas necessidades, especialmente quando se considera o custo de vida em algumas cidades brasileiras. Além disso, a dificuldade de arranjar trabalho formal durante os estudos também é um fator que aumenta a pressão financeira para muitos desses estudantes.

Os desafios enfrentados pelos estudantes internacionais são em grande parte relacionados ao choque cultural, a adaptação ao idioma e as questões burocráticas, além da questão econômica, que pode ser mais grave para os estudantes vindos de países com economias mais frágeis. Já os estudantes brasileiros, embora também enfrentem dificuldades econômicas, geralmente têm um suporte maior em termos de redes familiares e de apoio, além de uma familiaridade com a cultura local e o idioma.

Enquanto ambos os grupos se beneficiam da assistência estudantil, a Unilab, por ser uma instituição com um perfil internacional, precisa ajustar constantemente os serviços para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham acesso igualitário aos recursos necessários para seu sucesso acadêmico e social.

A assistência estudantil na Unilab é fundamental tanto para os estudantes brasileiros quanto para os internacionais, mas deve ser constantemente aprimorada para atender de forma mais equânime às diferentes necessidades desses grupos. O apoio financeiro, psicológico e social, assim como, os programas de integração, são essenciais para garantir que todos os alunos tenham as condições necessárias para concluir seus cursos com sucesso e se integrem plenamente na vida universitária.

A política de assistência estudantil da Unilab é essencial para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Considerando o perfil dos discentes, que em grande parte vêm de países africanos de língua portuguesa, de diferentes regiões do Estado do Ceará e do Brasil é importante a garantia de efetividade desta política interna, que para se manter necessita do apoio da política externa, o PNAES.

O Programa de Assistência ao Estudante (PAES) oferece auxílios financeiros em diferentes modalidades, como alimentação, transporte, moradia e creche. Esses auxílios visam suprir as necessidades básicas dos estudantes, permitindo que eles se concentrem em seus estudos. Além disso, a Unilab dispõe de restaurantes universitários que oferecem refeições a preços subsidiados, garantindo a segurança alimentar dos estudantes. A universidade também

oferece o auxílio moradia estudantil para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, o que é particularmente importante para estudantes internacionais e de outras regiões do Brasil.

A Unilab também participa de programas nacionais, como a Bolsa Permanência do Ministério da Educação, que fornece auxílio financeiro a estudantes de baixa renda, indígenas e quilombolas. Para ter acesso a esses auxílios, os estudantes devem passar por processos seletivos que exigem a apresentação de documentação que comprove sua situação socioeconômica, buscando garantir que os auxílios sejam direcionados aos que realmente necessitam.

No entanto, como podemos observar nas análises apresentadas, a universidade enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos e o aumento da demanda por assistência. Além disso, a Matriz OCC não inclui uma metodologia de cálculo que atenda às necessidades específicas da Unilab, considerando suas particularidades físicas, de pessoal e de estrutura acadêmica. Em nossa análise, essa matriz promove uma competitividade entre as universidades federais, em vez de incentivar uma comparação equitativa. Mesmo assim, a Unilab continua a buscar alternativas para ampliar e aprimorar o suporte oferecido, sempre com o objetivo de promover a inclusão e garantir a permanência de seus estudantes. Essas políticas destacam o compromisso da Unilab com a integração, diversidade e inclusão, valores essenciais para o sucesso de seu projeto acadêmico e social.

Em uma auditoria realizada em outubro/2024 pelo TCU sobre a fragilidade no Pnaes realizada em 69 universidades, identificou inconsistências nos critérios de elegibilidade dos estudantes e a falta de um sistema padronizado de controle, o que prejudica a transparência na execução do Pnaes. Além disso, muitas universidades não divulgam informações detalhadas sobre os beneficiários e os resultados das ações de assistência estudantil. Com isso, o TCU recomendou que: “Diante da situação, o TCU recomendou ao Ministério da Educação a adoção de medidas para recompor o orçamento do programa, que sofreu uma significativa desvalorização desde 2016. Além disso, sugeriu a criação de uma nova matriz de distribuição de recursos, levando em conta as desigualdades entre as universidades e o perfil socioeconômico dos alunos. O Tribunal recomendou a padronização de dados para mensurar de forma mais precisa a demanda por assistência e avaliar os resultados do programa.” (Portal TCU, 23/10/2024)

Dito isso, podemos afirmar que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados e em certa medida respondemos à pergunta de pesquisa ao discutirmos a implementação do

Paes no âmbito da Unilab, bem como seus impactos, estratégias e modalidades de auxílios implementados aos estudantes dos cursos de graduação.

Destacamos como principal achado de pesquisa a relação direta entre os auxílios e permanência dos estudantes nos cursos de graduação, o modelo de inserção diferenciada ao estudante internacional ao chegar à Unilab, vindos de seus países de origem. Também ficou evidente nas respostas obtidas que os diferentes auxílios, o restaurante universitário e o acolhimento acadêmico são ações profícuas para a permanência dos/as estudantes.

Reconhecemos, ainda, os limites institucionais relacionados diretamente ao orçamento e à evasão acadêmica que afeta os contornos do Paes e sua efetividade. Muitas questões acerca disso foram apontadas pelos estudantes e Taes.

Focamos mais nas vozes dos(as) estudantes por entender que eles são os sujeitos de direito dessa política e a eles devem ser direcionadas nossas preocupações. Entretanto, não se resolverá a questão orçamentária sem avançar com o crescimento da Unilab e com a busca do comprometimento político institucional do governo federal com esta instituição, por se tratar de uma universidade diferenciada e que não pode ter a mesma métrica utilizada na destinação de recursos como outras universidades federais.

Uma das principais dificuldades da assistência estudantil na Unilab é a limitação orçamentária. Os recursos disponíveis frequentemente não são suficientes para atender à crescente demanda por auxílios financeiros e para evitar a redução dos benefícios dos estudantes já contemplados pelo Paes, muitas vezes é necessário utilizar o orçamento de custeio para suprir essas necessidades. Isso resulta em um número restrito de beneficiários e valores insuficientes para os auxílios, o que, em alguns casos, compromete a cobertura das necessidades básicas dos alunos, como alimentação, moradia e transporte.

As dificuldades enfrentadas pela política de assistência estudantil na Unilab refletem desafios sistêmicos que impactam a vida acadêmica dos estudantes. A superação desses obstáculos requer uma abordagem integrada que considere as necessidades reais do público-alvo, a adequação dos recursos financeiros e a implementação de políticas que garantam o acesso equitativo à educação superior. Para que a Unilab cumpra sua missão de promover a inclusão e a permanência de seus estudantes, é essencial que além de buscar por mais recursos, é fundamental que as universidades também gerenciem de forma eficiente os recursos já disponíveis. Isso inclui uma distribuição equitativa dos auxílios, transparência nos processos, divulgação e avaliação contínua dos programas, para garantir que o apoio chegue de forma eficaz a quem mais precisa.

Outra estratégia para garantir recursos para a assistência estudantil é buscar apoio junto a organismos internacionais e países parceiros, especialmente por meio de programas de cooperação internacional. A Unilab, enquanto universidade inserida no contexto de cooperação Sul-Sul, particularmente com os países da CPLP, tem a oportunidade de acessar financiamentos e apoio institucional para expandir suas ações de assistência estudantil. Contudo, esta pesquisa revelou que o apoio externo ainda é limitado, e a Unilab assume a maior parte das despesas necessárias para manter seus estudantes no Brasil.

Portanto, é nítida a importância da assistência estudantil como política pública, no sentido de ser necessária para a garantia de uma educação superior com mais qualidade, sem discriminação e preconceito. O PNAES é um avanço, mas é necessário que a assistência estudantil permaneça sendo pauta de luta até que se torne uma política de Estado.

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 24,42-67, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/7zWs4By9mFRYQPsksGLSDjb/> Acesso em: 01 mar. 2023.
- ALMEIDA, R. **A Vida Universitária e as Relações Interpessoais.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.
- ALVES, E. S.. **Um estudo sobre a alocação interna dos recursos orçamentários nas universidades federais brasileiras.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20699> Acesso em: 13 set. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 mar. 2024.
- BRASIL, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 01 mar. 2023.
- BRASIL, **LEI Nº 10.172, DE 09 DE JANEIRO DE 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 20 mar. 2024.
- BRASIL, **LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em: 02 fev. 2024.
- BRASIL, **LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm Acesso em: 20 maio 2024.
- CARDOSO, C. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**, Senegal, 2011.
- CARDOSO, J. B.. **Hibridismo Cultural na América Latina. Itinerários**, Araraquara, n. 27, p.79-90, jul./dez. 2008 Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/download/1127/914/3077> Acesso em: 10 jan. 2025.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CARVALHO, J.M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, J.M. de **Cidadania no Brasil: o longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, J.M.de. **Terra do Nunca: sonhos que não se realizam**. In: BETHELL, Leslie (Org.). Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (Orgs.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CONTESSA, M. A. C. **As migrações africanas**. In: V Encontro de pesquisas históricas., Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acesolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2018/arquivos/54.pdf> Acesso em: 10 mar. 2023.

COSTA, M.; MOREIRA, Y. **Saúde mental no contexto universitário**. Blucher Design Proceedings, n. 10, p. 73-79, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/saudemental-no-contexto-universitario-24233> Acesso em: 03 mar. 2025.

D'ARAÚJO, M. **Políticas de Inclusão e Acesso à Educação Superior**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. Revista Avaliação, Soracaba, v.18, n. 1, p. 107-126, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHLsXv/> Acesso em: 01 mar. 2023.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. Organizado. Redenção: UNILAB, 2013.

DRAIBE, S. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Revista USP. vol.15, n.2, p. 63-101, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12405> Acesso em: 18 ago. 2024.

FARAH, D. **Políticas de ações afirmativas: perspectivas, desafios e potencialidades**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2024. Disponível em: <https://ppghdl.ffiich.usp.br/livro-politicas-de-aco-es-afirmativas> Acesso em: 26 fev. 2025.

FERRARI, R. M. M. N. **Políticas públicas de ações afirmativas: igualdade, solidariedade, alteridade e limites?** Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, vol.3, n.1, Universidad Nacional Del Litoral, 2016.

FERREIRA, M. A. **Administração Financeira e Orçamentária**. Salvador, 2020.

FORPLAD(2024). Disponível em: <http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/O%20TAEG%20e%20a%20Matriz%20ANDIFES.pdf> Acesso em: 20 set. 2024.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 14ª edição. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

GOMES, L. **Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso- Afrobrasileira (UNILAB)**. Revista Lusófona de Educação, núm. 24, 2013, pp. 81-95, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34929705005.pdf> Acesso em: 13 jul. 2024.

GUIMARÃES, A. S. A. **Acesso de negros às universidades públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, março/ 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/f7yMvXF9VLGKPKdXSHcRBqy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2025.

GUZZI, A. C. **A África e a cooperação internacional para o desenvolvimento: evidências da agência nos projetos de cooperação Sul-Sul com o Brasil**. Revista Cebri. Ano 2, n.6, abr-jun 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/96/a-africa-e-a-cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-evidencias-da-agencia-nos-projetos-de-cooperacao-sul-sul-com-o-brasil> Acesso em: 20 ago. 2024.

HERINGER, R.; CARREIRA, De. **10 ANOS DA LEI DE COTAS: Conquistas e perspectivas**,. Rio de janeiro (RJ): Faculdade de Educação da UFRJ: Ação Educativa, 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf Acesso em: 15 fev. 2025.

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/abstract/?lang=pt> Acesso em 01 mar.2025.

INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2022> Acesso em: 05 ago. 2024.

JOHNSON, G. A.; LUCHETILAPER, A.C. **Políticas Públicas, Fronteiras e Integração Sul-Americana**, Maranhão, 2014.

KRAAYCHETE, E.S; VITALE, D. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – desafios no século XXI**, Bahia, 2013.

KUENZER, A. Z. **Políticas públicas e ensino médio: avanços e contradições**. São Paulo: Cortez, 2007

LASWELL, H. D. **Politic: Who Gets What, When, and How**. USA: Peter Smith, 274p. 2011.

LIMA, S. M. A. **Políticas afirmativas e educação superior: um estudo sobre estudantes negros (as) egressos (as) da política de cotas na UFPR**, Dissertação de Doutorado em Educação na Linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação, - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45477> Acesso em: 10 set. 2024.

LOCKSLEY, E.. **A África e as regiões em via de desenvolvimento**. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe. (Ed.). *História Geral da África: África desde 1935*. Vol. VIII. Brasília: Unesco, 2010. p. 1003-1051. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MACEDO, G. D. **A eficácia do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do sistema de cotas da UFPB**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23389?locale=pt_BR. Acesso em: 12 fev. 2023.

MACHADO, E. G.; LIMA, E. F; FURTADO, O. V. **Urbanização e desafios à política urbana em pequenas cidades: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implantação da UNILAB**. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.5, n.1, p.43 – 63, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/123/128> Acesso em: 15 ago. 2024.

MACHADO. F. M. **Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais**. Brasília. 2017.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and Social Class**. Londres. 1950.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção temas sociais).

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 ago. 2024.

MUNOZ, E. E. **A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África**, *Caderno CRH*, v. 29. n.76, p. 9-12, Salvador, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Zj5t9LBrJGCHcbqf8xQHwDF/> Acesso em: 15 set. 2024

NASCIMENTO, A. P. L. **Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014, 153 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6189> Acesso em: 02 set. 2024

OLIVEIRA, M. R .D. de. **Universidade em foco: as relações da parceria público/privado no Campus de Marabá**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Tese de Doutorado em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3532> Acesso em: 28 set. 2024

OMS. Saúde mental: uma nova concepção para a educação. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas**. São Paulo, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RANGEL, L. **Nutrição e Desempenho Acadêmico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. Trad.: Jussara Simões. São Paulo – SP. Martins Fontes, 2008.

REZENDE, F. R.; ANJOS, J. H. R. dos. **Questões étnico-raciais e ensino superior no brasil: um estudo temporal (2009-2019) do acesso à universidade**. Revista Interinstitucional de Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, Edição Especial, Julho de 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/74695> Acesso em: 26 fev. 2025.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª Edição. São Paulo, Cengage Learning: 2013. P.43

SILVA, C. C. da; SOUZA, C. S.; BATHILLON, A. V.. **O ser e o estar na UNILAB: o olhar das/os estudantes africanas/os sobre a integração**. In: Unilab 10 anos: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará – v.1 Artemisa Odila Candé Monteiro; Ivan Costa Lima (orgs). – Fortaleza: Imprece, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/LIVRO-UNILAB-10-ANOS-VOLUME-1-FINALIZADO-definitivo.pdf> Acesso em: 10 set. 2024

SJÖBLOM, G. **Problemi e soluzioni in politica**. Rivista Italiana di Scienza Politica, v. 14, n. 1, p. 41-85, apr. 1984. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Rivista_italiana_di_scienza_politica.html?id=RpQkAQAIAAJ&redir_esc=y Acesso em 05 ago. 2024

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jul. 2024.

SOUZA, M. R. **Contribuições para uma atuação do serviço social numa perspectiva decolonial na política de assistência estudantil da Unilab**. CAPOEIRA: Revista de Humanidades e Letras, v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/100057507/Contribui%C3%A7%C3%B5es_Para_Uma_Atua%C3%A7%C3%A3o_Do_Servi%C3%A7o_Social_Numa_Perspectiva_Decolonial_Na_Pol%C3%ADtica_De_Assist%C3%Aancia_Estudantil_Da_Unilab Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUZA, O. R. **Pensando os direitos de cidadania dos/as estudantes africanos/as no brasil: estudo de caso sobre a política de assistência estudantil na universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira – Unilab (2010-2016)**. Salvador. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/interfaces/article/download/7731/5623/0> Acesso em: 30 jul. 2024.

STUART, H. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. 2006.

TCU. Portal TCU, 23/10/2024. **Auditoria Identifica fragilidades no Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-identifica-fragilidades-no-programa-nacional-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab). **Editais do Programa de Assistência ao Estudante (PAES)**, Unilab. Edital 02/2021 02 ago/2021. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/Edital-PAES-02_2021_SEI.pdf Acesso em: 30 maio 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab). **Resolução Ad Referendum CONSUNI Nº 2, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre as ações de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências. Disponível em: <https://unilab.edu.br/consuni-resolucoes-2020/> Acesso em: 20 maio 2023

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab). **Resolução Ad Referendum CONSUNI nº 31, de 30 de junho de 2021.** Regulamenta o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Disponível em: [https://unilab.edu.br/consuni-resolucoes-2021/#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20ad%20referendum%20CONSUNI%2FUNILAB%20n%C2%BA%2031%2C%20de%2030%20de,Afro%2DBrasileira%20\(Unilab\).](https://unilab.edu.br/consuni-resolucoes-2021/#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20ad%20referendum%20CONSUNI%2FUNILAB%20n%C2%BA%2031%2C%20de%2030%20de,Afro%2DBrasileira%20(Unilab).) Acesso em: 10 maio 2023

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Damiel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS/AS ESTUDANTES

1. Na sua opinião, os critérios definidos para o recebimento de auxílios estudantis, possuem equidade para os estudantes independente das nacionalidades?
2. Você participa das ações de acolhimento? Quais os motivos que levaram a sua participação?
3. Caso você seja beneficiário de alguma das modalidades de auxílios do PAES, qual a diferença que eles fazem na sua vida acadêmica?
4. Caso você não seja beneficiário de alguma das modalidades de auxílios do PAES, o que a falta deles interfere na sua vida acadêmica?
5. Quais os pontos positivos e negativos nas ações para garantia da permanência aos estudantes?
6. Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial e entre outras)?

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DA PROPÆ

1. Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial)?
2. Qual o papel do Restaurante Universitário na vida acadêmica dos estudantes?
3. Qual a importância do atendimento psicológico e de saúde dentro da Unilab para a permanência estudantil?
4. Na sua opinião, aos critérios de escolha para o recebimento dos auxílios estudantis, possuem equidades para todos os estudantes independente das nacionalidades?
5. Do ponto de vista orçamentário qual sua avaliação do PAES na Unilab?
6. Em sua análise, o que é necessário para ampliar a cobertura pecuniária para a permanência com sucesso dos estudantes nacionais e internacionais?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO A SERVIDOR DA PROPLAN

1. Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar a garantia de permanência dos estudantes?
2. De que maneira outras formas de custeio poderiam ser alocadas para garantia da permanência dos estudantes na Unilab?
3. Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial entre outras)?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO A SERVIDOR DA PROINTER

1. Os países parceiros têm cooperado financeiramente para permanência dos estudantes internacionais na Unilab?
2. Qual a participação da PROINTER no processo de acolhimento e de garantia da permanência dos estudantes internacionais na Unilab?
3. Na sua opinião, aos critérios de escolha para o recebimento dos auxílios estudantis, possuem equidades para todos os estudantes independente das nacionalidades?
4. Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar os auxílios estudantis (moradia, alimentação, transporte e emergencial e entre outras)?